



# **ACADEMIA MILITAR**

DIRECÇÃO DE ENSINO

**Curso de Infantaria**

## **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA [TIA]**

### **O Plano *Schlieffen* [1905]: uma inspiração na Batalha de Canas [216 a. C.]**

**AUTOR:** Aspirante-Aluno de Infantaria Afonso André

**ORIENTADOR:** Professor Doutor Eurico Gomes Dias

**LISBOA, JULHO DE 2011**



**ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Curso de Infantaria**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA  
[TIA]**

**O Plano *Schlieffen* [1905]: uma inspiração na Batalha de  
Canas [216 a. C.]**

**AUTOR:** Aspirante-Aluno de Infantaria Afonso André

**ORIENTADOR:** Professor Doutor Eurico Gomes Dias

**LISBOA, JULHO DE 2011**

## **Dedicatória**

Este trabalho é dedicado a todos os combatentes que, por imposição, por dinheiro ou simplesmente em busca de aventura, morreram a combater nos campos de batalha e moldaram, para o bem e para o mal, o mundo em que hoje vivemos.

## **Agradecimentos**

À Academia Militar, por ter sido uma verdadeira escola da vida.

À Escola Prática de Infantaria, por me ter mostrado o que é possível fazer quando existe vontade.

Ao Prof. Dr. Eurico Gomes Dias, pela infindável paciência e pela sua experiência académica, com a qual colmatou as minhas falhas.

Ao Exmo. Cor. Inf. Ferrão que me indicou o caminho a seguir.

À D<sup>a</sup> Paula, pela prestabilidade e simpatia em todos os momentos.

À Diana, que me deu o ânimo que por vezes me faltou nos momentos cruciais.

Aos meus pais, pela educação que me inculcaram e que tem sido uma grande vantagem ao longo da vida.

Aos camaradas do curso de Infantaria, com quem espero sempre contar.



## Resumo

A vitória que os cartagineses obtiveram sobre as legiões romanas na batalha de Canas, em 216 a. C., teve tais proporções que ainda hoje é referida como exemplar na sua execução. Os líderes militares da actualidade ainda procuram atingir resultados como os que foram obtidos em Canas, mas nunca com o mesmo sucesso. Nesse dia de 2 de Agosto de 216 a. C., o exército cartaginês, liderado por Aníbal Barca, foi alcançado por um exército romano com quase o dobro do seu tamanho. Os cartagineses conseguiram envolver o seu inimigo, numericamente superior, cercaram-no e destruíram-no completamente naquela que é considerada uma demonstração de génio táctico inigualável.

O Chefe de Estado-Maior alemão, Alfred von Schlieffen, supostamente inspirado por este exemplo, tentou criar um plano que permitisse à Alemanha vencer a guerra inevitável que se avizinhava. O que se sabe das suas intenções é explicado num manuscrito de 1905, da autoria do próprio, que sobreviveu até aos nossos dias. Schlieffen concebeu um plano em que o exército alemão envolveria as posições francesas na fronteira franco-alemã, e forçaria o exército francês a uma rendição em massa, a sua batalha de aniquilação, ou *vernichtungsschlacht*. Este objectivo seria atingido através de uma ala direita forte que atravessaria a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, desrespeitando a neutralidade destes, passaria a oeste de Paris e abordaria as posições francesas pela retaguarda.

A nossa intenção foi analisar ambas as situações e tentar encontrar semelhanças e incongruências entre elas. Procurámos encontrar ligações entre elas e se tais ligações seriam apenas casuais ou resultantes de uma inspiração na famosa batalha da Antiguidade. Utilizámos os princípios da guerra, presentes nos manuais militares, que serviram de ponte para ligar o ano de 216 a. C. ao de 1905 d. C. Após considerarmos os factores chegamos à conclusão de que as semelhanças existem, mas que são apenas conceptuais e aplicadas de uma forma muito generalizada.

## ***Abstract***

The carthaginian victory over the roman legions at the battle of Cannæ in 216 b. C. had such proportions that it is spoken of as an example of how battles should be fought even to this day. An aftermath like the one at Cannæ is still sought by many military leaders, but never completely achieved. On that day in 216 b. C. a Carthaginian army led by Hannibal Barca, engaged a roman army with double its size. The carthaginians encircled a far superior army from both sides, surrounded it and completely destroyed it in a display of tactical genius.

Supposedly inspired by such example, Alfred von Schlieffen, Chief of the General Staff, tried to create a plan that would allow the II Reich to obtain a victory in the inevitable upcoming war. What is known of his intentions is explained in a manuscript he wrote in 1905 and survived to this day. Schlieffen conceived a plan in which the german army would completely encircle the French positions in the french-german border and force the french army to a mass surrender, his battle of annihilation, or *vernichtungsschlacht*. He would achieve this by means of a strong right wing that would pass trough Belgium, Netherlands and Luxemburg, violating the neutrality of these countries, swing west of Paris and approach french positions from behind.

Our intention was to look at both situations and make an attempt to find similarities and crucial differences between them. What we tried to do was to find out if there really was a connection between them and if such a connection is random or caused by an inspiration on the famous battle of the Antiquity. We made the comparison using the principles of war, present in our modern military manuals, which will allowed us to fill the time gap between 216 b. C. and 1905 a. D. After taking all of this into consideration we have reached the conclusion that there are similarities, but there are just conceptual, and very generalized.

**Keywords:** Hannibal, Encirclement, Schlieffen, *Vernichtungsschlacht*,

### Introdução

A principal motivação para a escolha do nosso tema de análise: “O Plano *Schlieffen* [1905]: uma inspiração na Batalha de Canas [216 a. C.]” prende-se com o gosto e o interesse pessoal pela História Militar nas suas múltiplas vertentes. Um dos requisitos que serão necessários para o sucesso nos **Trabalhos de Investigação Aplicada** [TIA] é uma apetência pelo tema a analisar e, como tal, essa foi a principal razão para a escolha deste tema. Para além desta razão, refiramos a importância do estudo da História Militar<sup>[1]</sup>, para os futuros Oficiais de qualquer força militar, ainda que nem sempre seja do interesse do grande público.

O desconhecimento do passado e, em especial, dos conflitos bélicos pode levar-nos a cometer inutilmente os mesmos erros cometidos anteriormente. Por outras palavras, e como Santayana<sup>[2]</sup> afirmou, “aqueles que não conhecem o passado estão condenados a repeti-lo.” Nesse sentido, complementando, a História será sempre mestra da vida, tal como Marc Bloch advogou<sup>[3]</sup>.

\*

O objectivo primeiro da presente investigação pretende vislumbrar os contributos dos ensinamentos clássicos para a prossecução de planos militares e estratégicos nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Quando nos propusemos a abordar esta problemática sabíamos, de antemão, que o Plano *Schlieffen* fora, à semelhança do que é ainda usual em operações militares, inspirado na vitória de Aníbal Barca sobre as legiões romanas em Canas [216 a. C.]. No entanto, julgámos pertinente descrever as duas

---

<sup>[1]</sup> “A velha história militar, prisioneira do equívoco entre o *événementiel* e o político-militar, não acompanha a renovação historiográfica e permanece vinculada ao paradigma tradicional. Resultado: os historiadores desertam do campo da história militar e os militares encerram-se no estudo de questões meramente técnicas e perdem a relação com a história global. A história militar entra em crise. Crise da qual só começa a emergir, lenta e progressivamente, a partir do final da década de setenta, princípio de oitenta. [...] Foi, pois, a partir destas novas perspectivas que começou a desenhar-se aquilo a que poderíamos chamar uma nova história militar. Os historiadores começam a regressar ao campo do militar e os militares iniciam, também, uma abertura às novas concepções historiográficas.” Cf. «Introdução Geral», in *Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis*, por Mário Jorge BARROCA, Luís Miguel DUARTE e João GOUVEIA MONTEIRO, direcção de Manuel THEMUDO BARATA e Nuno SEVERIANO TEIXEIRA, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003, pp. 11-12.

<sup>[2]</sup> O filósofo espanhol George Santayana [1863-1952] é conhecido pelo aforismo: “Aqueles que não conhecem o passado estão condenados a repeti-lo”, possivelmente uma verdade aplicável a todos os povos que desprezam a sua História.

<sup>[3]</sup> BLOCH, Marc – *Introdução à História*, 6.ª edição, tradução de Maria MANUEL e Rui GRÁCIO, «Coleção Saber», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1993, pp. 42-46.

situações individualmente – seja o Plano *Schlieffen* [o original de 1905 e não às alterações posteriores nem a sua execução sucedânea alheia ao Autor] ou a Batalha de Canas, de modo a estabelecer possíveis ligações entre duas situações históricas, bem como as suas diferenças fundamentais.

Obviamente, temos que atender a duas situações completamente diferenciadas e separadas por quase dois milénios. Tudo era diferente desde as dimensões dos contingentes, às tecnologias, tácticas, sem esquecer as sociedades de onde esses exércitos eram originários; a própria forma de “fazer a guerra” era completamente diferente. Tal premissa exige um amplo esforço de abstracção perante esses pormenores na procura de pontos fulcrais. Como tal, utilizamos como modelo de comparação os princípios da guerra vigentes nos manuais militares portugueses, procurando uma diferenciação desses episódios militares através da análise de cada princípio.

Este labor, formalmente restrito em número de páginas devido à sua natureza curricular, é forçosamente um exercício de síntese, característica fundamental que deve ser considerada na sua leitura e apreciação. Tanto o Plano *Schlieffen* como a batalha de Canas, por si só, ocasionaram vastíssima produção historiográfica, inaugurando diversas perspectivas analíticas. Interesso-nos focar os aspectos puramente militares, sendo que todos os outros prismas possíveis serão superficialmente referidos. As únicas excepções a esta regra são os textos de estrito enquadramento, indispensáveis para entender os contextos históricos e políticos correspondentes.

É lógico que qualquer trabalho científico se rege pela formulação de hipóteses e tal aceção é por demais evidente no âmbito da História. «Teria sido assim?», pergunta o historiador. «E porquê?», questiona novamente. É todo um jogo de possibilidades que norteia a escrita da História e a construção de um determinado acontecimento. No entanto, é sempre o historiador, baseado em múltiplas hipóteses, quem edifica a História. Unir ou relacionar dois acontecimentos tão distintos é colocar, por sua vez, múltiplas hipóteses correlativas. O que, afinal, possibilitou esta correlação? É, sempre, pautarmos pelo enleio das hipóteses.

Em qualquer trabalho de investigação, os métodos a aplicar ou as regras científicas a cumprir são sempre adaptáveis ao objectivo e à natureza específica de cada caso. Não querendo imiscuir-nos na discussão metodológica aprofundada, entendemos fornecer algumas palavras sobre as nossas opções principais. Usamos frequentemente um método comparativo, uma vez que o interesse deste TIA é comparar duas situações distintas na História Militar: a batalha de Canas e o Plano *Schlieffen*, determinando a sua possível relação ou diferenciação.

Para a preparação deste TIA, e recordamos que se trata de um tema de natureza histórica e distando dois milénios entre si, o método global que aplicamos foi de carácter historicista. Aqui se denota a importância das fontes históricas ditas “puras”, ou seja, aquelas que de mais perto espelharam os antigos acontecimentos. Fosse pela óptica do antigo cronista ou do moderno historiador, o certo é que as fontes históricas são fulcrais, quase identificadoras com o próprio acontecimento em si. No entendimento da Antiguidade Clássica, esta tradição ainda ganha maior fulgor. É muitas vezes uma ou outra crónica, o único vestígio palpável de que tal acontecimento sucedeu. Por mais que novas evidências surjam, o certo é que a fonte histórica primária continua a fazer vincar o seu papel. A fonte histórica encerra o acontecimento, as razões da sua prossecução e os seus efeitos no tempo histórico.

As principais fontes históricas reunidas para a análise da Batalha de Canas compreendem-se nas descrições de Políbio<sup>[4]</sup> [c. 203 a. C.-120 a. C.] e Tito Lívio<sup>[5]</sup> [64 a. C.-12 a. C.], os cronistas com maior proximidade temporal com esse acontecimento, ainda que os seus relatos devam ser interpretados com algum cuidado e distanciamento<sup>[6]</sup>.

É usual dizer-se que a “História é escrita pelos vencedores”, como também o afirmava George Orwell<sup>[7]</sup>. Embora Políbio fosse grego e Tito Lívio um cidadão romano, por tradição e força propagandística, as suas descrições serão sempre parciais. Políbio fora um refém romano e, apesar desse cativo, ter-se-á tornado amigo de Cipião Emiliano Africano<sup>[8]</sup> [185 a. C.-129 a. C.]; por outro lado, Tito Lívio, que redigiu essa batalha muito posteriormente, e já ao tempo de Octávio César Augusto [63 a. C.-14 d. C.], foi, supostamente, patrocinado pelo ceptro imperial<sup>[9]</sup>.

É importante salientar que o volume de obras e tratados históricos sobre a Roma republicana é notoriamente vastíssimo. O mesmo não sucedeu com o interesse histórico sobre a derrotada Cartago, sobre a qual existem muito menos análises, bem mais escassas em informações e dados inéditos. Se assim se verifica no plano científico internacional, no caso português esse desequilíbrio académico ainda é mais evidente<sup>[10]</sup>.

---

<sup>[4]</sup> POLÍBIO – *Historias*, tradução e revisão de Alberto TEJERA, vols. I-V, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1995.

<sup>[5]</sup> LÍVIO, Tito – *História de Roma*. Ab Urbe Condita, Livros XXV-XXXIX, introdução, tradução e notas de Paulo FARMHOUSE ALBERTO, 2.<sup>a</sup> edição revista, «Clássicos», Editorial Inquérito, Mem Martins, 1999.

<sup>[6]</sup> CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves – *Como se faz História. Historiografia, Método e Pesquisa*, tradução de Giselle UNTI, Editora Vozes, Petrópolis, 2007, pp. 120-125.

<sup>[7]</sup> Alocução atribuída a George Orwell, pseudónimo do escritor inglês Eric Arthur Blair [1903-1950], famoso por obras como *O Triunfo dos Porcos* ou o célebre *1984*.

<sup>[8]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *A Queda e Cartago. As Guerras Púnicas 265-146 a. C.*, tradução de Miguel MATA, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 22.

<sup>[9]</sup> GRIMAL, Pierre – *O Império Romano*, tradução de Isabel SAINT-AUBYN, Edições 70, Lisboa, 1993, p. 56.

<sup>[10]</sup> Salientam-se algumas traduções brasileiras e portuguesas de várias obras europeias, todas algo desactualizadas, mas que ainda possuem utilidade.

O orbe de Cartago, assim como a totalidade dos seus habitantes, foi alvo de ofensivas que culminaram com a sua destruição física completa, com toda a cidade e suas cercanias a serem arrasadas e os seus habitantes mortos ou escravizados e deportados. Quem não se recorda do célebre mote de Catão, o *Censor* [234 a. C.-149 a. C.] evocado no Senado: “*Delenda est Carthago!*”<sup>[11]</sup>

As fontes originais que poderiam existir sobre a perspectiva cartaginesa dos acontecimentos foram muito provavelmente destruídas [se chegaram a existir], pelo que somos obrigados a uma análise com base em pressupostos que não podem ser comprovados ou refutados. Para além das fontes históricas poderem ser consideradas “parciais”, os analistas consultados são predominantemente de origem e formação anglo-saxónica, dotados de características historiográficas distantes da nossa realidade<sup>[12]</sup>.

No entanto, considerando a quantidade monumental de obras disponíveis, é impossível referir, ainda que superficialmente, uma breve listagem de títulos. Não obstante, destacamos, de entre essa vasta panóplia, autores como Adrian Goldsworthy<sup>[13]</sup> [*A Queda de Cartago*], Richard Miles<sup>[14]</sup> [*Carthage Must Be Destroyed*] e Philip Matyszak<sup>[15]</sup> [*The Enemies of Rome*], cujas obras nos auxiliaram na perspectiva dos dois lados da contenda e os contextos globais decorrentes. Apontamos ainda as obras de Indro Montanelli<sup>[16]</sup> [*História de Roma*] e de Pierre Grimal<sup>[17]</sup> [*O Império Romano*], que contribuíram com perspectivas importantes para compreender o funcionamento da sociedade romana da época.

Numa outra óptica e relativamente à compreensão do Plano *Schlieffen*, as grandes fontes históricas são, sem dúvida, o primeiro manuscrito que o Autor elaborou em 1905 [encontra-se actualmente no *Reichsarchiv*, em Potsdam], bem como uma série de artigos editados pelo Chefe de Estado-Maior alemão com o título genérico de *Cannæ Studies*. Aquele manuscrito, que não foi alheio à controvérsia, é conhecido como o Plano *Schlieffen*, um dos poucos documentos daquela época que escapou aos bombardeamentos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Estes documentos foram levados para os Estados Unidos terminada a guerra, mas actualmente já devolvidos à

---

<sup>[11]</sup> MILES, Richard – *Carthage Must Be Destroyed. The Rise and Fall of an Ancient Civilization*, Penguin Books, Londres, 2010, p. 336.

<sup>[12]</sup> Esta problemática é levantada por HEALY, Mark – *Canas 216 a.C.: Aníbal Dizima as Legiões*, Osprey Publishing, Londres, 1994, ao final.

<sup>[13]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *A Queda e Cartago. As Guerras Púnicas 265-146 a. C.*, tradução de Miguel MATA, Edições 70, Lisboa, 2000.

<sup>[14]</sup> MILES, Richard – *ob. cit.*, *supra*.

<sup>[15]</sup> MATYSZAK, Philip – *The Enemies of Rome from Hannibal to Attila the Hun*, Thames & Hudson, Londres, 2004.

<sup>[16]</sup> MONTANELLI, Indro – *História de Roma: da Fundação à Queda do Império*, tradução de Margarida PERIQUITO, «História Narrativa», Edições 70, Lisboa, 1997.

<sup>[17]</sup> GRIMAL, Pierre – *O Império Romano*, tradução de Isabel SAINT-AUBYN, Edições 70, Lisboa, 1993.

Alemanha<sup>[18]</sup>. Como tal, parece-nos importante referir que os analistas que abordaram este assunto não tiveram acesso à totalidade dos documentos de modo a determinar se o plano era apenas um exercício intelectual para os alunos/subordinados do Estado-Maior alemão ou, efectivamente, um plano oficial. Posto isto, encetamos uma comparação tendo apenas em conta o que foi escrito pelo punho do então Chefe de Estado-Maior alemão, não entrando na discussão da aplicabilidade teórica do plano nem da efectiva execução prática<sup>[19]</sup>.

O nosso parco domínio da língua alemã forçou-nos a recorrer a obras traduzidas do idioma alemão para a língua inglesa ou de outros analistas de origem anglo-saxónica. Aqui aconteceu, novamente, não encontrarmos obras ou estudos significativos que abordassem o período anterior à Primeira Guerra Mundial por autores portugueses. Aparentemente, este período, à semelhança do que acontece com a Batalha de Canas, continua a não despertar grande interesse por parte dos autores/analistas nacionais. Mesmo quando investigamos com base em fontes transcritas estrangeiras, deparamo-nos com uma imensidade de obras sobre a Grande Guerra, mas poucas obras abordam directamente o período antecedente.

Existem, no entanto, algumas excepções, das quais destacamos a obra, já não muito recente, de Gerhard Ritter<sup>[20]</sup> [*The Schlieffen Plan*], que contém vários manuscritos de Alfred von Schlieffen, redigidos enquanto ocupou o cargo de Chefe de Estado-Maior, incluindo o famoso manuscrito de 1905, conhecido como o Plano *Schlieffen*. Segue-se a obra de Robert Foley<sup>[21]</sup> [*Alfred von Schlieffen's Military Writings*], versão mais recente e com uma linguagem mais acessível sobre Gerhard Ritter, na qual apresenta dados interessantes sobre a prioridade da Alemanha imperial, oscilando entre o Este e o Oeste. A obra *Inventing the Schlieffen Plan*, de Terence Zuber<sup>[22]</sup>, permitiu-nos perceber a discussão acerca da existência do plano formal e não como um exercício intelectual, tal como esse autor defende. Para percebermos o enquadramento em que o Plano foi elaborado, as obras de Jeremy Black<sup>[23]</sup> [*The Great War*] e de Michael Stürmer<sup>[24]</sup> [*O Império Alemão*] foram referências imprescindíveis.

---

[18] HART, Liddel – «Preface», in RITTER, Gerhard – *The Schlieffen Plan: The critique of a Myth*, Oswald Wolff Publishers, Londres, 1958.

[19] ZUBER, Terence – *Inventing the Schlieffen Plan: German War Planning 1871-1914*, Oxford University Press, Oxford, 2002.

[20] RITTER, Gerhard – *ob. cit., supra*.

[21] FOLEY, Robert T. – *Alfred Von Schlieffen's Military Writings*, «Cass Series: Military History and Policy», Frank Cass Publishers, Nova Iorque, 2003.

[22] ZUBER, Terence – *ob. cit., supra*.

[23] BLACK, Jeremy – *The Great War and the Making of the Modern World*, Continuum International Publishing Group, Londres, 2011.

[24] STÜRMER, Michael – *O Império Alemão: Breve História, Grandes Temas*, tradução de Eduardo CORREIA, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

Concluindo, é lógico que o *state of art* sobre estas matérias é bastante amplo e profundo. Importou discernir e focar informações contundentes e direccionadas nas implicações mútuas de ambos os temas. Tal propósito guiou sempre as nossas preocupações, como adiante se verá.



### Intróito aos Capítulos

Tendo em conta que este **Trabalho de Investigação Aplicada** [TIA] pretende correlacionar episódios distintos da História Militar, pareceu-nos adequado dividir o mesmo exercício em três capítulos fundamentais.

O primeiro capítulo versa sobre a importância da Batalha de Canas para a História Universal e em que medida se justificam algumas decisões de chefes militares do nosso tempo. Como tal, abordamos o contexto em que ocorreu a Batalha de Canas, quem foram os seus protagonistas, como estavam dispostos os dois exércitos e quem os comandava, como se desenrolou o embate da batalha e quais foram as suas principais consequências, sem esquecer outros dados pertinentes.

No segundo capítulo, e como sequência lógica do antecedente, consideramos adequado encetar uma análise segundo os mesmos parâmetros utilizados anteriormente, agora referentes ao Plano *Schlieffen*, tendo em conta que a realidade era completamente diferente. Este assunto continua a originar algumas das grandes interrogações da História Militar moderna. É importante reiterar que a nossa pesquisa aborda o Plano *Schlieffen* no seu estado “bruto” e não a sua suposta execução posterior.

No terceiro e último capítulo comparamos as duas situações, após um sumário das semelhanças mais marcantes, assim como das incongruências mais destacadas. Numa segunda fase, aplicamos os ensinamentos oriundos dos princípios da guerra vigentes no *Regulamento de Campanha: Operações 2005* [RC – Operações]<sup>[25]</sup> como ferramenta auxiliar nesta comparação, analisando cada um desses princípios individualmente para as duas situações.

---

<sup>[25]</sup> Consultar Anexo A. Cf. *Regulamento de Campanha: Operações*, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2005.

# I Capítulo

## A caminho de Canas

### 1. O gigante mediterrânico: Cartago

Esta orbe, fundada nos finais do século IX a. C. com o nome fenício de *Kart Hadash*<sup>[26]</sup> [que significa «Nova Cidade», na língua autóctone] tem a sua origem envolta ainda em mistério. Segundo uma das lendas mais conhecidas, teria sido Dido<sup>[27]</sup> quem, após a sua fuga de Tiro<sup>[28]</sup>, nas costas do Médio Oriente, chegou à costa africana<sup>[29]</sup>. Usando a astúcia, que os seus adversários viriam a considerar como a desonestidade típica da personalidade púnica, Dido conseguiu assenhorear-se de um pedaço de terra suficientemente grande para fundar a sua cidade. Independentemente da veracidade desta lenda, as ligações de Cartago a Tiro estão bem documentadas, o que leva a crer que Cartago terá sido originalmente uma colónia fenícia.

Os deuses e práticas religiosas de Cartago eram semelhantes às da antiga Tiro, destacando-se o culto a Melcarte<sup>[30]</sup> e os sacrifícios de crianças<sup>[31]</sup> em honra a Baal Hammon a Tanit, muito após Tiro ter abandonado estas práticas<sup>[32]</sup>. Apesar de inicialmente deter um governo monárquico com um “forte carácter religioso”, a cidade evoluiu para uma oligarquia em que o poder era exercido por dois sufetas<sup>[33]</sup>, supostamente eleitos anualmente, bem como o “Conselho dos Trinta Anciãos”, derivado de um conselho maior composto por 104 magistrados<sup>[34]</sup>.

A sua situação geográfica na costa africana, próximo do local onde actualmente se situa Tunis, a capital tunisina, tornaram-na um ponto de passagem privilegiado para

---

[26] WARMINGTON, B. H. – «O Período Cartaginês», in *História Geral da África. África Antiga*, edição de Gamal MOKHTAR, vol. II, UNESCO, Brasília, 2010, § 18, p. 476.

[27] GUERRA DOS SANTOS, Cristina Maria – *Percurso de Dido, rainha de Cartago, na literatura latina*, [versão policopiada], Universidade da Madeira, Funchal, 2001.

[28] GARCIA Y BELLIDO, A. – *Fenícios y Carthaginosos en Occidente*, Imprensa de C. Bermejo, Madrid, 1942.

[29] Consultar Apêndice A, Figura 1. A.

[30] Ver RACHER, Guy – *Dicionário Temático Larousse. Civilizações do Antigo Oriente*, tradução de Gabriela CORTE-REAL, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

[31] Por exemplo, cf. *La Problemática del Infanticidio en las Sociedades Fenicio-Púnicas*, Eivissa, Baleares, 1994.

[32] MILES, Richard – *Carthage Must Be Destroyed*, pp. 58-95.

[33] GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *A Queda de Cartago. As Guerras Púnicas 265-146 a. C.*, p.33

[34] CHARLES-PICARD, Guilbert & CHARLES-PICARD, Collete – *A Vida Quotidiana em Cartago no Tempo de Aníbal: século III antes de Jesus Cristo*, tradução de Carlos MONTENEGRO, Livros do Brasil, Lisboa, 1986.

uma parte do comércio entre o Mediterrâneo ocidental e oriental<sup>[35]</sup>; e daí provinha a sua enorme fonte de prosperidade. Este facto permitiu à cidade fundar as suas próprias colónias e, eventualmente fruto do isolamento devido à grande pressão das cidades-estado gregas, se tornasse independente em relação a Tiro<sup>[36]</sup>.

A expansão cartaginesa levou ao aparecimento de várias colónias de mercadores ao longo da costa norte-africana, da Hispânia e das ilhas do Mediterrâneo ocidental [Sicília, Sardenha e Córsega]<sup>[37]</sup>. Esse crescimento levou a que Cartago entrasse em rota de colisão com a República Romana, que então tinha terminado as Guerras Pírricas<sup>[38]</sup> como senhora incontestada da península itálica: “[...] desde o Rubicão (Fiumicino) até aos estreitos de Messina”<sup>[39]</sup>. O pretexto para a guerra surgiu em 264 a. C., quando Cartago respondeu a uma intervenção romana na Sicília, que os cartagineses consideravam na sua área de influência. A sucessão de conflitos que se seguiram, e que só cessaram em 146 a. C. com a destruição de Cartago, ficaram desde então conhecidas como as *Guerras Púnicas*<sup>[40]</sup>.

## 2. A potência emergente: Roma

À semelhança de quase todas as cidades da Antiguidade, também a origem de Roma está envolta em brumas. Uma das lendas refere que Eneias<sup>[41]</sup>, fugido do cerco de Tróia, desembarcou no Lácio com um grupo de refugiados troianos e lá se estabeleceu, após firmar uma aliança com o rei Latino. Na sua descendência directa estariam os gémeos Rómulo e Remo, os quais teriam sido amamentados por uma loba e adoptados por um pastor. Já adultos, os dois irmãos desavêm-se, acabando Rómulo por assassinar Remo, pelo que, em 753 a. C. funda a cidade de Roma na colina do Palatino, na margem do rio Tibre<sup>[42]</sup>.

---

<sup>[35]</sup> Consultar Apêndice A, Figura 2. A.

<sup>[36]</sup> MILES, Richard – *ob. cit.*

<sup>[37]</sup> Consultar Apêndice A, Figura 3. A.

<sup>[38]</sup> MONTANELLI, Indro – *História de Roma. Da Fundação à Queda do Império*, pp. 54-55.

<sup>[39]</sup> EGGENBERGER, David – «Punic Wars», in *An Encyclopedia of Battles. Accounts of over 1560 battles from 1479 B. C. to the Present*, Dover Publications, Nova Iorque, 1985, p. 51.

<sup>[40]</sup> *História da Guerra*, edição de Ian DRURY, tradução de João Bernardo BOLÉO, [et al.], «Mapas da História», *The Times*/Esfera dos Livros, Lisboa, 2006, [edição limitada].

<sup>[41]</sup> QUILICI, Lorenzo – *O Mito de Eneias no Lácio à luz das descobertas arqueológicas*, tradução de José da Costa MIRANDA, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1986.

<sup>[42]</sup> Consultar Apêndice A, Figura 4. A.

É frequente estas lendas servirem para nobilitar uma origem bem mais modesta e convencional das povoações, o que, muito provavelmente, aconteceu com Roma<sup>[43]</sup>. A primeira ocupação humana no local conhecido por «Monte Palatino» é datada do século VIII a. C., por intervenção de colonos originários de Alba Longa. As colinas circundantes foram ocupadas por outras comunidades pastorícias que se aglomeraram no que viria a ser a cidade de Roma. Com o seu desenvolvimento, esta zona viria a ser dominada pela monarquia etrusca, a qual terminou no final do século VI a. C., altura em que o último rei etrusco Tarquínio, o *Soberbo*<sup>[44]</sup> [535 a. C.-509 a. C.] foi destronado pelo Patriciado<sup>[45]</sup> e instituído um governo republicano<sup>[46]</sup>.

Foi enquanto República que Roma iniciou a sua grande expansão, primeiro contra os vizinhos etruscos e latinos para o controlo do Lácio, depois contra uma coligação gaulesa, etrusca, úmbrica e samnita<sup>[47]</sup> pela posse de toda a Itália central<sup>[48]</sup>. Esta expansão romana foi marcada por grandes vitórias, mas também por grandes desastres no campo de batalha, que evidenciaram a principal característica dos romanos – uma recusa obstinada em aceitar a derrota e a continuação da guerra até à vitória total sobre os seus inimigos. De acordo com os padrões romanos, esta vitória total traduzia-se por uma completa imposição de condições de paz, a eliminação física do inimigo enquanto ameaça e a criação do estatuto de «aliado» subordinado para o adversário derrotado. Demonstraram também o seu pragmatismo e capacidade de adaptação, não hesitando em adoptar tácticas e equipamentos dos seus inimigos que lhes parecessem adequados para os seus próprios objectivos militares<sup>[49]</sup>.

Após dominar totalmente a Itália central, as colónias gregas no sul da península itálica começaram a sentir-se ameaçadas e a cidade de Tarento pede auxílio a Pirro [318 a. C.-272 a. C.], rei do Epiro<sup>[50]</sup>. Aproveitando a oportunidade de aumentar o seu poderio e riqueza, estendendo o seu domínio ao sul de Itália, Pirro decidiu socorrer os tarentinos com um poderoso exército profissional treinado ao estilo helenístico. O resultado destas guerras, conhecidas como *Guerras Pírricas*, foi, mais uma vez, caracterizado por duas derrotas romanas em Heraclea [280 a. C.] e Asculum [279 a. C.], bem como por uma

---

<sup>[43]</sup> FREDOUILLE, Jean-Claude – «Roma», in *Dicionário Temático Larousse. Civilização Romana*, tradução de António Maia da ROCHA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992, p. 56.

<sup>[44]</sup> SOLAR, David & VILLALBA, Javier – *História da Humanidade: Roma*, tradução de Manuel BARREIROS, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007, p.p. 35-36.

<sup>[45]</sup> FREDOUILLE, Jean-Claude – «Roma», in *Dicionário Temático Larousse: Civilização Romana*, tradução de António Maia da ROCHA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992, p. 50.

<sup>[46]</sup> *História da Humanidade. Roma*, direcção de David SOLAR e Javier VILLALBA, com coordenação de Julio Mangas MANJARRES, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007, p. 38.

<sup>[47]</sup> DAVID, Jean-Michel – *The Roman Conquest of Italy*, John Wiley & Sons Incorporated, University of Michigan, Michigan, 1997.

<sup>[48]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 5.

<sup>[49]</sup> Consultar Anexo C. Cf. GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 77.

<sup>[50]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 6.

resistência obstinada e uma determinação férrea na vitória, que culminaram no impasse em Beneventum<sup>[51]</sup> [275 a. C], considerada por alguns comentadores como uma vitória tangencial romana. Pirro viu-se obrigado a abandonar o sul de Itália e a regressar ao seu reino natal do Epiro. As cidades gregas do sul foram, então, forçadas a reconhecer o domínio romano em toda a península, tornando-se a República Romana uma verdadeira potência mediterrânica<sup>[52]</sup>.

Com o seu novo estatuto e apenas com as tribos da Gália Cisalpina a bloquearem a sua expansão ao norte, a República Romana encarou o Mediterrâneo como um novo alvo dos seus interesses, pelo que seria apenas uma questão de tempo até entrar em choque brutal com a outra grande potência do Mediterrâneo ocidental, ou seja, Cartago.

O *casus belli* surgiu quando uma facção que detinha o poder na cidade siciliana de Messana [hoje Messina], denominados de mamertinos, entrou em conflito com o tirano de Siracusa, Hierão II [306 a. C.-215 a. C.]. Tendo perdido uma importante batalha contra os siracusanos, os mamertinos pedem auxílio a Roma e a Cartago. Ambas as potências decidiram aproveitar esta oportunidade para expandir o seu domínio na ilha<sup>[53]</sup>. Os romanos pretendiam assegurar uma base na Sicília da qual pudessem frustrar qualquer tentativa cartaginesa de intervenção no sul de Itália, da qual já dominavam a metade ocidental da ilha. Quando os mamertinos expulsaram a guarnição cartaginesa que entretanto tinha ocupado a cidade, um exército consular romano atravessou o estreito de Messina e ocupou a cidade, a guerra tornou-se inevitável.

### 3. As três Guerras Púnicas

As Guerras Púnicas compreendem as três guerras travadas entre a República Romana e Cartago [264 a. C.-146 a. C.] e exigiram da parte destes dois potentados um esforço anímico “[...] numa escala raramente igualada até à era moderna”<sup>[54]</sup>, quer em custos financeiros e materiais como em custos humanos<sup>[55]</sup>.

---

<sup>[51]</sup> FORSYTHE, Gary – *A Critical History of Early Rome: From Pre-History to the First Punic War*, University of California Press, Los Angeles, 2006.

<sup>[52]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, pp. 82-83.

<sup>[53]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 7.

<sup>[54]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 11.

<sup>[55]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 8.

A Primeira Guerra Púnica<sup>[56]</sup> [264 a. C.-241 a. C.] foi essencialmente travada no mar e na Sicília, sendo esta ilha o principal motivo de discórdia entre as duas potências mediterrânicas e a causa deste conflito. Aquela confirmou, sobretudo, a “[...] espantosa determinação”<sup>[57]</sup> da República Romana, que “[...] apesar de numerosas baixas na Sicília, Norte de África e no mar, conseguiram tomar controlo do Mediterrâneo”<sup>[58]</sup> e terminou com Cartago a ser humilhada com condições de paz que a privaram do império comercial, a fonte da sua riqueza. Tais imposições levaram à «Revolta dos Mercenários»<sup>[59]</sup>, aumentando ainda mais o ódio e inimizade de algumas grandes famílias cartaginesas em relação a Roma, salientando-se os Barcas<sup>[60]</sup>.

A Segunda Guerra Púnica<sup>[61]</sup> [218 a. C.-202 a. C.] iniciou-se devido ao choque das duas grandes potências em novas áreas de influência, agora no teatro de operações da Península Ibérica. Foi para esta região que os cartagineses se expandiram, quando privados das suas colónias nas ilhas do Mediterrâneo. A dado momento Aníbal Barca decidiu atacar a cidade ibérica de Sagunto, [supostamente sob a protecção romana] a pretexto de disputas territoriais com uma tribo celtibera aliada dos cartagineses<sup>[62]</sup>. O exército cartaginês, liderado por Aníbal Barca, empreendeu uma marcha pelo sul da Gália, atravessou os Alpes e surpreendeu os romanos no seu próprio território. Segui-se uma sucessão de batalhas com desfecho favorável aos cartagineses, culminando com a batalha de Canas [216 a. C.], um *topos* fundamental deste trabalho<sup>[63]</sup>.

Após 16 anos de campanha em Itália, e apesar das numerosas derrotas sofridas, Roma continuou a resistir e conseguiu mesmo contra-atacar, primeiro na Hispânia e depois no norte de África. Aníbal foi então forçado a retirar da Itália e a preparar a defesa de Cartago contra o ataque que Públio Cornélio Cipião [235 a. C.-183 a. C.] encetava. O general cartaginês é finalmente derrotado na batalha de Zama [202 a. C.] e Cartago é novamente forçada a aceitar condições de paz duríssimas e humilhantes.

A Terceira Guerra Púnica<sup>[64]</sup> [149 a. C.-146 a. C.] não foi mais do que o golpe final dado a Cartago como forma de eliminar um rival temeroso, não obstante os grandes danos sofridos na Segunda Guerra Púnica. Primeiramente esta cidade deu provas de uma prosperidade espantosa quando, ao fim de dez anos de tréguas, se ofereceu para

---

<sup>[56]</sup> LAZENBY, John Francis – *The First Punic War: a military history*, Stanford University Press, Londres, 1996.

<sup>[57]</sup> O'CONNELL, Robert – *História da Guerra. Armas e homens. Uma história da guerra, do armamento e da agressão*, tradução de Telma COSTA, Editorial Teorema, Lisboa, 1995, p. 96.

<sup>[58]</sup> KOHN, George Childs – *Dictionary of Wars*, revised edition, Checkmark Books, Nova Iorque, 1999, p. 384.

<sup>[59]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, pp. 176-179.

<sup>[60]</sup> MATYSZAK, Philip – *ob. cit.*, pp. 22-23.

<sup>[61]</sup> LAZENBY, John Francis – *Hannibal's war: a military history of the Second Punic War*, University of Oklahoma Press, 1998.

<sup>[62]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, pp. 190-192.

<sup>[63]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 9.

<sup>[64]</sup> MILES, Richard – *ob. cit.*

pagar prontamente a indemnização de guerra devida para os quarenta anos restantes. Esta prosperidade evidencia-se ainda mais visto que Cartago fora privada das suas antigas colónias na Hispânia e de uma boa parte das suas possessões no norte de África. Para além disso, apesar de estar proibida por Roma de fazer declarações de guerra sem autorização prévia, a cidade púnica formou um exército e declarou guerra à povoação vizinha de Oróscopa<sup>[65]</sup>.

A República Romana, talvez receosa de um possível ressurgimento da antiga rival [aparentemente inofensiva] decidiu seguir a senda de Catão, o *Censor*, que terminava todos os seus discursos no Senado, independentemente de qual tivesse sido o tópico de discussão, com a frase: “Cartago deve ser destruída”, como atrás aludimos. Por conseguinte, foi organizada uma grande força expedicionária sob o comando de Cipião Emiliano Africano e o facto de os cartagineses terem aceite as condições mais humilhantes excepto abandonarem a cidade, serviu aos romanos como pretexto para a sua conquista e aniquilação<sup>[66]</sup>.

### 4. O decurso e desfecho da Segunda Guerra Púnica

As condições de paz impostas aos cartagineses no final da Primeira Guerra Púnica, as quais restringiam grandemente as liberdades de Cartago e retiravam-lhe as suas fontes de prosperidade, foram as principais causadoras de animosidade, em especial da família Barca, perante Roma. Estas cláusulas serviram para criar as condições ideais para o conflito que se seguiu, o mais destrutivo até então verificado na Antiguidade, em que as duas potências mobilizaram centenas de milhares de homens e a quase totalidade dos seus recursos para manter vários exércitos em campanha durante longos períodos<sup>[67]</sup>.

A guerra começou oficialmente quando a embaixada romana a Cartago, liderada por Marco Fábio Buteão [?-?] recebeu uma resposta negativa ao ultimato que exigia a entrega de Aníbal Barca, para que fosse julgado em Roma pela conquista de Sagunto<sup>[68]</sup>. A República Romana demorou a reagir, embora mobilizasse tropas destinadas à Hispânia e África, pelo que Aníbal Barca aproveitou a oportunidade para tomar a iniciativa.

---

<sup>[65]</sup> Ainda se actualmente discute a localização desta cidade no norte de África, referida por Políbio

<sup>[66]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 9.

<sup>[67]</sup> O'CONNEL, Robert – *História da Guerra: Armas e Homens*, 3ª Edição, tradução de Telma COSTA, Editorial Teorema, Lisboa, 1989.

<sup>[68]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 11.

Com a sua audaciosa marcha desde Cartago Nova<sup>[69]</sup> até à Gália Cisalpina<sup>[70]</sup>, o seu exército atravessou os Pirenéus e os Alpes num movimento que surpreendeu os romanos<sup>[71]</sup>. As baixas que sofreu durante todo o deslocamento foram muito elevadas, quer devido a combates ou a deserções – segundo Políbio, os cartagineses [ que partiram de Cartago Nova com 90.000 infantes e 12.000 cavaleiros] chegaram ao norte de Itália com cerca de 6.000 cavaleiros e 20.000 infantes<sup>[72]</sup>.

A campanha que se seguiu foi marcada por uma rápida sucessão de vitórias cartaginesas no rio Ticino [Novembro de 218 a. C.], no rio Trébia [Dezembro de 218 a. C.] e, finalmente, nas margens do lago Trasimeno [Junho de 217 a. C.], o que causou a revolta de muitas tribos gaulesas contra o domínio romano e abalou seriamente a autoconfiança romana na sua própria capacidade militar<sup>[73]</sup>.

Estas derrotas levaram os romanos a adoptar a proposta de Quinto Fábio Máximo [280 a. C.-203 a. C.] de negar o combate a Aníbal e deixá-lo desgastar-se em perseguições a efectivos romanos de menores dimensões. Esta modalidade deixou o exército cartaginês notoriamente enfraquecido, mas era contrária à maneira de ser dos romanos, procurar uma batalha decisiva que encerrasse definitivamente a contenda<sup>[74]</sup>.

A presença de um exército inimigo em solo italiano abalou a rede das alianças de Roma, com algumas cidades importantes a transitarem para o lado de Aníbal, destacando-se Cápuia<sup>[75]</sup>, a segunda maior cidade da Península Itálica. Esta cidade forneceria ao exército cartaginês os mantimentos e tropas que permitiriam melhorar consideravelmente a sua prontidão para o combate<sup>[76]</sup>. Apesar disso, a maioria dos aliados de Roma manteve-se leal, o que permitiu à República manter o esforço de guerra. Contudo aumentou também a pressão para que fossem tomadas medidas preventivas da devastação causada pela presença continuada de Aníbal na Itália. Esta pressão teve os seus resultados e os cônsules<sup>[77]</sup> eleitos para suceder a Fábio Máximo viriam a adoptar essas medidas.

---

<sup>[69]</sup> HART, B. H. Liddell – *Cipião o Africano: maior que Napoleão*, tradução de João DUARTE, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.

<sup>[70]</sup> FREDOUILLE, Jean-Claude – *Dicionário Temático Larousse: Civilização Romana*, tradução de António Maia da ROCHA, Circulo de Leitores, Lisboa, 1992, p. 89.

<sup>[71]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 12.

<sup>[72]</sup> Consultar Anexo D. Cf. GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 221.

<sup>[73]</sup> BAGNALL, Nigel – *The Punic Wars: Rome, Carthage, and the struggle for the Mediterranean*, Thomas Dunne Books, [s. l.], 2005.

<sup>[74]</sup> HEALY, Mark – *ob. cit.*

<sup>[75]</sup> GRIMAL, Pierre – *The Roman Cities*, tradução de G. Michael WOLOCH, University of Wisconsin Press, 1983.

<sup>[76]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 13.

<sup>[77]</sup> FREDOUILLE, Jean-Claude – *ob. cit.*



Após tomarem posse, os cônsules Gaio Terêncio Varrão [?-?] e Lúcio Emílio Paulo [?-216 a. C.]<sup>[78]</sup> tomaram o comando partilhado de uma força colossal, composta por 80.000 infantes e 6.000 cavaleiros [quase o dobro do exército cartaginês], sendo, no entanto, uma mistura de tropas razoavelmente treinadas e com alguma experiência de combate [principalmente os sobreviventes das primeiras batalhas da campanha] e de muitas legiões recentemente recrutadas e inexperientes.

Com o final do Inverno e assim que as condições climáticas o permitiram, Aníbal abandonou o seu acampamento de Inverno em Gerrúnio e ocupou a fortaleza arruinada de Canas. O exército romano aproximou-se da localidade e seria nas margens do rio Áufido que se travaria a batalha. Esta viria a saldar-se num total desastre para as legiões romanas. O pânico que se seguiu quando as notícias chegaram a Roma levou a que uma parte dos dirigentes da República equacionasse admitir a derrota, mas a decisão final foi tipicamente romana, ou seja, continuar a lutar.

Voltando a adoptar a modalidade de Fábio Máximo *Cuntactor* [ou o protelador], os romanos negaram a Aníbal a possibilidade de obter mais grandes vitórias – fazendo um esforço tremendo em meios humanos e materiais, equiparam novos exércitos, desta vez sob o comando de Públio Cornélio Cipião<sup>[79]</sup>, para abrir uma nova frente de combate na Península Ibérica. Sob o seu comando, as legiões romanas obtiveram vitórias decisivas e quebraram a base do poder cartaginês na região com a tomada de Cartago Nova e a consequente destruição dos exércitos aí acantonados, nas batalhas de Bécula [208 a. C.] e Ilipa [206 a. C.] Seguiu posteriormente para o norte de África, ameaçando a própria Cartago e forçando a retirada de Aníbal da Itália.

Foi em Zama [202 a. C.] que os dois grandes comandantes se enfrentaram e onde finalmente Aníbal Barca foi derrotado. Cartago foi novamente forçada a aceitar a paz sob condições humilhantes, perdendo uma boa parte dos seus domínios no norte de África para o rei númida Massinissa<sup>[80]</sup> e ficando novamente obrigada a pagar uma indemnização anual. Mais uma vez, Roma sofreu desaires consideráveis mas através da sua determinação férrea conseguiu obter a vitória final.

---

<sup>[78]</sup> POLO, Francisco Pina – *The Consul at Rome. The Civil Functions of the Consuls in the Roman Republic*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011.

<sup>[79]</sup> HART, B. H. Liddell – *ob. cit.*

<sup>[80]</sup> MILES, Richard – *ob. cit.*

## 5. O enredo da batalha de Canas [216 a. C.]

No dia 2 de Agosto de 216 a. C., perto da localidade de Canas [na margem sul do rio Áufido], as tropas romanas comandadas pelos cônsules Gaio Terêncio Varrão e Lúcio Emílio Paulo, englobavam 4 legiões cada um<sup>[81]</sup>, ou seja, o dobro do habitual, a actuar conjuntamente num total de 80.000 infantes e 6.000 cavaleiros, enfrentando os problemas logísticos daí resultantes. Esta grande força iria defrontar 40.000 infantes e 10.000 cavaleiros do exército cartaginês comandados por Aníbal Barca.

Segundo Políbio, Aníbal tinha acabado de tomar Canas quando as legiões romanas aí chegaram. Com uma aproximação cautelosa por parte dos romanos, e após algumas escaramuças entre a cavalaria númida e os vélites romanos, ambos os exércitos acabaram por montar os seus acampamentos na margem norte do rio Áufido, a cerca de 3km entre si<sup>[82]</sup>.

Apesar da posição em que se encontravam supostamente não agradar ao cônsul Paulo, as legiões estavam numa situação em que tinham forçosamente de provocar a batalha. As tropas aliadas estavam ansiosas por defrontar os cartagineses e a distância entre os dois exércitos era demasiado curta para uma retirada segura, a qual afectaria negativamente o moral das tropas e o aprovisionamento necessário para uma força com aquela dimensão, estacionada durante vários dias. O exército cartaginês estava já a passar graves dificuldades devido à falta de mantimentos e, em parte, essa foi uma das razões para tomarem Canas.

Após alguns dias de pequenas escaramuças, o cônsul Varrão terá decidido posicionar as suas tropas para a batalha do lado oposto do rio, onde o terreno seria supostamente mais adequado para fazer face à superioridade numérica da cavalaria púnica. As legiões dispuseram-se numa única linha de batalha, com o flanco apoiado no rio, cuja posição era protegida pela cavalaria romana num total de 2.400 homens comandados pelo cônsul Paulo. No flanco esquerdo estava a cavalaria aliada e latina, num total de 3.600 homens. No centro, comandados por Servílio Gémino [?-216 a. C.], encontravam-se 55.000 legionários precedidos por 15.000 vélites, dispostos em *triplex axes*<sup>[83]</sup>, mas aparentemente com os manípulos formados em maior profundidade e mais aproximados uns dos outros que o usual. Esta alteração serviria para dar maior velocidade e coerência ao dispositivo, composto por muitas tropas recentemente recrutadas e com pouca experiência, mas também para impedir a deserção das mesmas.

---

[81] Consultar Anexo C.

[82] Consultar Apêndice A, Figura A. 14. Cf. GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 264.

[83] Consultar Apêndice A, Figura A.15. GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 269.

Para além disso, este dispositivo seria uma grande demonstração de força por parte das legiões e dar-lhes-ia um considerável poder ofensivo, ainda que em detrimento da flexibilidade característica das mesmas.

A cavalaria romana e aliada teria como missão fixar apenas a cavalaria púnica, enquanto a infantaria pesada esmagava o centro cartaginês, muito menos numeroso. Após a derrota da infantaria cartaginesa, a sua cavalaria deixaria de ser uma ameaça para as legiões. Esta tática não era subtil e recorria à força bruta para obter vantagem sobre os menores efectivos cartagineses<sup>[84]</sup>.

Ao constatar que as legiões formavam para a batalha, Aníbal terá dado a ordem ao seu exército para que atravessasse o rio e formasse o dispositivo. A cavalaria gaulesa e hispânica ficaria no flanco esquerdo, sob o comando de Asdrúbal<sup>[85]</sup> [não existem dados concretos sobre os números, mas talvez 4.000 gauleses e 2.000 hispânicos]. Aníbal e o seu irmão Magão Barca terão ficado no centro com a infantaria, com cerca de 8.000 soldados de infantaria ligeira<sup>[86]</sup> e 32.000 soldados de infantaria pesada [20.000 gauleses, 4.000 hispânicos e 8.000 líbios]. O dispositivo da infantaria tinha uma maior profundidade nas suas extremidades devido à presença dos contingentes líbios do que no seu centro [propositadamente, ou não]; este centro era unicamente constituído por gauleses e hispânicos, formados numa linha convexa. No flanco direito estava posicionada a cavalaria núpida, comandada por Maárbal<sup>[87]</sup>, com cerca de 4.000 homens.

O que se seguiu terá sido o desenrolar normal nas batalhas da Antiguidade. Os exércitos ficaram a observar-se durante algumas horas e terão ocorrido algumas escaramuças entre a infantaria ligeira de ambas as forças, no decurso das quais o cônsul Paulo foi gravemente ferido por uma funda<sup>[88]</sup> [ferimento que viria a ser fatal]. Seguiu-se o combate corpo-a-corpo quando a cavalaria gaulesa e hispânica de Asdrúbal carregou sobre a cavalaria romana, cujo comandante tinha sido gravemente ferido, dando início a uma peleja onde a ferocidade dos gauleses e dos hispânicos terá sido decisiva<sup>[89]</sup>.

A cavalaria romana foi então perseguida pelos gauleses e hispânicos e terá sido praticamente chacinada [o terreno não favorecia uma retirada e muitos dos cavaleiros

---

<sup>[84]</sup> HEALY, Mark – *ob. cit.*, pp. 22-24.

<sup>[85]</sup> Quase nada se sabe sobre este Asdrúbal. Tanto Aníbal como Amílcar ou Hanão eram nomes cartagineses muito vulgares e, ao contrário do que acontece com os comandantes romanos, pouco ou nada se sabe acerca das suas origens. É importante não confundir com Asdrúbal Barca, irmão de Aníbal Barca, estacionado na Península Ibérica quando se deu a batalha de Canas nem com Asdrúbal Giscão, outro comandante cartaginês presente em solo ibérico na mesma altura.

<sup>[86]</sup> No exército cartaginês estes soldados eram essencialmente os fundibulários das ilhas Baleares.

<sup>[87]</sup> Maárbal era o comandante da cavalaria do exército cartaginês, aparentemente o subordinado em quem Aníbal mais confiava, tendo-lhe atribuído várias missões importantes e com bastante autonomia. Existe alguma discussão se era realmente Maárbal a comandar a cavalaria núpida ou se era um homem chamado Hanão, cuja identidade não é bem conhecida.

<sup>[88]</sup> Arma primitiva, que não é mais do que uma corda dobrada ao meio em partes iguais, e que serve para arremessar pequenos objectos como seixos a grandes velocidades.

<sup>[89]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A.16. Cf. GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 274.

romanos terão sido encurralados contra o rio]. Entretanto, as forças romanas entraram em contacto com a infantaria do centro cartaginês, também ela de origem gaulesa e hispânica. Após uma resistência prolongada, algo a que os romanos não estavam habituados da parte dos gauleses, as legiões conseguiram finalmente obrigar o centro cartaginês a recuar lentamente, sem, no entanto, conseguir quebrar o seu dispositivo, que ficou com uma forma côncava.

Políbio refere que este avanço foi feito à custa da desorganização do dispositivo romano, em que já não se distinguiam os manípulos, mas sim uma única massa de soldados desorganizada. A pressão das legiões no dispositivo cartaginês tornou-se então insustentável e os gauleses terão quebrado e iniciado a fuga. Instigados pelo sucesso no centro, os romanos lançaram ainda mais tropas para a brecha criada, julgando que a vitória estava próxima<sup>[90]</sup>.

Foi neste momento que os contingentes líbios das extremidades do dispositivo [que ainda não tinham entrado em combate] se posicionaram em ambos os flancos da enorme coluna romana e avançaram ordeiramente sobre estas tropas. O avanço romano no centro cessou e os manípulos, totalmente desorganizados, terão tentado fazer frente a este avanço dos líbios, mas sem grande sucesso. Os gauleses e hispânicos que tinham iniciado a debandada ao centro reorganizaram-se e voltaram ao combate. A cavalaria latina e aliada, comandada por Varrão, apesar de ter sofrido baixas constantes pela cavalaria nômada, manteve-se em posição a observar os acontecimentos. Quando a cavalaria gaulesa e hispânica de Asdrúbal, no flanco contrário, voltou para atacar a retaguarda da cavalaria aliada e latina, Varrão decidiu abandonar o campo de batalha. Asdrúbal reorganizou a sua cavalaria, deixou a perseguição a Varrão para a cavalaria nômada de Maárbal e virou-se para a retaguarda das legiões [onde estariam os *triarii*, também completamente desorganizados] e iniciou uma série de cargas que completaram o cerco ao dispositivo romano. Neste preciso momento terminou a batalha e iniciou-se um massacre que deverá ter levado várias horas.

No final do dia, as legiões romanas terão perdido, segundo Lívio<sup>[91]</sup>, cerca de 48.000 homens mortos no campo de batalha e cerca de 20.000 prisioneiros, feitos na sua maioria nos acampamentos e não no campo de batalha. Os cartagineses, por sua vez, terão deixado no terreno cerca de 6.000 homens, na sua maioria gauleses e hispânicos,

---

<sup>[90]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 17. Cf. GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, p. 276.

<sup>[91]</sup> Os dados relativos às baixas sofridas na batalha de Canas são os apresentados por Tito Lívio e não os de Políbio, embora mais credível nos seus relatos, apresenta dados que não coincidem com o número de combatentes que o próprio afirma terem participado na batalha.

mortos durante a debandada que se seguiu ao avanço romano e não derivado ao combate em fileiras cerradas<sup>[92]</sup>.

\*

Independentemente do que sucedeu após a batalha e de quem venceu a guerra, o que aconteceu nas margens do rio Áufido, no ano de 216. a. C., marcou definitivamente a História Militar. Aníbal Barca alcançou um feito que muitos comandantes desde então tentaram emular, mas nunca com o mesmo grau de sucesso atingido pelo general cartaginês. A batalha é, até aos nossos dias, considerada como o exemplo perfeito de batalha de aniquilação, em que o oponente não perde apenas a vontade de combater, mas deixa de existir fisicamente.

Portanto, será fácil de compreender porque foi considerada uma fonte de inspiração para muitas campanhas militares ocidentais. Consciente ou inconscientemente, os chefes militares procuram obter o mesmo tipo de resultados e frequentemente usando as mesmas táticas que Aníbal usou. Um dos grandes nomes que possivelmente o fez foi Alfred von Schlieffen, Chefe de Estado-Maior alemão no período que antecedeu a Primeira Grande Guerra, e o responsável pelo planeamento de guerra durante os anos em que ocupou o cargo. Iremos agora debruçar-nos sobre o manuscrito que este escreveu em 1905 e que ficou para a História como o Plano *Schlieffen*, o qual era supostamente inspirado na batalha de Canas.

---

<sup>[92]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *ob. cit.*, pp. 279-280.

## II CAPÍTULO

### A génese do Plano *Schlieffen*

#### 1. O contexto europeu e as grandes potências entre 1871 e 1905

No final do século XIX e início do século XX a Europa estava em franca ebulição, marcada pelas enormes mudanças nos domínios industrial, político, social e científico que ocorreram por todo o continente, mas com especial incidência nos cinco grandes impérios europeus – a Alemanha, a França, a Grã-Bretanha, a Áustria-Hungria e a Rússia.<sup>[93]</sup> Por seu lado, a Prússia<sup>[94]</sup>, animada pelo exemplo da Itália, que tinha concluído recentemente o seu processo de unificação [em 1866, a Prússia tinha concluído com sucesso a guerra contra o Império Austro-Húngaro pela posse da região do Holstein-Schleswig<sup>[95]</sup>] concluía também a sua união. Contava ainda com uma vitória estrondosa sobre a França na Guerra Franco-Prussiana [1870-1871]. No final desta contenda, a Prússia assumiu o controlo sobre a região da Alsácia-Lorena e o rei da Prússia foi coroado como *Kaiser* Wilhelm I<sup>[96]</sup>, no Palácio de Versalhes.

Foi uma época em que a Segunda Revolução Industrial começou verdadeiramente a fazer sentir os seus efeitos num gigantesco êxodo das populações em direcção às grandes cidades europeias, as quais se desenvolveram rapidamente<sup>[97]</sup>. Esta migração em massa provocou grandes convulsões sociais que desestabilizaram quase toda a Europa [principalmente a dinastia russa Romanov<sup>[98]</sup>] e no plano externo salientavam-se as disputas coloniais e a corrida ao armamento pelas grandes potências. Apointamos, neste contexto, a introdução de sistemas de conscrição em massa em quase

---

<sup>[93]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 19. Cf. STÜRMER, Michael – *O Império Alemão: Breve História, Grandes Temas*, 2000.

<sup>[94]</sup> FRIEDRICH, Karin – *The Other Prussia: Royal Prussia, Poland and Liberty (1569-1772)*, Cambridge University Press, Cambridge, 2006, p. 146.

<sup>[95]</sup> HEADLAM, James Wycleaf – *Bismarck and the Foundation of the German Empire*, Echo Library, Londres, 2007, p. 106.

<sup>[96]</sup> PALMER, Alan Warwick – *The Kaiser: warlord of the Second Reich*, Weidenfeld and Nicolson, University of Michigan, 1978.

<sup>[97]</sup> STEARNS, Peter – *The Industrial Revolution in World History*, Westview Press, [s. l.], 2007.

<sup>[98]</sup> MILLER, Aleksei – *The Romanov empire and nationalism: essays in the methodology of historical research*, tradução by Serguei DOBRYNIN, Central European University Press, Budapeste, 2008.

todos os países, o que originou exércitos de milhões de homens num continente prestes a tornar-se num verdadeiro barril de pólvora<sup>[99]</sup>.

### 1.1. O papel da Grã-Bretanha

A Grã-Bretanha vitoriana era a grande potência mundial, aqui atingindo o seu apogeu, mas a sua posição poderia ser ameaçada se uma das potências continentais fosse dominante em relação às restantes<sup>[100]</sup>. Era a senhora incontestada dos mares desde os finais do século XVI, com uma *Royal Navy* sem rival em tamanho e com poucas Marinhas de Guerra que se lhe pudessem comparar em tecnologia<sup>[101]</sup>. O seu império colonial gigantesco [talvez o maior império de sempre] fornecia-lhe simultaneamente as bases de sustentação logística para que a *Royal Navy* pudesse operar em qualquer mar ou oceano, sendo também a fonte da maioria dos recursos naturais que alimentavam a indústria britânica. Para manter esta posição interessava à Grã-Bretanha que a balança de poderes na Europa estivesse em constante equilíbrio, nem que para isso fosse necessário estabelecer alianças com algumas dessas potências, ainda que contrárias. Esta era a forma de manter as grandes potências em suspenso e prevenir as ameaças à hegemonia naval pela França e Alemanha<sup>[102]</sup>.

### 1.2. O ressurgimento da França

A França havia sido humilhada na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, mas continuava a ser uma grande potência europeia com uma enorme população, um império colonial considerável e ainda em expansão<sup>[103]</sup>. Animada pelo espírito de retaliação pela ofensa sofrida após 1870-1871 e pela vontade de recuperar a Alsácia-Lorena, a França começava a preparar-se para a futura guerra com o Império Alemão, considerada inevitável [dadas as circunstâncias políticas em que tinha acabado a anterior luta]. Para tal, começara a mobilizar os seus recursos humanos e materiais numa reorganização

---

<sup>[99]</sup> SANTOS, João Resende – *Neorealism, states, and the modern mass army*, Cambridge University Press, Cambridge, 2007.

<sup>[100]</sup> FERGUSON, Niall – *Empire: the rise and demise of the British world order and the lessons for global power*, Basic Books, Londres, 2004.

<sup>[101]</sup> LEYLAND, John – *The Royal Navy*, BiblioLife, Londres, 2009.

<sup>[102]</sup> AFFLERBACK, Holger & STEVENSON, David – *An improbable war? The outbreak of World War I and European political culture before 1914*, Berghahn Books, Londres, 2007.

<sup>[103]</sup> PRICE, Roger – *The French Second Empire: an anatomy of political power*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

profunda do seu exército, que se tornou numericamente superior ao alemão<sup>[104]</sup>, apesar da Alemanha possuir uma maior população. No contexto colonial, o grande objectivo da França fora expandir a sua influência no continente africano, o que iria inevitavelmente entrar em rota de colisão com os interesses do Império Britânico.

### 1.3. O declínio do Império Russo

O Império Russo governado pela dinastia Romanov detinha uma dimensão incomparável perante a Europa, o que lhe proporcionava uma segurança eficaz contra qualquer ataque militar [devido às distâncias enormes que um inimigo teria que percorrer até Moscovo] e com a população mais numerosa da continente europeu. Estava, teoricamente, em condições de fazer frente a qualquer adversário<sup>[105]</sup>. No entanto, o Império Russo começava a sentir fortemente os efeitos da agitação social causada pelos fracassos da Revolução Industrial e travou, sem sucesso, uma guerra contra o Japão<sup>[106]</sup>, da qual saiu com um exército e uma armada completamente desorganizada e o prestígio seriamente afectado. Para além disso, o Império Russo via-se como o defensor dos direitos dos povos eslavos [neste caso, os sérvios] contra as ambições germânicas [alemãs e austro-húngaras], tanto na Europa de Leste como nos Balcãs, o que era uma infundável fonte de instabilidade na Europa<sup>[107]</sup>.

### 1.4. O ocaso do Império Austro-Húngaro

O Império Austro-Húngaro era considerado o “parente pobre” entre as grandes potências da Europa. Muito menos industrializado do que os seus “irmãos” germânicos, o seu exército era considerado menos organizado e eficiente que o das restantes potências. Era um estado multinacional, resultante da união entre o Arquiducado da Áustria e os reinos da Boémia e da Hungria<sup>[108]</sup>, mas que incluía outras minorias dentro das suas fronteiras, tais como eslovenos, eslovacos, ucranianos, croatas, polacos, romenos, sérvios e italianos, entre outros grupos. Tendo em conta que esta era uma época

---

<sup>[104]</sup> FORTESCUE, William – *The Third Republic in France, 1870-1940: conflicts and continuities*, Routledge, Londres, 2000.

<sup>[105]</sup> GEDDIE, John – *The Russian Empire*, Read Books Design, Londres, 2010.

<sup>[106]</sup> JUKES, Geoffrey – *The Russo-Japanese War (1904-1905)*, Osprey Publishing, Londres, 2002.

<sup>[107]</sup> GLENNY, Misha – *The Balkans: nationalism, war, and the Great Powers (1804-1999)*, Michigan University, 2000.

<sup>[108]</sup> WILSON, Peter Hamish – *The Holy Roman Empire (1495-1806)*, Palgrave, Londres, 1999.



pululante em movimentos nacionalistas, esta composição étnica não era favorável à sua coesão e estabilidade interna<sup>[109]</sup>. Apesar disso, detinha um território vasto e uma população considerável, bem maior do que a francesa. Se o Império não era estável a nível interno, não conseguiria mobilizar todos os seus recursos para se expandir além-fronteiras, instabilidade que poderia alastrar ao resto da Europa.

## 2. O II Reich no período de 1871 a 1905

Sob a liderança de Otto von Bismarck<sup>[110]</sup> [1815-1891], a Prússia conseguiu, através da diplomacia e da guerra, congregar em seu torno todos os estados alemães à exceção da Áustria, processo que “[...] libertou energias imensas por todo o Estado-Nação.” O recém-formado Império Alemão era, por direito próprio, uma grande potência, tendo em conta que no “decorso de uma geração [...] tornou-se na primeira potência industrial e comercial da Europa.” No campo científico e cultural, “[...] a língua das ciências, em muitas partes do mundo, era a alemã [...] e a arte alemã tornou-se tão importante como a francesa.” Foi também durante este período que se deu o “[...] nascimento do Estado-Providência e de instituições e aspirações democráticas [...]”<sup>[111]</sup>

A Alemanha dispunha de uma posição central que era, simultaneamente, uma fonte de enormes potencialidades e de grandes desafios. Se, por um lado, poderia usar os seus consideráveis recursos naturais [como o carvão e o ferro], humanos [a sua população, maior que a dos vizinhos], bem como a sua crescente capacidade industrial para se expandir em todas as direcções, também era verdade que poderia encontrar-se completamente rodeada de rivais<sup>[112]</sup>. Como tal, era necessário ao II *Reich* seguir uma política cuidadosa e, através da diplomacia, estabelecer alianças que lhe permitissem manter o seu *status quo*. A Alemanha deveria ser “um pilar de estabilidade” e não possuir a aparência de um império em expansão e que pudesse ser interpretado como uma ameaça para os seus vizinhos<sup>[113]</sup>.

No entanto, esta diplomacia cuidadosa foi aparentemente abandonada após a demissão de Bismarck em 1890, tendo a Alemanha permitido que a França firmasse uma aliança militar com o Império Russo em 1891, ficando progressivamente mais isolada no continente europeu e contando apenas com o Império Austro-Húngaro como único aliado.

---

<sup>[109]</sup> ROSHWALD, Aviel – *Ethnic nationalism and the fall of empires: central Europe, Russia, and the Middle East (1914-1923)*, Routledge, Londres, 2001.

<sup>[110]</sup> BRAVARD-THÉVENET, Hélène – *Otto Von Bismarck*, «Figures de l'Histoire», n.º 8, Hatier, Paris, 2002.

<sup>[111]</sup> STÜRMER, Michael – «Prefácio» in – *ob. cit.* pp. xxv-xxvi.

<sup>[112]</sup> HEADLAM, James Wycleaf - *ob. cit.*

<sup>[113]</sup> STÜRMER, Michael – «prólogo» in – *ob. cit.*, pp. xxxi-xxxii.

Em 1904, foi criada a *Entente Cordiale* entre a Grã-Bretanha e a França, o que colocava a Alemanha numa situação que os alemães entendiam como um “verdadeiro cerco”<sup>[114]</sup>.

A sua ligação com o Império Austro-Húngaro era especialmente problemática, pois esta potência era considerada mais fraca que as restantes. O Estado-Maior alemão encarava as capacidades militares do seu aliado com bastante cepticismo e não esperava que, numa eventual guerra, o exército austríaco fosse um grande auxílio, dada a fragilidade na sua preparação, equipamento e moral<sup>[115]</sup>. Não se esperava que fizesse mais do que fixar grandes quantidades de forças russas para que as forças alemãs pudessem exercer o esforço. Para além disso, as ambições expansionistas austro-húngaras para a região dos Balcãs eram um possível foco de instabilidade que poderia despoletar a guerra que já se antevia<sup>[116]</sup>.

Se a esta situação acrescentarmos o facto de a Alemanha ambicionar um império colonial em África, competindo directamente com a Grã-Bretanha e a França, o ambiente tornava-se ainda mais tenso<sup>[117]</sup>. A posse de um império colonial implicava a construção de uma Marinha de Guerra que pudesse competir com a *Royal Navy*. O II *Reich* ponderava, como tal, dar início a um ambicioso programa naval que iria fazer com que a Grã-Bretanha, até então numa posição neutral relativamente às potências europeias, se tornasse claramente hostil à Alemanha<sup>[118]</sup>.

Foi neste clima de paz armada, em que o sentimento geral era o de uma guerra entre a Alemanha e a França [e respectivos aliados] ser quase certa, que Alfred von Schlieffen [1833-1913] exerceu o cargo de Chefe de Estado-Maior alemão. Estando na iminência de uma guerra em duas frentes, contra inimigos numericamente superiores, a Alemanha provavelmente não conseguiria vencer caso fosse obrigada a combater simultaneamente contra ambos [França e Império Russo]. Este era o grande dilema da Alemanha imperial, com o qual Schlieffen lidou. O que chegou até aos nossos dias das alternativas que propôs estão resumidas no manuscrito que o próprio elaborou em 1905, actualmente conhecido como o Plano *Schlieffen*<sup>[119]</sup>.

---

[114] COOPER-RICHET, Diana & RAPOPORT, Michel – *L'Entente Cordiale: cent ans de relations culturelles franco-britanniques (1904-2004)*, Creaphis Editions, Paris, 2006.

[115] ZUBER, Terence – *ob. cit.*

[116] GLENNY, Misha – *ob. cit.*

[117] Consultar Apêndice A, Figura A. 20. Cf. BRUNDSCHWIG, Henry – *Le partage de l'Afrique Noire*, Flammarion, Paris, 1993.

[118] STÜRMER, Michael – *ob. cit.*

[119] Consultar Apêndice, Figura A. 21. FOLEY, Robert T. – *ob. cit.*

### 3. A composição do Exército alemão em 1905

O exército alemão era o herdeiro das tradições dos antigos exércitos dos Estados que constituíam a Alemanha no período anterior à unificação. O seu comandante supremo era o *Kaiser* e era ele quem tomava as decisões finais sobre os assuntos da mais alta importância. O Chefe de Estado-Maior era o responsável pelo planeamento e direcção das operações, mas não tinha nenhum poder executivo. O exército de campo estava dividido em 4 exércitos [exércitos da Prússia, Baviera, Württemberg e Saxónia], constituídos ao todo por 23 corpos de exército [CE's], considerados as unidades básicas do exército alemão. Apesar de provenientes dos diferentes exércitos dos Estados alemães e de conservarem algumas características distintivas, tais como os uniformes, todos estes CE's estavam treinados e equipados à maneira prussiana<sup>[120]</sup>.

Ainda que constituído pelos 4 exércitos acima referidos, o grosso das unidades pertencia, como é compreensível, ao exército da Prússia. Os comandantes dos CE's gozavam de um prestígio e uma autonomia consideráveis e, em tempo de paz, respondiam directamente ao *Kaiser*. Em caso de guerra, estas unidades ficavam sob o comando do Chefe de Estado-Maior alemão.

Era um exército baseado no serviço militar obrigatório, em que todos os homens alemães, dos 17 aos 45 anos, estavam abrangidos pela lei de serviço militar. Geralmente, a partir dos 20 anos, os jovens iniciavam o seu serviço com dois a três anos no exército de campo e quatro a cinco anos na situação de reserva. Nesta situação, os cidadãos eram obrigados a cumprir entre seis a oito semanas de exercícios anuais obrigatórios. No restante período de serviço militar, os alemães estavam disponíveis para serem chamados a servir, em caso de necessidade, na *Landwehr*. Os cidadãos que, de alguma forma, fossem dispensados de cumprir serviço nas fileiras e consequentemente na *Landwehr*, eram incorporados na *Landsturm*, que só deveria ser mobilizada em caso de absoluta necessidade<sup>[121]</sup>.

A população alemã, que rondaria os 67 milhões de habitantes, permitia que a grande maioria dos homens que se apresentava para cumprir serviço militar [excepto os que viriam a ser integrados no exército de campo] recebessem pouco ou nenhum treino. Nesta situação, a *Landwehr* e a *Landsturm* não seriam mais do que as forças destinadas a guarnecer as fortalezas, proteger as linhas de comunicações e fornecer tropas para repletamentos. Não era, portanto, uma força devidamente treinada, equipada e

---

<sup>[120]</sup> [www.globalsecurity.org](http://www.globalsecurity.org) [consultado em 3 Julho 2011]

<sup>[121]</sup> CRON, Hermann – *Imperial German Army, 1914-18: Organisation, Structure, Orders of Battle*, tradução de C. F. COLTON, Helion & Company Ltd., Londres, 2007.

organizada, capaz de levar a cabo manobras complexas. Em contraste, o exército de campo alemão era considerado como o melhor treinado e equipado da época. A maioria dos oficiais e sargentos eram provenientes das zonas rurais e, em especial, das regiões pertencentes ao antigo reino da Prússia<sup>[122]</sup>.

Em 1905, o exército alemão era supostamente constituído por cerca de 612.000 homens e, em tempo de guerra, era capaz de mobilizar 1.95 milhões de homens<sup>[123]</sup>, nas condições referidas anteriormente. Apesar destes números, a Alemanha só mobilizava cerca de 54% da sua população masculina entre os 17 e os 45 anos de idade. Esta percentagem ficava muito aquém daquela que acontecia em França [a sua grande rival], que mobilizava cerca de 80% da sua população masculina adulta, tendo, no entanto, uma população de apenas cerca de 36 milhões de habitantes<sup>[124]</sup>.

As principais unidades tácticas do exército alemão eram as divisões de infantaria, geralmente duas [poderiam ser mais] por cada CE. A constituição destas divisões não variava muito entre as diferentes potências, mas o campo em que os alemães seriam claramente superiores era na artilharia. As divisões alemãs tinham, na sua orgânica, a artilharia pesada [por exemplo, os obuses de 105<sup>mm</sup> e 150<sup>mm</sup>] em maior quantidade que qualquer dos seus rivais directos<sup>[125]</sup>.

### 4. As dinâmicas entre o Este vs. Oeste

No início do século XX, o II *Reich* encontrava-se no auge do seu poder e influência, mas também numa situação complexa no panorama internacional. A rede de alianças e a diplomacia de Bismarck, a qual era “[...] magistral na sua gestão e manipulação [...] entre a política e o negócio [...]” tinha-se alterado profundamente na altura em que este foi demitido do cargo. Esta situação era resultante das profundas reformas políticas, económicas e sociais que Bismarck tinha levado a cabo no final do século XIX e que culminaram com a sua demissão pelo *Kaiser*<sup>[126]</sup>.

Como tal, o II *Reich*, no início do século XX, via-se confrontado com uma situação em que era cada vez mais provável uma guerra com duas frentes. Segundo as convenções mais conhecidas entre a França e o Império Russo, seriam disponibilizados

---

<sup>[122]</sup> [www.globalsecurity.org](http://www.globalsecurity.org) [consultado em 3 Julho 2011]

<sup>[123]</sup> STROHN, Mathias – *The German Army and the Defence of the Reich: Military Doctrine and the Conduct of the Defensive Battle (1918-1939)*, Cambridge University Press, Cambridge, 2010.

<sup>[124]</sup> HOWARD, Michael – *The First World War: a very short introduction*, Oxford University Press, Oxford, 2007.

<sup>[125]</sup> FOLEY, Robert T. – *ob. cit.*

<sup>[126]</sup> STÜRMER, Michael – *ob. cit.*

cerca de 1.3 milhões de soldados franceses e cerca de 700.000 a 800.000 soldados russos contra o Império Alemão, em caso de um dos signatários ser atacado<sup>[127]</sup>. Atendendo à disparidade dos números, o Império Alemão encontrava-se numa situação em que poderia ser rapidamente atacado por 2 milhões de soldados inimigos, apenas conseguindo mobilizar 1.2 milhões de homens para lhes fazer frente<sup>[128]</sup>.

Durante o tempo em que exerceu o cargo de Chefe de Estado-Maior alemão, Helmuth von Moltke [tio][1800-1891] debateu-se com o problema de preparar o exército alemão para fazer face a esta situação. A França, em virtude da derrota sofrida na Guerra Franco-Prussiana, deu início a um processo intensivo de reorganização e rearmamento do seu exército. Assim sendo, Moltke terá considerado seriamente a hipótese de lidar primeiro com a frente ocidental e após esta estar resolvida [possivelmente com uma batalha na região da Lorena, dependente de um ataque francês] lidar então com a frente oriental. No entanto, esta vitória sobre os franceses não seria total e dependia, em grande medida, do esforço da diplomacia para obter condições favoráveis aos alemães<sup>[129]</sup>.

Por outro lado, a frente ocidental, com os seus vastos espaços oferecia muito melhores perspectivas para uma grande ofensiva. De uma forma muito simplificada, Moltke [tio] e o seu sucessor, Waldersee<sup>[130]</sup> [1832-1904], pretendiam mobilizar o exército alemão com a mínima força necessária para fazer frente ao exército francês. Acreditavam que este tomaria a iniciativa de uma ofensiva, tendo em conta a sua vantagem numérica, e era necessário retardá-los o máximo tempo possível. Mobilizariam todo o restante exército para uma ofensiva coordenada com os austríacos contra os russos. Tanto Waldersee como Moltke consideravam que, apesar da reestruturação do exército francês, colocado quase ao mesmo nível do alemão em termos de treino e preparação [e mais numeroso], o exército russo continuava a ser a principal ameaça, pelo que apenas no leste seria possível obter a vitória total que os alemães necessitavam<sup>[131]</sup>.

Esta situação viria a alterar-se radicalmente com a chegada de Alfred von Schlieffen ao cargo de Chefe de Estado-Maior. Schlieffen opunha-se intransigentemente às ideias dos seus antecessores quanto à prioridade que deveria ser atribuída a cada inimigo nos planeamentos. Na sua óptica, a França era claramente o inimigo mais perigoso, tendo em conta que conseguiria mobilizar o grosso do seu exército muito mais rapidamente do que os russos, para além de duvidar que fosse possível obter uma vitória total contra estes. O Chefe de Estado-Maior alemão acreditava que, face a uma grande

---

[127] RITTER, Gerhard – *ob. cit.*

[128] FOLEY, Robert T. – «Introduction» in *ob. cit.*, p. xxi.

[129] RITTER, Gerhard – *ob. cit.*

[130] STROHN, Mathias – *ob. cit.*

[131] RITTER, Gerhard - *ob. cit.*, p. 19.

ofensiva alemã, os russos simplesmente retirariam para a imensidão do seu território, aproximando-se das suas bases de abastecimento e dando tempo para mobilizar todo o seu exército, altura em que contra-atacariam em força<sup>[132]</sup>. Schlieffen regressou então à hipótese de um *westaufmarschplan*<sup>[133]</sup>, já equacionada por Moltke, mas foi mais ambicioso nos seus objectivos, como formulado no Plano *Schlieffen*.

### 5. A construção do Plano *Schlieffen* [1905]

Ao elaborar o Plano *Schlieffen* em 1905, deixado manuscrito, e uma vez que os franceses prepararam posições defensivas na região de Belfort, Épinal, Toul e Verdun, o Chefe de Estado-Maior alemão partiu do princípio que aqueles iriam assumir uma postura defensiva e esperar pelo auxílio russo. Atacar frontalmente essas posições, que estariam bem guarnecidas, seria muito difícil. O esforço seria direccionado não contra estas fortalezas [que se apoiavam mutuamente] nem contra a fortaleza de Nancy, que seria fácil de cercar mas cuja tomada faria com que os alemães se encontrassem de frente com as fortificações de Toul. Um ataque pelo sul da linha de posições francesas obrigaria a uma campanha contra os suíços, que os alemães não conseguiriam subjugar a tempo [se conseguissem subjugar] antes que os franceses se preparassem para o ataque.

Os franceses, para além da já referida linha Belfort-Épinal-Toul-Verdun, tinham também posições defensivas ao longo dos rios Aisne e Aire, bem como na linha Reims-La Fère. A perspectiva de sucesso de um ataque a qualquer uma destas posições defensivas não era encorajadora, e mesmo que fosse bem sucedido, não traria a vitória decisiva que os alemães necessitavam.

A alternativa era efectuar um ataque de nordeste, aos flancos de Mézières, Rethel e La Fère, e através do rio Oise na fronteira franco-belga, onde as defesas francesas eram muito menos imponentes. Para que esta ofensiva acontecesse, era necessário violar a neutralidade da Holanda, da Bélgica e do Luxemburgo. Schlieffen era da opinião que o Luxemburgo não traria mais consequências do que meros protestos e que a Holanda poderia ser convencida a permitir a passagem dos exércitos alemães. A Bélgica, no entanto, ofereceria resistência nas suas fortalezas em Antuérpia, Liège e Namur. Schlieffen antecipava que os franceses poderiam tentar resistir mobilizando rapidamente forças estacionadas na fronteira franco-alemã ou na fronteira dos Alpes para

---

<sup>[132]</sup> FOLEY, Robert T. – *ob. cit.*

<sup>[133]</sup> Plano de ofensiva ocidental, tradução livre do autor.

fazer frente a esta ofensiva. De qualquer forma, o ataque alemão deveria ser capaz de vencer esta resistência e prosseguir a sua marcha.

O Chefe de Estado-Maior alemão considerava também o problema da falta de linhas de comunicações [estradas e caminhos-de-ferro] na Bélgica, que não conseguiriam suportar o avanço de vinte e três CE's num movimento que apenas tivesse como objectivo contornar Namur pelo sul. Era necessário efectuar um movimento mais amplo, contornar a fortaleza belga pelo norte e atacar através da linha Verdun-Dunquerque. Os CE's de reserva deveriam apoiar o avanço do restante exército, vigiar as vias de comunicação, e as fortalezas belgas e francesas que tivessem que ser ultrapassadas.

A sul do Moselle deveriam ficar três CE's 'e meio', com a missão de fixar o máximo de forças francesas possíveis, através de um ataque a Nancy. O eixo através do qual o envolvimento alemão se deveria apoiar era a fortaleza de Metz, que teria que ser reforçada com trabalhos de engenharia ao longo das margens do rio Moselle, do Saar e do Nied. O envolvimento alemão deveria ser feito por oito CE's que avançariam a sul de Liège, acompanhados por um nono CE que ficaria responsável por tomar a fortaleza de Huy. Estes nove CE's seriam imediatamente seguidos por outros sete, cuja maioria ficaria responsável pelo cerco a Antuérpia.

Cerca de seis CE's e uma divisão de cavalaria deveriam avançar contra o rio Meuse entre Mézières e Namur, subindo o número de CE's nesta região para cerca de quinze. Desses, oito CE's deveriam avançar contra a frente Mézières-Verdun. Deveriam ser seguidos por dez brigadas de *Landwehr*, cujas tarefas seriam proteger o flanco da força que executava o envolvimento e guarnecer a fortaleza de Metz. Schlieffen parte do pressuposto que a mobilização alemã não vai ser afectada por intervenção francesa, mas considera enviar os corpos de reserva para além dos rios Saar e Saarbrücken com o intuito de proteger a mobilização. Não sabia ao certo se os franceses ficariam estáticos a aguardar um ataque alemão ou se contra-atacariam. De qualquer das formas, era importante que as forças alemãs já tivessem ultrapassado o estreito entre Bruxelas e Namur antes de um eventual embate. As forças que avançassem próximas da região de Montmedy-Longwy teriam que se preparar para oferecer combate e sustentar o maior número de forças francesas possível.

Assim que as forças alemãs conseguissem atravessar a cintura de fortalezas francesas, fosse por não terem encontrado resistência quer através de uma batalha bem sucedida em solo belga, deveriam avançar contra o flanco das forças francesas em Mézières-Rethal-La Fère. Schlieffen considerava a hipótese de os franceses se reorganizarem e mobilizarem forças para fazer frente a este avanço. Segundo o Autor, era possível [mas não provável] que uma força que retirasse da Bélgica ou do sul da

França ocupasse posições defensivas a sul do rio Somme. O mais provável era a retirada para os rios Marne ou Sena, usando a gigantesca fortaleza de Paris para proteger o flanco dessas forças.

Deparando-se com este problema, Schlieffen sugere que a solução é alargar ainda mais o envolvimento para oeste de Paris, abordando depois a cidade pelo sul<sup>[134]</sup>. Esta solução requer uma grande quantidade de forças [do exército regular], pelo que todas as tarefas secundárias, como a observação das fortalezas ultrapassadas, deveriam ser deixadas para as forças de reserva e de *Landwehr*. Não era possível deixar forças na retaguarda para enfrentar uma eventual intervenção britânica. Nessa eventualidade, as forças alemãs deveriam parar, derrotar a ameaça britânica e voltar à ofensiva.

Um dos principais problemas era a necessidade de empregar forças que a Alemanha não possuía à data e que deveria mobilizar por todos os meios, alterando a lei de castrametação, se necessário. Eram fundamentais tantos CE's quantos fossem possíveis criar, mesmo em detrimento do seu treino e organização. A maioria destes CE's não iria desempenhar tarefas que não fossem secundárias. A capacidade dos caminhos-de-ferro belgas também preocupava o Chefe de Estado-Maior alemão visto que vital uma grande velocidade nos movimentos e o número de tropas que deveria ser movimentado era bastante volumoso. Dos trinta e três CE's que Schlieffen considerava necessários para levar a cabo o plano, mais de um terço era necessário apenas para cercar e envolver Paris [sete CE's para envolverem e seis para cercarem a fortaleza].

Em resumo, a França deveria ser encarada como uma fortaleza inexpugnável pela frente Belfort-Verdun, mas vulnerável na linha Mézières-Mauberge-Lille-Dunquerque, aonde deveria ser feito o ataque. Seria provável que, ameaçadas pela sua retaguarda, as forças francesas recuassem para uma segunda linha entre Reims e La Fère<sup>[135]</sup>. O movimento alemão deveria ser de tal forma amplo que nem mesmo esta linha seria capaz de proteger as forças francesas. Um flanco direito forte era essencial para executar esta manobra, mesmo em detrimento das forças do centro, na fronteira franco-alemã. Schlieffen contava com os recursos da população belga para suprir as necessidades [em mantimentos e alojamento] das forças alemãs. Tinha também a esperança que, sob estas condições, a Bélgica se abstivesse de combater e permitisse a passagem pelo seu território, entregando as suas fortalezas sem resistência.

Os franceses, ao aperceberem-se da mobilização alemã, poderiam lançar uma grande contra-ofensiva na fronteira franco-alemã ou até mesmo através da Suíça. Tal situação seria ainda mais favorável aos alemães, desde que a sua ala direita fosse

---

<sup>[134]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 22.

<sup>[135]</sup> Consultar Apêndice A, Figura A. 23.



suficientemente forte para executar o envolvimento e o centro capaz de aguentar o tempo necessário para que tal fosse feito.

## **III CAPÍTULO**

### **As dinâmicas da comparação entre Canas e o Plano Schlieffen**

#### **1. Alfred von Schlieffen e a série *Cannæ***

Foi em 1909 que Alfred von Schlieffen<sup>[136]</sup> publicou o seu artigo histórico mais elaborado e, porventura, mais relevante para a compreensão das suas ideias aplicáveis ao exército alemão na série *Cannæ Studies*. Será de supor que o grande interesse de Schlieffen nesta batalha em particular tenha sido desperto pela obra do seu compatriota Hans Delbrück, um dos historiadores mais importantes do seu tempo. Na sua obra *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der Politischen Geschichte* [*History of the Art of War within the Framework of Political History*], que trata da guerra na Antiguidade, Delbrück refere detalhadamente a batalha de Canas, a qual terá sido “uma das vitórias no campo de batalha mais esmagadora e aparentemente decisiva<sup>[137]</sup>”.

Não tendo sido, obviamente, o único artigo sobre História Militar<sup>[138]</sup> da autoria de Schlieffen [com especial relevo para o herói nacional prussiano, Frederico, o *Grande* [1712-1786] e as suas campanhas], seria aqui que voltava a versar num conceito que foi a base do seu trabalho enquanto Chefe do Estado-Maior alemão. Nele defendia a aniquilação do exército inimigo através de envolvimento e considerava a vitória de Aníbal Barca sobre os romanos como o exemplo mais perfeito deste objectivo.

Nos anos seguintes, após a publicação dos *Cannæ Studies*<sup>[139]</sup> e até ao seu falecimento, Schlieffen editou no periódico *Vierteljahrsheft für Truppenführung und Heereskunde* vários artigos em que os *Feldherr* [comandantes] aplicaram, consciente ou inconscientemente, os mesmos princípios de Aníbal Barca, embora com diferentes graus de sucesso. Segundo o próprio Schlieffen, o que tinha sido atingido em Canas estava no pensamento dos comandantes como um objectivo a atingir.”

Apesar da publicação do *Cannæ Studies* [1909] ter sido destinada aos que tinham sido seus subordinados no Estado-Maior alemão, bem como para aqueles que

---

<sup>[136]</sup> Consultar Apêndice B.

<sup>[137]</sup> Daqui em diante e para o entendimento desta matéria em específico, as citações que se seguem no corpo do texto referem-se ao pensamento de Robert T. Foley, escusando-nos de referências bibliográficas mais detalhadas e repetidas.

<sup>[138]</sup> Consultar Apêndice C.

<sup>[139]</sup> Consultar Apêndice D.

estavam familiarizados com as críticas aos seus “jogos de guerra”, a ideia dos envolvimentos, dos ataques de flanco e da batalha de aniquilação [*Vernichtungsschlacht*] não era inovadora, mas foi algo que Schlieffen enfatizou enquanto Chefe de Estado-Maior alemão.

Naturalmente, e à semelhança do que aconteceu com o seu artigo *War Today*, e novamente da parte dos comandantes dos CE's, as críticas não tardaram a surgir. O principal alvo dessas censuras era a tendência de Schlieffen para examinar os acontecimentos fora do contexto e comprovar apenas aqueles aspectos da guerra que julgava serem essenciais. Questionavam em particular que lições se podiam aprender partir da guerra na Antiguidade que fossem aplicáveis na guerra moderna. Criticavam também o facto de o Chefe de Estado-Maior alemão generalizar demasiado as lições e as experiências que se adequavam a uma situação concreta.”

## **2. Semelhanças/incongruências entre Canas e o Plano *Schlieffen***

### **2.1. O domínio das semelhanças**

Chegados a esta fase, e após o enquadramento histórico e teórico da batalha de Canas e do Plano *Schlieffen*, é agora o momento adequado para tentarmos definir quais as semelhanças ou pontes de ligação que se podem estabelecer entre estes dois contextos. Na procura destas semelhanças temos que ter em consideração duas situações distintas, em épocas muito diferentes, com exércitos de tamanhos e armamentos diversos, utilizando procedimentos tácticos distintos. Assim sendo, uma comparação só poderá ser conseguida de acordo com algumas limitações e parâmetros.

A mais evidente de todas as pontes de ligação é, com certeza, o artigo que Schlieffen escreveu para o periódico do Estado-Maior alemão, intitulado *Cannæ Studies*, em que faz uma breve descrição e análise da batalha. A simples existência deste artigo é um dos factos que presume que Canas foi, efectivamente, uma inspiração para o seu planeamento. Também expressa claramente qual o aspecto desta batalha que considera mais importante e que deve ser utilizado como exemplo a seguir no planeamento de futuras operações militares. Segundo Schlieffen, os ataques frontais devem ser evitados e os meios para atingir os objectivos de qualquer comandante devem ser sempre os envolvimentos ou os ataques de flanco. Para além do exemplo da batalha de Canas, refere também outras batalhas, como Königgrätz ou Sedan, em que, na sua opinião, os

comandantes procuraram seguir o exemplo de Aníbal Barca. Esses comandantes conseguiram, com maior ou menor grau de sucesso, obter vitórias deste género, supostamente com a grande batalha da Antiguidade no seu pensamento.

Outra grande ponte de ligação que poderá existir é a finalidade última de ambas as situações. Porventura, Aníbal Barca desejava, através de uma grande vitória, desestabilizar a rede de alianças da República, levando a que os romanos se vissem forçados a pedir uma rendição [o que não aconteceu] sem, no entanto, os eliminarem enquanto entidade política. Schlieffen, de modo semelhante, pretendia obter uma vitória rápida e esmagadora sobre os franceses, forçando-os a uma rendição em massa e destruindo totalmente a sua capacidade e vontade de combater, sem eliminar definitivamente a França como adversário.

Olhando para as duas situações em geral, parecem, de facto, semelhantes. Em ambas existem forças posicionadas nos flancos com potencial relativo de combate claramente superior às restantes, prontas a executar os ataques de flanco e os envolvimentos [no caso de Canas, a infantaria líbia e a cavalaria cartaginesa, enquanto no Plano *Schlieffen*, o grosso das forças ficaria colocada no flanco direito para executar a manobra]. Também existe uma força com potencial relativo de combate inferior, que tinha a tarefa de sustentar o ímpeto inicial do ataque inimigo e atrair para si o grosso das forças inimigas, permitindo ao resto do exército executar o envolvimento.

## **2.1. Incongruências em destaque**

Na batalha de Canas o exército cartaginês teria aproximadamente metade do tamanho do exército adversário e, mesmo enfrentando esta grande disparidade numérica, Aníbal Barca conseguiu executar o envolvimento, cercando completamente uma força com o dobro das dimensões e destruí-la completamente. Schlieffen, por seu lado, procurou incessantemente que o Governo Imperial alemão aprovasse os aumentos de efectivos e os meios para obter uma superioridade numérica esmagadora.

Aníbal Barca aceitou batalhar as legiões romanas num local escolhido pelo adversário e em condições numéricas adversas, e ainda assim travou a batalha e venceu-a. Schlieffen acreditava que a vitória só seria possível se a iniciativa fosse alemã, acção essa que nunca se poderia perder, sob risco do seu Plano falhar. Dependia também da superioridade numérica para obter a vitória necessária.

Quando chegou a Itália, Aníbal Barca estava à frente de um exército sob o seu comando à alguns anos e com bastante experiência de combate. Conhecia perfeitamente

as forças que comandava, bem como as potencialidades e limitações dos homens e do seu armamento. Schlieffen estava à frente de um exército que nunca tinha comandado pessoalmente [referimo-nos ao exército como um todo], um exército de conscrição com milhões de homens, experiência rara para qualquer comandante da época. Tinha também que integrar novos armamentos com tecnologia de ponta, para os quais era necessário desenvolver doutrina de emprego.

Aníbal desejava a batalha que, no seu entender, lhe traria o final da campanha e a vitória desejada. Schlieffen, pelo contrário, encontrava-se numa situação em que não desejava a batalha com os franceses, mas considerava-a inevitável. O seu objectivo era tentar obter uma vitória numa situação considerada de vida ou morte.

## **3. A aplicabilidade dos Princípios da Guerra**

### **3.1. Objectivo**

Alfred von Schlieffen tinha o objectivo claramente definido de, através de um movimento amplo rodeando Paris, envolver a totalidade do exército francês estacionado na fronteira franco-alemã e obrigá-lo à rendição em massa. O conceito era simples na sua construção, mas não estava em consonância com os meios que o exército alemão dispunha e que iriam afectar a forma como as operações seriam conduzidas. Esta inadequação dos meios possivelmente obrigaria a alterações nos prazos definidos e, eventualmente, a uma posterior mudança de objectivo para que este fosse adequado à missão.

Quanto a Aníbal Barca, é impossível dizer com certeza qual era a sua intenção, pois não se sabe da existência de nenhum documento escrito por sua mão ou dos seus subordinados que explicita o seu objectivo quando posicionou as tropas cartaginesas. Assumindo que ocorreu tudo exactamente como pretendia e não por sorte, então poder-se-á afirmar que o objectivo foi bem definido e era o adequado para a missão a cumprir.

### **3.2. Ofensiva**

O Plano *Schlieffen* apoiava-se sobretudo neste princípio mais do que em qualquer outro para obter o sucesso. O Plano era uma ofensiva em grande escala [nunca tentada até então], em que a velocidade de execução e a manutenção da iniciativa

assumiam uma importância vital. Só assim se conseguiria negar ao exército francês o tempo necessário para que este pudesse tomar as medidas adequadas para contrariar as intenções alemãs. É um excelente exemplo de um comandante a seguir o princípio da ofensiva como forma de obter uma vitória rápida e decisiva.

Aníbal Barca, pelo contrário, não aplicou o princípio da mesma forma. Durante a batalha o grosso do exército cartaginês [a sua infantaria] assumiu uma postura defensiva, obrigando as legiões a avançarem, desorganizando-se e expondo os flancos à melhor infantaria cartaginesa. A ofensiva foi tomada apenas pela cavalaria púnica que, após derrotar a cavalaria romana e aliada em ambos os flancos e a ter posto em retirada, completou o envolvimento e cercou totalmente as legiões. O que se seguiu foi a aniquilação completa das legiões. Não seguindo o princípio da ofensiva, Aníbal conseguiu ainda assim obter os resultados desejados.

### **3.3. Massa**

Para ser bem sucedido, o Plano alemão baseava-se na obtenção de uma superioridade numérica esmagadora que permitisse obter vitórias rápidas sobre os franceses e, simultaneamente, cumprir os prazos estabelecidos para o avanço da ofensiva. Qualquer atraso poderia colocar em causa a viabilidade do Plano. Assim se compreende a “obsessão” de Schlieffen em fazer pedidos constantes ao *Reichstag* para que o exército fosse aumentado através da criação de novos CE's, pedidos não atendidos principalmente por razões orçamentais.

Os cartagineses, pelo contrário, encontravam-se em grande inferioridade numérica, enfrentando um exército romano com quase o dobro do seu tamanho, o que apenas lhe permitiria aplicar o princípio da massa em situações específicas. Isto ocorreu, por exemplo, nos combates entre os contingentes de cavalaria, em que esta era numericamente superior [para não referir também a sua superior qualidade], permitindo aos cartagineses a obtenção de uma vantagem preciosa para a vitória.

### **3.4. Economia de forças**

O princípio da economia de forças é um corolário do princípio da massa, o que é facilmente perceptível em ambas as situações. Schlieffen considerava absolutamente essencial possuir um flanco direito forte para levar a cabo a manobra que idealizou. Para

conseguir concentrar as forças necessárias, iria gastar uma boa parte dos CE's que estivessem presentes na frente ocidental, o que tornaria fundamental aplicar o princípio da economia de forças na fronteira franco-alemã, deixando aí apenas o mínimo de forças e aplicando as restantes no envolvimento. Para além disso, e visto que Schlieffen na prática não dispunha de todas as forças necessárias para executar o Plano [pois não estavam constituídas], este princípio assume ainda maior importância.

Aníbal Barca, ao invés, teve de considerar muito seriamente este princípio, tendo em conta que se encontrava numa grande inferioridade numérica. Nesta situação, o princípio da economia de forças assumiu uma importância extrema e o comandante cartaginês fez uma distribuição criteriosa das suas forças para fazer frente ao avanço das legiões sem que o seu dispositivo quebrasse, permitindo concentrar as forças necessárias para cercar as forças romanas.

### **3.5. Manobra**

O princípio da manobra encontra-se também presente em ambos os casos e reveste-se de maior importância na actualidade que qualquer uma das situações em estudo. Este facto é consequência dos avanços tecnológicos e da introdução das forças mecanizadas [que ainda não tinham sido introduzidas no período em que Schlieffen viveu]. Apesar do espaço temporal que separa os dois acontecimentos, a mobilidade das forças no campo de batalha não se tinha alterado assim tão significativamente, ainda que se deva considerar a escala de ambos os contextos.

No Plano *Schlieffen* o sucesso estava dependente da manobra, mais concretamente de um envolvimento gigantesco, em que um CE que perdesse o ímpeto teria de ser imediatamente substituído por outro, o qual o ultrapassaria e manteria o avanço. Considerando este facto numa época em que a capacidade de manobra das unidades não se tinha alterado significativamente em relação à Antiguidade, o Plano dependia em grande parte da capacidade de envolver formações inimigas com características de mobilidade semelhantes.

Aníbal, ao mesmo tempo que colocou a maior parte das suas forças numa posição estacionária, manobrou apenas com aquelas que tinham efectivamente capacidade de execução, neste caso a sua cavalaria, que era reconhecida como mais móvel que qualquer força romana de cavalaria ou infantaria, pesada ou ligeira. Aníbal foi mais realista quanto às capacidades das suas forças e usou-as com o máximo proveito, sem no entanto lhes exigir algo inexecutável.

## **3.6. Unidade de Comando**

Quanto a este princípio, as diferenças são evidentes. No seu exército, Aníbal era o único comandante e os seus subordinados eram-lhe obedientes. Não restam dúvidas que esta força era, e foi até à destruição de Cartago, a mais disciplinada que os cartagineses alguma vez colocaram em campo, o que se deve em grande medida à capacidade de liderança de Aníbal Barca. Com o seu adversário isto não aconteceu pois em Canas foram os cônsules Paulo e Varrão [possuidores da mesmo nível de autoridade] a deterem o comando em dias alternados.

Schlieffen, por seu turno, não só não era o comandante operacional do exército alemão [apenas assumia estas funções em caso de guerra], como os seus subordinados, os comandantes dos CE's, gozavam de uma autonomia e iniciativa que punha em causa a viabilidade do Plano, já que este dependia do grau de Comando e Controlo que o comandante possuísse sobre a totalidade das forças alemãs. O tipo de operação que Schlieffen desejava levar a cabo era a uma escala nunca antes vista e que ia contra o costume da época, em que os CE's travavam as suas próprias batalhas, frequentemente isolados uns dos outros, exigindo um grau bastante elevado de autonomia para tomar decisões. Isto era de tal forma notório que muitos dos principais opositores das ideias e planos de Alfred von Schlieffen eram os próprios comandantes do CE's do exército alemão, que não desejavam ver-se relegados para a posição de meros subalternos. Nestas circunstâncias, a prontidão com que as suas ordens seriam obedecidas poderia não ser a adequada.

## **3.7. Segurança**

Ao planear a sua ofensiva, Schlieffen partiu de pressupostos muito importantes: ou os franceses se mantinham na defensiva, na fronteira franco-alemã, ou lançariam uma ofensiva que as diminutas forças alemãs conseguiriam retardar o tempo suficiente. Caso esses pressupostos não se verificassem, o exército alemão poderia ser apanhado exactamente na mesma armadilha que pretendia montar aos franceses, isto é, ver-se envolvido por forças francesas e as suas linhas de abastecimento cortadas, levando à sua rendição. O Chefe de Estado-Maior alemão estava bem ciente deste risco e pretendia colocar forças alemãs para retardar o exército francês o tempo necessário para



completar o envolvimento. Estas forças seriam as mínimas necessárias para cumprir a tarefa sem serem rapidamente vencidas.

Por sua vez, Aníbal Barca encontrava-se numa posição onde o rio Áufido protegia um dos seus flancos, a sua poderosa cavalaria protegia o outro flanco e os romanos só poderiam efectuar um ataque frontal, o que efectivamente fizeram. A sua posição no campo de batalha respeitava o princípio da segurança, no entanto, necessitando de todas as forças disponíveis para fazer frente às legiões, deixou o seu acampamento sem guarda e apostou tudo numa vitória que poderia não ter acontecido.

### **3.8. Simplicidade**

Schlieffen elaborou um Plano cuja compreensão geral era simples mas que exigia manobras complexas ou difíceis de concretizar. Necessitava de uma grande coordenação entre os CE's, que eram muito numerosos. A sua execução exigia das tropas grandes sacrifícios e capacidades que talvez não possuíssem [capacidade para manobrar à velocidade necessária e derrotar atempadamente qualquer resistência]. Por estas razões pode-se dizer que o princípio da simplicidade não foi totalmente respeitado e seguido.

Quanto a Aníbal Barca, não sabemos qual seria realmente o seu plano de batalha pois não sobreviveu até aos nossos dias qualquer documento de sua autoria ou pelos que lhe estavam próximos acerca das suas intenções [nem sabemos se algum documento como esse foi escrito]. Temos acesso apenas a descrições de terceiros, o que nos permite conhecer, com algum grau de certeza, o decorrer da batalha, e daí deduzimos [com as reservas necessárias] que os acontecimentos se desenrolaram segundo os seus objectivos. Partindo deste pressuposto, o seu plano caracterizava-se pela simplicidade. Não desconsiderando isto, a manobra executada pelo seu centro constituído pelas tropas gaulesas e hispânicas, que recuou durante o contacto corpo-a-corpo, seria extremamente difícil de coordenar. Na confusão da batalha tal manobra poderia ter facilmente dado origem ao pânico e a uma fuga generalizada, com a consequente derrota cartaginesa.

# CONCLUSÕES

Após efectuarmos uma comparação entre a batalha de Canas [216 a. C.] e o Plano *Schlieffen* [1905], impõe-se-nos agora apresentar as conclusões efectivas deste Trabalho de Investigação Aplicada [TIA]. Importa referir que este trabalho não pretendeu alcançar conclusões aprofundadas acerca de assuntos tão referenciados. De facto, tanto o Plano *Schlieffen* como a batalha de Canas são temas amplamente estudados por numerosos autores, eruditos e comentadores com formação académica e vasta experiência nestas áreas, frequentemente fluentes em Latim e/ou Alemão, e com acesso aos documentos originais ou às fontes históricas referidas na Introdução deste trabalho. Por conseguinte, as nossas conclusões pretendem apenas fomentar a discussão acerca de uma abordagem simples a uma temática multifacetada – o uso dos princípios da guerra para comparar duas situações diferenciadas.

Quanto à batalha de Canas, e partindo da premissa de que tudo aconteceu conforme Aníbal Barca planeou, a sua aplicação dos princípios da guerra foi magistral e, como repetidamente foi elogiada, algo simplesmente genial. Conseguiu, através do correcto emprego dos princípios da massa, da economia de forças e da manobra, transformar a principal vantagem dos romanos [superioridade numérica] na origem da sua derrota. Deste modo, transformou aqueles factores que poderiam ser considerados as suas fraquezas [um exército multinacional, inferioridade numérica e a perda de iniciativa] nos seus pontos de excelência.

Atendendo à análise que elaboramos dos princípios da guerra e do levantamento das semelhanças/incongruências encontradas entre o Plano *Schlieffen* e a batalha da Canas, parece-nos que o Chefe de Estado-Maior alemão adoptou a famosa batalha da Antiguidade como inspiração apenas conceptual e generalista. Para além da batalha de Canas, Schlieffen usou como exemplo muitas outras batalhas e guerras, como por exemplo as campanhas de Frederico, o *Grande*, nos meados do século XVIII. Por aqui se observam as pretensões de querer demonstrar que a sua verdadeira fonte de inspiração era a manobra táctica [envolvimento], em si mesma, e não tanto uma batalha específica.

A aplicação que Schlieffen faria dos princípios da guerra seria consideravelmente diferente das actuações de Aníbal Barca. Schlieffen concedeu grande ênfase aos princípios da ofensiva, da massa e da manobra, como forma de atingir o sucesso desejado. Numa outra vertente, Aníbal Barca mostrou de forma clara e apoiar-se

predominantemente nos princípios da economia de forças e da simplicidade, os quais lhe garantiram uma grande vitória sobre os seus inimigos romanos.

Considerando todos os aspectos anteriormente referidos, afirmar que o Plano *Schlieffen* é inspirado na Batalha de Canas, não sendo uma proposição necessariamente falsa, será, contudo, demasiado redutora e simplista. Esta constatação pode levar a que alguém menos conhecedor desta problemática interprete incorrectamente tal afirmação. Quando nos propusemos a abordar estes assuntos, e apesar de conhecermos superficialmente as duas situações históricas referenciadas, não estávamos totalmente sensibilizados para alguns aspectos importantes a elas associados.

Portanto, atribuímos especial relevo à discussão em torno do Plano *Schlieffen*. De facto, a nossa percepção era considerar o Plano *Schlieffen* como um dado adquirido, algo que é corroborado nos meios académicos, mas existe grande controvérsia em relação à existência e aplicabilidade do Plano enquanto tal. Este assunto poderá revestir-se de grande interesse para futuros trabalhos de investigação académica mais aprofundados, convictos que a imensidão de opções e hipóteses de pesquisa ilustrarão novas respostas.

\*

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Primárias

FOLEY, Robert T. – *Alfred Von Schlieffen's Military Writings*, «Cass Series: Military History and Policy», Frank Cass Publishers, Nova Iorque, 2003.

LÍVIO, Tito – *História de Roma. Ab Urbe Condita*, Livros XXV-XXXIX, introdução, tradução e notas de Paulo FARMHOUSE ALBERTO, 2.<sup>a</sup> edição revista, «Clássicos», Editorial Inquérito, Mem Martins, 1999.

POLÍBIO – *Historias*, tradução e revisão de Alberto TEJERA, vols. I-V, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1995.

RITTER, Gerhard – *The Schlieffen Plan: Critique of a Myth*, tradução de Andrew and Eva WILSON, Oswald Wolf Publishers, Londres, 1956.

### Estudos Fundamentais

AFFLERBACK, Holger & STEVENSON, David – *An improbable war? The outbreak of World War I and European political culture before 1914*, Berghahn Books, Londres, 2007.

BAGNALL, Nigel – *The Punic Wars: Rome, Carthage, and the struggle for the Mediterranean*, Thomas Dunne Books, [s. l.], 2005.

BLACK, Jeremy – *The Great War and the Making of the Modern World*, Continuum International Publishing Group, Londres, 2011.

BLOCH, Marc – *Introdução à História*, 6.<sup>a</sup> edição, tradução de Maria MANUEL e Rui GRÁCIO, «Coleção Saber», Publicações Europa-América, Mem Martins, 1993.

BRAVARD-THÉVENET, Hélène – *Otto Von Bismarck*, «Figures de l'Histoire», n.º 8, Hatier, Paris, 2002.

BRUNSCHWIG, Henry – *Le partage de l'Afrique Noire*, Flammarion, Paris, 1993.

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves – *Como se faz História. Historiografia, Método e Pesquisa*, tradução de Giselle UNTI, Editora Vozes, Petrópolis, 2007.

CARMO, Hermano & FERREIRA, Manuela Malheiro – *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*, 2.<sup>a</sup> edição, Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

CERCHIAI, Luca; JANELLI, Loreni; LONGO, Fausto – *The Greek Cities of Magna Graecia and Sicily*, Getty Publications, Londres, 2004.

CHARLES-PICARD, Guilbert & CHARLES-PICARD, Collete – *A Vida Quotidiana em Cartago no Tempo de Aníbal: século III antes de Jesus Cristo*, tradução de Carlos MONTENEGRO, Livros do Brasil, Lisboa, 1986.

COOPER-RICHET, Diana & RAPOPORT, Michel – *L'Entente Cordiale: cent ans de relations culturelles franco-britanniques (1904-2004)*, Creaphis Editions, Paris, 2006.

CREVELD, Martin van – *Supplying War. Logistics From Wallenstein to Patton*, Cambridge University Press, Cambridge, 2004.

CREVELD, Martin van – *The Art of War. War And Military Thought*, Cassel & Co, Londres, 2000.

CRON, Hermann – *Imperial German Army, 1914-18: Organisation, Structure, Orders of Battle*, tradução de C. F. COLTON, Helion & Company Ltd., Londres, 2007.

DAVID, Jean-Michel – *The Roman Conquest of Italy*, John Wiley & Sons Incorporated, University of Michigan, Michigan, 1997.

EGGENBERGER, David – *An Encyclopedia of Battles. Accounts of over 1560 battles from 1479 B. C. to the Present*, Dover Publications, Nova Iorque, 1985.

FERGUSON, Niall – *Empire: the rise and demise of the British world order and the lessons for global power*, Basic Books, Londres, 2004.

FORSYTHE, Gary – *A Critical History of Early Rome: From Pre-History to the First Punic War*, University of California Press, Los Angeles, 2006.

FORTESCUE, William – *The Third Republic in France, 1870-1940: conflicts and continuities*, Routledge, Londres, 2000.

FORTIN, Marie-Fabienne – *O Processo de Investigação. Da concepção à Realização*, 3.<sup>a</sup> edição, tradução de Nídia SALGUEIRO, Lusociência, Loures, 1996.

FRIEDRICH, Karin – *The Other Prussia: Royal Prussia, Poland and Liberty (1569-1772)*, Cambridge University Press, Cambridge, 2006.

GARCIA Y BELLIDO, A. – *Fenícios y Carthaginosos en Occidente*, Imprensa de C. Bermejo, Madrid, 1942.

GEDDIE, John – *The Russian Empire*, Read Books Design, Londres, 2010.

GLENNY, Misha – *The Balkans: nationalism, war, and the Great Powers (1804-1999)*, Michigan University, 2000.

GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *A Queda e Cartago. As Guerras Púnicas 265-146 a. C.*, tradução de Miguel MATA, Edições 70, Lisboa, 2000.

GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *Generais Romanos*, 3.<sup>a</sup> edição, tradução de Carlos FABIÃO, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2003.

GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *O Fim Do Império Romano: O Lento Declínio Da Superpotência*, tradução de João Bernardo Paiva BOLÉO, A Esfera Dos Livros, Lisboa, 2009.

GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *The Roman Army At War 100 B.C.-200 A.D.*, Oxford University Press, Oxford, 1996.

GRIMAL, Pierre – *O Império Romano*, tradução de Isabel SAINT-AUBYN, Edições 70, Lisboa, 1993.

GRIMAL, Pierre – *The Roman Cities*, tradução de G. Michael WOLOCH, University of Wisconsin Press, 1983.

- GUERRA DOS SANTOS, Cristina Maria – *Percurso de Dido, rainha de Cartago, na literatura latina*, [versão policopiada], Universidade da Madeira, Funchal, 2001.
- HART, B. H. Liddell – *Cipião o Africano: maior que Napoleão*, tradução de João DUARTE, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.
- HEADLAM, James Wycleaf – *Bismarck and the Foundation of the German Empire*, Echo Library, Londres, 2007.
- HEALY, Mark – *Canas 216 a.C.: Aníbal Dizima as Legiões*, Osprey Publishing, Londres, 1994.
- HOWARD, Michael – *The First World War: a very short introduction*, Oxford University Press, Oxford, 2007.
- JUKES, Geoffrey – *The Russo-Japanese War (1904-1905)*, Osprey Publishing, Londres, 2002.
- KOHN, George Childs – *Dictionary of Wars*, revised edition, Checkmark Books, Nova Iorque, 1999.
- La Problemática del Infanticidio en las Sociedades Fenicio-Púnicas*, Eivissa, Baleares, 1994.
- LAZENBY, John Francis – *Hannibal's war: a military history of the Second Punic War*, University of Oklahoma Press, 1998.
- LAZENBY, John Francis – *The First Punic War: a military history*, Stanford University Press, Londres, 1996.
- LEYLAND, John – *The Royal Navy*, BiblioLife, Londres, 2009.
- MATYSZAK, Philip – *The Enemies of Rome from Hannibal to Attila the Hun*, Thames & Hudson, Londres, 2004.
- MILES, Richard – *Carthage Must Be Destroyed. The Rise and Fall of an Ancient Civilization*, Penguin Books, Londres, 2010.
- MILLER, Aleksei – *The Romanov empire and nationalism: essays in the methodology of historical research*, tradução by Serguei DOBRYNIN, Central European University Press, Budapeste, 2008.
- MONTANELLI, Indro – *História de Roma: da Fundação à Queda do Império*, tradução de Margarida PERIQUITO, «História Narrativa», Edições 70, Lisboa, 1997.
- O'CONNELL, Robert – *História da Guerra. Armas e homens. Uma história da guerra, do armamento e da agressão*, tradução de Telma COSTA, Editorial Teorema, Lisboa, 1995.
- PAGDEN, Anthony – *Povos e Impérios: Breve História, Grandes Temas*, tradução de Ana BARRADAS, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.
- PALMER, Alan Warwick – *The Kaiser: warlord of the Second Reich*, Weidenfeld and Nicolson, University of Michigan, 1978.
- PITASSI, Michael – *The Navies of Rome*, The Boydell Press, Woodbridge, 2009.
- POLO, Francisco Pina – *The Consul at Rome. The Civil Functions of the Consuls in the Roman Republic*, Cambridge University Press, Cambridge, 2011.
- PORTER, Andrew – *O Imperialismo Europeu (1860-1914). História e Sociedade*, tradução de Frederico ÁGOAS, Edições 70, Lisboa, 1994.
- PRICE, Roger – *The French Second Empire: an anatomy of political power*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.

QUILICI, Lorenzo – *O Mito de Eneias no Lácio à luz das descobertas arqueológicas*, tradução de José da Costa MIRANDA, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1986.  
*Regulamento de Campanha e Operações*, Estado-Maior do Exército, Lisboa, 2005.

ROSHWALD, Aviel – *Ethnic nationalism and the fall of empires: central Europe, Russia, and the Middle East (1914-1923)*, Routledge, Londres, 2001.

SANTOS, João Resende – *Neorealism, states, and the modern mass army*, Cambridge University Press, Cambridge, 2007.

STEARNS, Peter – *The Industrial Revolution in World History*, Westview Press, [s. l.], 2007.

STROHN, Mathias – *The German Army and the Defence of the Reich: Military Doctrine and the Conduct of the Defensive Battle (1918-1939)*, Cambridge University Press, Cambridge, 2010.

STÜRMER, Michael – *O Império Alemão: Breve História, Grandes Temas*, tradução de Eduardo CORREIA, Círculo de Leitores, Lisboa, 2000.

WILSON, Peter Hamish – *The Holy Roman Empire (1495-1806)*, Palgrave, Londres, 1999.

ZUBER, Terence – *Inventing the Schlieffen Plan: German War Planning 1871-1914*, Oxford University Press, Oxford, 2002.

## Obras de Referência

*Dicionário Temático Larousse. Civilização Romana*, tradução de António Maia da ROCHA, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.

*Dicionário Temático Larousse. Civilizações do Antigo Oriente*, tradução de Gabriela CORTE-REAL, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999.

*Dicionário Temático Larousse. Civilização Grega*, tradução de Gabriela CORTE-REAL, Círculo de Leitores, Lisboa, 1992.

*Enciclopédia da História Universal*, de acordo com *The Oxford Illustrated Encyclopedia*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1999.

*Enciclopédia da História Universal. Acontecimentos e personalidades que moldaram o Mundo*, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1999.

*Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura Verbo*, vols. I-XVIII, Editorial Verbo, Lisboa, 1963-1976.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vols. I-XL, Editorial Enciclopédia/Página Editora, Lisboa, 1998.

*História da Guerra*, edição de Ian DRURY, tradução de João Bernardo BOLÉO, [et al.], «Mapas da História», *The Times*/Esfera dos Livros, Lisboa, 2006, [edição limitada].

*História da Humanidade. Roma*, direcção de David SOLAR e Javier VILLALBA, com coordenação de Julio Mangas MANJARRÉS, vol. IV, Círculo de Leitores, Lisboa, 2007.

*História Geral da África. África Antiga*, edição de Gamal MOKHTAR, vol. II, UNESCO, Brasília, 2010.

*História Universal. A consolidação do helenismo. As origens de Roma e a transformação do mundo clássico*, vol. III, Planeta De Agostini, [s. l.], 2005.

*Nova História Militar. Da Reconquista a D. Dinis*, por Mário Jorge BARROCA, Luís Miguel DUARTE e João GOUVEIA MONTEIRO, direcção de Manuel THEMUDO BARATA e Nuno SEVERIANO TEIXEIRA, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2003.

## Endereços Electrónicos

<http://www.3dhistory.co.uk> [consulta em 15 Julho 2011]

<http://www.en.wikipedia.org> [consulta em 14 Julho 2011]

<http://www.euratlas.net> [consulta em 15 Julho 2011]

<http://www.globalsecurity.org> [consulta em 3 Julho 2011]

<http://www.history.howstuffworks.com> [consulta em 23 Julho 2011]

<http://www.soldiermagazine.co.uk> [consulta em 12 Julho 2011]

<http://www.summagallicana.it> [consulta em 15 Julho 2011]



## **ANEXOS**

## ANEXO A – Os Princípios da Guerra

[Adaptado do Anexo A do Regulamento de Campanha: Operações, 2005]

### Os Princípios da Guerra

A História da guerra revela a influência nestas de normas de acção que, quando respeitadas, facilitam o êxito na condução do combate. Essas normas genéricas, geralmente designadas Princípios da Guerra, têm-se mantido imutáveis ao longo do tempo. Mesmo as inovações tecnológicas capazes de revolucionar as capacidades dos meios empregues no campo de batalha, não lhes têm retirado a validade e importância.

Os princípios influenciam a conduta das operações militares e assumem especial importância no nível mais elevado da guerra, onde podem funcionar como critério de selecção das linhas de operações, com vista a garantir a preservação dos interesses nacionais e a orientar o desenho das campanhas e das operações de grande envergadura. São igualmente importantes ao nível tático como orientação para o planeamento e conduta das operações, mas não devem ser considerados como leis de cuja aplicação resultem sempre os mesmos efeitos.

Os princípios da guerra interagem entre si e podem tender para se reforçarem ou se oporem mutuamente. Por consequência, a ênfase colocada na aplicação de um determinado princípio está sujeita a diversos factores relacionados com a situação ou depender da personalidade do comandante.

Os Princípios da Guerra a considerar são os seguintes: Objectivo; Ofensiva; Massa; Economia de forças; Manobra; Unidade de comando; Segurança; Surpresa; Simplicidade.

#### ***Princípio do Objectivo***

Os objectivos atribuídos às forças militares devem ser definidos de forma clara e inequívoca. Devem poder ser alcançados com os meios colocados à disposição do comandante e contribuir para a consecução do objectivo do escalão superior. A escolha dos objectivos deve ser feita em função da missão, dos meios disponíveis, do adversário, das características da área de operações e do tempo disponível. Se o objectivo for correctamente definido, o comandante deverá orientar toda a acção para o atingir, nunca se afastando da sua consecução e imutabilidade. O comandante militar deve ter presente que não se pode separar o objectivo das considerações que restringem e legitimam o uso

da força, em especial em operações de baixa intensidade como no caso de operações de estabilização.

### ***Princípio da Ofensiva***

A acção ofensiva é necessária para a obtenção de resultados decisivos e para conservar ou reconquistar a liberdade de acção. Permite ao comandante tomar a iniciativa, impor a sua vontade ao adversário, marcar o ritmo das operações, influenciar o curso do combate e explorar os pontos fracos do adversário. Um comandante pode ser obrigado pelo adversário a remeter-se a uma atitude defensiva ou pode adoptá-la deliberadamente, quer para ganhar tempo com vista à reorganização das suas forças e aguardar uma oportunidade mais favorável para passar à ofensiva, quer para economizar forças num determinado local da frente onde não se procura obter a decisão. Porém, mesmo nestes casos, o comandante deve explorar todas as oportunidades para obter a iniciativa e alcançar resultados decisivos.

### ***Princípio da Massa***

A fim de alcançar o sucesso, deve empregar-se um potencial de combate superior ao do adversário no local e no momento em que se pretende obter a decisão. Essa superioridade consegue-se combinando os vários meios disponíveis de forma a concentrar os efeitos do potencial de combate para esmagar o adversário e garantir o controlo da situação. A aplicação correcta do Princípio da Massa, em conjugação com outros princípios, pode permitir que forças numericamente inferiores obtenham uma superioridade decisiva, local e momentânea para o desenrolar das operações.

### ***Princípio da Economia de Forças***

O princípio da Economia de Forças é um corolário do princípio da massa. Para se concentrar num local um elevado potencial de combate, deverá conseguir-se a economia de forças noutros locais. Isto requer do comandante um emprego judicioso dos meios à sua disposição e a aceitação prudente de riscos numa determinada área para se obter um efeito esmagador na operação decisiva.

### ***Princípio da Manobra***

A manobra consiste em dispor uma força de forma a colocar o adversário numa situação desvantajosa. Deste modo, conseguem-se resultados que de outra forma exigiriam um maior dispêndio de potencial de combate. A manobra permite a correcta aplicação dos princípios da massa e da economia de forças e pela concentração e

dispersão do potencial de combate nos locais e momentos decisivos, otimiza os pontos fortes e reduz as vulnerabilidades contribuindo para preservar a liberdade de acção, para manter a iniciativa e para explorar os resultados do combate.

### ***Princípio da Unidade de Comando***

A aplicação decisiva do potencial de combate disponível exige uma acção coordenada de todas as forças de forma a fazerem convergir os seus esforços tendo em vista alcançar um objectivo comum. Para atingir tal desiderato deve ser assegurada a unidade de esforços entre todas as forças investindo num único comandante a autoridade necessária.

### ***Princípio da Segurança***

Não se deve permitir ao adversário adquirir uma vantagem inesperada. A segurança é essencial à preservação do potencial de combate porque garante a conservação da liberdade de acção, nega ao adversário a possibilidade de obter informações sobre as forças amigas e os seus planos e evita-se ser surpreendido. Todavia, a aplicação do princípio da segurança não exclui a necessidade de se correrem riscos calculados, característicos da guerra, nem é incompatível com a adopção do princípio da ofensiva.

### ***Princípio da Surpresa***

A surpresa consiste em criar uma situação inesperada, para a qual o adversário não esteja em condições de reagir eficazmente em tempo oportuno. A surpresa é recíproca da segurança e é um poderoso multiplicador de potencial, sendo contudo temporária. Os factores que contribuem para a surpresa são a velocidade, a decepção, a superioridade de informação e assimetria.

### ***Princípio da Simplicidade***

Os planos e ordens devem ser claros e simples para serem cabalmente compreendidos. A análise dos factores de decisão determina o grau de simplicidade requerido, porque um plano simples executado a tempo é mais bem sucedido que um plano detalhado executado mais tarde. Este princípio é especialmente importante em operações multinacionais porque as diferenças na língua, doutrina e cultura são factores que multiplicam a complexidade inerente às operações militares. Mesmo simples, um plano de operações é normalmente de execução complexa.

## ANEXO B – Envolvimento

[Adaptado do Capítulo V do Regulamento de Campanha: Operações, 2005]

### 306. Formas de Manobra no Ataque.

#### a. Generalidades.

O ataque pode ser dirigido sobre a frente, o flanco ou a retaguarda do inimigo e pode ser conduzido a partir de terra, ar e mar, ou uma combinação destes. A escolha de uma forma de manobra específica é influenciada pelo objectivo, missão, inimigo, terreno, condições meteorológicas, tropas disponíveis, nível de comando, tempo e espaço. As formas de manobra são:

- (1) Ataque frontal;
- (2) Penetração;
- (3) Envolvimento;
- (4) Movimento torneante;
- (5) Infiltração.

#### b. Ataque Frontal.

O ataque frontal é uma forma de manobra ofensiva na qual a acção principal é dirigida contra a frente das forças inimigas. Pode ser usado para o derrotar ou fixar o inimigo em posição. Frequentemente, é precursor de uma penetração ou envolvimento.

(1) É a forma de manobra apropriada nas seguintes situações: inimigo fraco ou desorganizado; situação pouco esclarecida; o atacante dispõe de uma superioridade esmagadora; necessidade de reacção imediata à acção inimiga como no ataque imediato; ou foi recebida a missão de fixar o inimigo, de o iludir ou de apoiar o ataque principal.

(2) Deve manter-se uma reserva de forma a ser possível uma redistribuição de forças e tirar-se partido de alterações na situação táctica.

#### c. Penetração.

Em operações terrestres, a penetração é uma forma de manobra ofensiva que visa romper uma posição defensiva inimiga e desorganizar o seu sistema defensivo.

(1) A penetração visa romper através de uma posição defensiva inimiga e conquistar objectivos em profundidade destruindo, deste modo, a continuidade do

dispositivo defensivo adverso. O ataque principal é feito numa frente relativamente estreita e dirigido contra o ponto decisivo.

(2) A penetração, com êxito, de uma posição defensiva bem organizada, exige a concentração de um potencial de combate superior no local escolhido, visando romper a posição inimiga e manter o ímpeto do ataque desde início. É a forma de manobra apropriada quando se pode dispor de um grande volume de forças no local e momentos escolhidos, quando o inimigo se encontra desenvolvido em frentes superiores às normais ou apresentar pontos fracos no seu dispositivo, ou quando dispuser de um poderoso apoio de fogos.

(3) O objectivo da penetração deve ser escolhido de forma que a sua conquista destrua a continuidade da defesa inimiga. Normalmente, e para um dado escalão de força, aquele objectivo situar-se-á em profundidade, pelo menos na área do segundo escalão, do escalão semelhante de força, de modo que a sua conquista normalmente eliminará a possibilidade do inimigo contra-atacar com a reserva.

(4) As reservas devem ser mantidas prontas quer a reforçar ou a fazer uma passagem de linha através de forças atacantes que tenham perdido o ímpeto, quer a explorar o sucesso.

### **d. Envolvimento.**

O envolvimento é uma forma de manobra ofensiva na qual a força principal atacante passa à volta ou sobre as posições defensivas principais do inimigo para conquistar objectivos na sua retaguarda.

(1) O ataque principal é dirigido ao flanco ou retaguarda do inimigo, fazendo passar as forças à volta de um ou de ambos os flancos (duplo envolvimento) ou sobre as posições defensivas principais do inimigo (envolvimento vertical). A sua finalidade é conquistar objectivos na retaguarda inimiga sujeitando as suas posições defensivas principais à destruição ou tornando-as insustentáveis. Em alguns casos, o ataque principal é conjugado com ataques secundários, lançados simultânea ou desfasadamente, destinados a: iludir o inimigo quanto à localização ou existência do ataque principal; fixar o inimigo; reduzir as possibilidades de reagir contra o ataque principal, ao obrigá-lo a combater simultaneamente em duas ou mais direcções.

(2) O ataque principal evita as forças principais inimigas, atacando-as de uma direcção inesperada. O êxito de um envolvimento depende, fundamentalmente, do

grau de surpresa conseguido, da eficácia dos ataques secundários e de uma mobilidade superior.

(3) Um ataque terrestre por envolvimento exige que o inimigo tenha um flanco descoberto ou ligeiramente defendido que possa ser abordado e ultrapassado sem necessidade de um empenhamento importante. Um envolvimento vertical exige uma prévia neutralização pelo fogo dos meios antiaéreos inimigos na área do objectivo e ao longo das rotas de vôo, ou que o dispositivo ou possibilidades do inimigo não lhe permitam interferir com os vôos de um grande número de aeronaves.

(4) As forças que conduzem o envolvimento devem ser dispostas em profundidade e garantir a segurança dos seus flancos para evitarem expor-se, elas próprias, a um envolvimento.

### **e. Movimento Torneante.**

O movimento torneante é uma variação do envolvimento em que a força atacante contorna ou passa sobre as posições defensivas principais do inimigo para conquistar objectivos na profundidade da retaguarda do inimigo, obrigando-o a abandonar as suas posições ou empenhar um volume considerável de forças contra a ameaça criada pelo movimento torneante. O movimento torneante não é dirigido contra a posição defensiva principal inimiga, evita atacar os flancos ou retaguarda dessa posição e procura a conquista de áreas vitais situadas profundamente na retaguarda inimiga, de modo a impedir a retirada, o apoio ou reforço da força principal inimiga.

(1) Uma vez que a força que executa o movimento torneante actua, normalmente, para além da distância de apoio da que executa o ataque secundário, ambas as forças devem dispor de grande mobilidade e ser tacticamente auto-suficientes, para poderem actuar independentemente e não serem batidas separadamente.

(2) Uma mobilidade superior à do inimigo, bem como o segredo e convenientes medidas de decepção, aumentam as probabilidades de sucesso na execução de um movimento torneante.

## ANEXO C – O exército romano

“À semelhança das cidades-estado gregas, Roma possuía originalmente um exército de hoplitas, composto por cidadãos suficientemente abastados para se equiparem com a panóplia do infante pesado. A maioria dos hoplitas era constituída por agricultores que não podiam passar mais do que algumas semanas em campanha até terem de regressar aos seus campos. Por consequência, o conflito entre os exércitos de hoplitas de duas cidades-estado era de curta duração e decidia-se geralmente através de um único embate entre as falanges rivais. Roma manteve o princípio de uma milícia de cidadãos, muito depois de os outros estados terem começado a recorrer a soldados profissionais. Todavia, os romanos modificaram o sistema para responder as necessidades de guerras que eram travadas cada vez mais longe da urbe, e a estreita ligação entre a prática marcial dos hoplitas e o ano agrícola deixou de existir. No início do século IV, o Estado romano passou a pagar aos soldados pela totalidade do seu período de serviço. O soldo não era elevado e não tornava certamente a vida castrense uma hipótese de carreira, mas sustentava o soldado. Os homens passaram a servir no exército até serem desmobilizados, em geral no fim de uma campanha que podia durar mais de um ano. Empreenderam-se alguns esforços para distribuir equitativamente pela população o ónus do serviço militar, já que era raro que o exército requeresse anualmente mais do que uma pequena minoria dos cidadãos. A legislação não exigia a participação em mais do que dezasseis campanhas, e antes das Guerras Púnicas não é provável que muitos homens tivessem cumprido este máximo. O exército romano passou efectivamente de uma milícia de cidadãos para algo semelhante aos exércitos de conscritos que floresceram na Europa após a revolução francesa. O Estado podia chamar todos os cidadãos as armas, e até ao fim do serviço fornecia-lhes alimentação e pagava-lhes o pré, mas sujeitava-os à lei militar e a um duro sistema de disciplina. A prontidão dos cidadãos romanos em submeterem-se a estas condições permitiu aos romanos desenvolverem um exército maior, mais bem treinado e mais complexo do que os exércitos de cidadãos de qualquer outra cidade estado.

O retrato mais detalhado que possuímos do exército romano é-nos dado por Políbio, mas é difícil saber se todas as práticas que ele descreve foram seguidas durante todo o período das Guerras Púnicas. A sua descrição parece situar-se na época da Segunda Guerra Púnica, embora haja quem diga que se refere a meados do século II. Não sabemos se os exércitos empregues na Primeira Guerra Púnica eram significativamente diferentes, em estrutura e tácticas, do descrito por Políbio, mas as



descrições que possuímos – ainda que breves – das batalhas deste conflito não parecem apontar nesse sentido.

Na origem, a palavra *legio* (legião) significava simplesmente exército ou leva e referia-se à força criada pelo povo romano num ano. Porém, com o aumento do número de cidadãos regularmente conscritos, a legião tornou-se a subdivisão mais importante do exército. No século III, a legião consistia em cinco elementos. A sua força principal residia nas três linhas de infantaria pesada. Estes homens, pertencentes à mesma classe de proprietários, estavam divididos em função da idade e da experiência. Os mais jovens formavam a primeira linha e eram conhecidos como *hastati*. Na segunda linha postavam-se os homens com vinte e muitos anos ou no princípio da casa dos trinta, considerados pelos romanos no auge da maturidade, que eram chamados *príncipes*. A terceira e última linha de infantaria pesada era composta pelos *triarii*, os soldados mais velhos e mais experientes.

Cada uma destas três linhas de infantaria pesada estava dividida em dez manípulos. Os manípulos de *hastati* e de *príncipes* consistiam em aproximadamente 120 homens. No entanto em tempos de crise, aquando da constituição de legiões maiores, este número podia ser aumentado para 160. Os manípulos de *triarii* consistiam sempre em 60 homens. Todos os manípulos estavam divididos em duas centúrias, cada uma comandada por um centurião, mas as centúrias não combatiam independentemente – a unidade táctica básica da legião era o manipulo. Se ambos os centuriões estivessem presentes, o comandante da centúria da direita era sénior, e comandava o manipulo. Os centuriões eram habitualmente escolhidos entre os soldados experientes e com provas dadas, homens firmes mais do que particularmente ousados, e tinham que saber ler e escrever, pois já nesta altura o exército desenvolvera uma considerável burocracia. O vice-comandante do centurião era o *optio*, que provavelmente se plantava na retaguarda da unidade e ajudava a manter a formação. Outros oficiais do manipulo eram o *signifier* – o porta-estandarte – e o tesserário, que supervisionava a colocação das sentinelas à noite e distribuía a senha inscrita numa tésseira de barro. Na sua narrativa, Políbio menciona por duas vezes a coorte legionária, dizendo ser este o nome dado pelos romanos a uma unidade composta por três manípulos, embora o grego seja ligeiramente ambíguo. Na república tardia, a coorte, consistindo de um manipulo de *hastati* outro de *príncipes* e outro de *triarii*, substituiu o manipulo como unidade táctica básica da legião. É provável que quando outros autores mencionam a coorte legionária durante as guerras púnicas, estejam a cair num anacronismo. Não existem indicações de que se tratasse de uma subdivisão permanente da legião no século III, e o mais provável é que «coorte» fosse simplesmente o termo usado para descrever qualquer formação improvisada maior

do que um manípulo, embora talvez fossem bastante comuns os destacamentos de três manípulos.

O equipamento defensivo das três linhas era idêntico. O artigo mais importante era o grande escudo oval, convencionalmente conhecido por *scutum*, com cerca de 1,20m de altura e 76cm na parte mais larga. Era feito de até três camadas de madeira coladas umas às outras e revestido de pele de vitelo, uma combinação que o tornava flexível e resistente. As bordas superior e inferior estavam protegidas por tiras de bronze para defesa contra os golpes de espada e as camadas de madeira eram mais espessa em torno do centro. O escudo era segurado por meio de uma pega horizontal existente por detrás da bossa, que era geralmente de bronze ou de ferro mas por vezes de madeira. A julgar pelas reconstruções baseadas num exemplar descoberto no Egito, o escudo romano era muito pesado (cerca de 10kg). Durante as pausas no combate podia ser apoiado no chão, mas na peleja era segurado firmemente á frente do legionário, oferecendo-lhe uma boa protecção para o corpo, até aos joelhos. Além do escudo, o legionário usava capacete e grevas de bronze, e alguma forma de protecção corporal. Os homens mais abastados ostentavam uma loriga de malha feita de anéis de ferro interligados, a qual não obstante o seu peso, era flexível e proporcionava uma boa protecção. Os legionários mais pobres contentavam-se com um simples peitoral de bronze, circular ou quadrado, preso com correias de couro. Ao contrario do modelo grego, feito de bronze flexível e no qual a perna se entalava, as grevas romanas eram atadas. Nalguns casos, o soldado usava apenas uma, geralmente na perna esquerda, a mais próxima do inimigo na clássica postura de combate romana: o legionário oferecia o lado esquerdo ao inimigo, protegendo o máximo possível do corpo com o escudo. Os capacetes romanos mais comuns parecem ter sido dos tipos Montefortino e etrusco-coríntio, que ofereciam uma boa protecção para a parte de cima da cabeça. Ambos ostentavam uma alta cimeira, com duas penas pretas e uma pena púrpura, segundo Políbio. A cimeira fazia o soldado parecer mais alto e intimidador ao adversário.

Todos os legionários combatiam primeiramente à espada, e é muito provável que durante ou depois da Primeira Guerra Púnica os Romanos tenham adoptado a arma que designavam por «espada hispânica», o gladio curto que permitia ferir com o gume ou com a ponta e que seria a sua «arma pessoal» padrão até ao século III d.C. Provavelmente copiado de mercenários hispânicos ao serviço de Cartago, o gladio tinha uma lamina de 51-61cm de comprimento que terminava numa longa ponta triangular concebida para perfurar as lorigas. A maioria dos exemplares revela uma elevada técnica de fabrico e confirma que estas espadas conseguiam manter um gume terrivelmente acerado. Os *triarii* mantiveram a antiga lança do hoplita mas os *hastati* e os *príncipes*

foram equipados com o *pilum*, o celebre dardo pesado romano. As origens desta arma são tão obscuras como a data da sua introdução, mas já estava certamente em uso no ultimo quartel do século III e não existem bons motivos para duvidar da sua utilização na Primeira Guerra Púnica. Políbio diz-nos que cada legionário estava armado com dois *pila*, um mais pesado do que o outro, mas ainda não foi possível categorizar com tanta precisão os exemplares sobreviventes. Em ambos os modelos, uma haste de madeira com cerca de 1,20m de comprimento estava fixa a um delgado fuste de ferro com 61-76cm, que terminava numa pequena ponta piramidal. O peso considerável de um *pilum* arremessado concentrava-se atrás da ponta, dando-lhe ímpeto para perfurar o escudo do adversário e atingir-lhe o corpo. Mesmo que não ferisse o adversário, o *pilum* era difícil de desprender do escudo, o que obrigava amiúde o inimigo a descartá-lo e a combater desprotegido.

Os cidadãos mais pobres e os que ainda não eram considerados com idade suficiente para integrar os *hastati* serviam como infantes ligeiros ou vélites. Embora tenha sido argumentado que os vélites só foram introduzidos em 211, em substituição dos *rorarii*, menos bem armados e eficazes, esta afirmação baseia-se na interpretação dúbia de uma única passagem de Lívio. É mais provável que ambos os termos fossem sinónimos, embora talvez só mais tarde *velites* se tenha tornado de uso comum. Políbio descreve os vélites armados com gládio e vários dardos. Protegiam-se com um escudo redondo, com 40cm de diâmetro, e muitos usavam capacete, que cobriam com peles de animais – frequentemente de lobo – para serem mais notados pelos seus oficiais. Desconhece-se como estavam os vélites organizados, pois não formavam manípulos próprios. Estariam provavelmente adstritos aos manípulos da infantaria pesada, pelo menos para efeitos administrativos. Combatiam em ordem aberta, fustigando o inimigo em apoio de qualquer uma das três linhas de infantaria ou da cavalaria. Por norma, havia 1200 vélites para apoiar os 3000 infantes pesados da legião, mas o seu número podia ser aumentado em alturas de crise.

À semelhança dos *triarii*, o número de efectivos da cavalaria da legião nunca se alterou. Eram sempre 300 cavaleiros, divididos em dez *turmae* de trinta, cada uma comandada por um decurião. A cavalaria era recrutada a partir dos cidadãos mais abastados, incluindo as dezoito centúrias de topo da assembleia eleitoral, os *comitia centuriata*, cujos membros estavam classificados como *equites equo publico*, com o estado obrigado a pagar-lhes uma remonta caso o seu cavalo morresse em serviço. Catão gabava-se de que um dos seus avós tivera cinco cavalos mortos em combate, que haviam sido substituídos pelo Estado. Esta classe incluía os filhos dos senadores, e era como cavaleiros que muitos deles serviam em algumas das dez campanhas requeridas

para qualquer candidatura a um cargo público. Servir na cavalaria oferecia aos interessados a possibilidade de começar a construir uma reputação que os ajudaria na carreira. Por este motivo, a cavalaria romana era geralmente valorosa mas dada a exibições de bravata e a travar combates singulares. A tática principal dos cavaleiros romanos era a carga frontal, e o seu desempenho como batedores era medíocre. De modo frustrante, Políbio menciona o equipamento dos cavaleiros romanos antes de terem adoptado o equipamento de estilo grego, mas não se dá ao trabalho de descrever este ultimo em pormenor, partindo do principio de que o seu publico já o conhece. No entanto, os cavaleiros romanos parecem ter usado um escudo redondo, capacete de bronze e loriga de malha ou de escamas, tendo como armas uma lança e uma espada – possivelmente mais comprida do que o gládio. É provável que já utilizassem a sela de quatro arções que proporcionou aos cavaleiros romanos firmeza na sela, fazendo com que não fossem prejudicados pela ausência de estribos. Te-la-ão eventualmente copiado dos gauleses, que talvez tenham sido os seus inventores.

Cada legião era comandada por seis tribunos militares eleitos, geralmente jovens patrícios ambiciosos mas também podiam incluir ex-magistrados, homens com experiência. O comando supremo era exercido por pares de tribunos num sistema de rotação. Por norma, quando a legião entrava em campanha, era apoiada por uma *ala* de aliados constituída por um número de infantes equivalente ao dos legionários e cerca de 900 cavaleiros. Tanto quanto podemos dizer, o seu equipamento e as suas táticas eram essencialmente idênticos aos da legião, mas temos de confessar que as fontes raramente oferecem muitos pormenores acerca das tropas aliadas. Cada colónia latina contribuía com uma coorte de infantaria e uma turma de cavalaria. Desconhece-se se as cortes eram todas do mesmo tamanho, e existem registos de unidades variando entre os 400 e 600 homens. A nata da infantaria aliada era formada em cortes de *extraordinarii* que acampavam perto da tenda do general e estavam ao seu dispor imediato. Estas tropas lideravam a coluna durante o avanço ou constituíam a retaguarda durante a retirada. A ala era comandada por três prefeitos dos aliados (*praefecti sociorum*), que eram cidadãos romanos. Torna-se imediatamente evidente que nenhuma unidade do exército romano tinha um único comandante. Havia seis tribunos para a legião, três prefeitos para a ala, dois centuriões para o manípulo e três decuriões para a turma de cavalaria. Somente no caso dos centuriões somos informados da existência de um centurião sénior por manípulo. Em todos os outros casos, os Romanos parecem ter estendido ao exército a sua enraizada antipatia em confiar o poder político a um único homem e a preferência por colégios de magistrados. Este sistema parece insuficiente aos nossos olhos e seria efectivamente abandonado pelo posterior exército profissional

romano, mas revelou-se adequado para as tácticas relativamente simples empregues pelas legiões do período em análise.

O elevado número de oficiais facilitava seguramente o controlo de um exército romano. Os centuriões eram escolhidos de entre os soldados mais valentes, embora Políbio sublinhe que era normal promover líderes natos em detrimento dos que eram apenas grandes combatentes individuais. Um centurião devia ficar junto dos seus homens, liderando da frente e através do seu exemplo pessoal. A obstinação e a relutância em ceder o mínimo terreno eram consideradas das suas maiores virtudes. De um modo geral, o exército romano também dava uma grande ênfase à bravura individual, e possuía um complexo sistema de decorações [sic] e recompensas. O soldado que salvasse a vida de um concidadão tinha direito à mais elevada condecoração de todas, a *corona civica*, uma coroa de louros que era ostentada em todos os festivais públicos em Roma e olhada com grande respeito. Depois de uma batalha ou no fim de uma campanha, os comandantes romanos organizavam paradas onde era recompensada a valentia de excepção, com os feitos de cada homem distinguido a serem lidos e admirados pelas fileiras cerradas do exército. As maiores recompensas estavam reservadas para os actos de bravura individual, como por exemplo ter travado um combate singular quando não houvera necessidade de o fazer. A agressividade era encorajada em todas as patentes do exército romano. O exército deixava bem claro os padrões de comportamento que esperava dos homens, e era tão lesto a punir como a recompensar. Uma unidade com um péssimo desempenho em combate e que debandasse sem dar luta podia sofrer a dizimação, com um em cada dez dos seus membros a ser espancado até à morte. Aos restantes, a título de humilhação simbólica, era fornecida cevada em vez de trigo, e eram obrigados a montar as suas tendas no exterior do campo fortificado. Dizem as fontes que, numa dada ocasião, os legionários derrotados receberam ordens para comer as suas refeições de pé em vez de reclinados, à maneira romana. Os padrões de disciplina aos quais os cidadãos romanos estavam dispostos a submeter-se durante o serviço militar eram extremamente duros e muito semelhantes aos de um exército profissional. As sentinelas encontradas a dormir, geralmente apoiadas no escudo, sofriam a pena de morte, e o mesmo acontecia aos que roubavam os camaradas ou que eram homossexuais praticantes.

Durante este período, a disciplina do exército romano foi frequentemente muito severa, com os cidadãos a perder a maior parte das protecções que a lei oferecia aos civis. Já nesta época os exércitos romanos geravam uma enorme burocracia e tinham uma rotina diária rígida. Esta realidade era sublinhada pelo campo de marcha, uma estrutura extremamente organizada e cuidadosamente definida que era construída todos

os dias, antes do anoitecer, por um exército em progressão. Invariavelmente construído de acordo com o mesmo padrão familiar, o campo dispunha de quatro entradas e duas vias principais perpendiculares e que se cruzavam em frente da principal concentração das tendas de comando. Tudo era regulado, desde o posicionamento das tendas e da bagagem de cada unidade até às faxinas a cargo dos vários contingentes – por exemplo, a guarda para as montadas era sempre fornecida pelos *triarii*. Estavam perfeitamente definidas as responsabilidades dos vários oficiais incumbidos de supervisionar as sentinelas e os piquetes postados em redor do campo, e de transmitir as ordens para a marcha do dia seguinte.

Na maior parte dos anos, a Republica Romana alinhava quatro legiões. Cada cônsul recebia um exército composto por duas legiões e duas alas. Em combate, as legiões formavam o centro da linha com uma ala em cada flanco. Por esta razão, as alas costumavam ser conhecidas por ala esquerda e ala direita. As legiões eram habitualmente numeradas, com um cônsul comandando a I e III legiões, o outro a II e a IV. Aparentemente, as legiões eram renumeradas todos os anos, pelo que poucas terão desenvolvido um espírito de corpo ou uma identidade duradouros. Antes de 264, foi raro um pretor receber um comando militar, mas esta situação tornar-se-ia comum durante nas [sic] Guerras Púnicas. Por norma, um exército pretoriano consistia apenas de uma legião e uma ala. Primeiro eram atribuídas aos cônsules as operações mais importantes e em maior escala, sendo os pretores incumbidos das campanhas menores. Uma legião romana alinhava geralmente 4200 infantes e 300 cavaleiros, mas estes números não eram fixos nem rigidamente impostos. Em função da avaliação que o Senado fazia da oposição, o tamanho da legião podia ser aumentado para 5000, 5200 ou até 6000 efectivos, através do aumento dos manípulos de *hastati* e *principes* e do número de vélites. Esta medida não requeria nenhuma alteração significativa à organização nem ao sistema táctico da legião. Exactamente do mesmo modo, o tamanho da ala podia ser aumentado, o que contribuirá para explicar as variações registadas no tamanho das coortes latinas. Em alturas de crise extrema, cada cônsul poderia receber quatro em vez de duas legiões.

A forma na qual o exército romano deste período operou mais eficientemente foi a de exército consular de duas legiões e duas alas. Esta força, de um mínimo de 20 000 homens, era equilibrada, com cerca de 10% de cavaleiros, e possuía uma cadeia de comando inequívoca e que culminava na autoridade incontestada do cônsul. Era suficiente para a maioria das missões, mas não existia um mecanismo claro para providenciar uma cadeia de comando para um exército composto pelas forças de mais de um cônsul. O cargo temporário de ditador, cuja autoridade se sobrepunha à de todos os

outros magistrados, era de extrema raridade. Quando dois cônsules uniam forças, exerciam o comando em dias alternados. Este sistema não era ideal, e foi usado por vários autores para explicar alguns dos desastres iniciais da Segunda Guerra Púnica. Contudo, no princípio do século III, os cônsules juntaram forças em diversas ocasiões e parecem ter operado sem problemas de maior. Ambos os exércitos consulares participaram na vitória de Télamon, em 225, ainda que neste caso a sua acção não tenha sido concertada, mas sim o resultado de uma feliz coincidência, pois antes da batalha nenhum dos cônsules sabia da presença do outro. O sistema de comando partilhado não era ideal, mas as oportunidades que oferecia aos adversários talvez só fossem exploráveis por um comandante do calibre de Aníbal.

Um exército romano levava tempo a constituir e a instruir satisfatoriamente. Durante toda a história de Roma, o conceito romano do comandante ideal for sempre o do homem que instruía e preparava cuidadosamente os seus homens antes de os arriscar em combate. Quanto mais tempo as legiões e as alas permaneciam no activo, mais oportunidades tinham para se adestrarem e mais experiência adquiriam, aumentando constantemente a sua eficácia. Os exércitos activos durante grande parte da Segunda Guerra Púnica tornaram-se indistinguíveis de exércitos profissionais. A fraqueza do sistema romano era que com a desmobilização das legiões e a criação de um novo exército o processo recomeçava do zero. A maioria das levadas de cidadãos incluía homens com experiência militar, mas embora isto contribuísse para o processo de tornar o exército apto para o combate não tornava o processo desnecessário. Na sua maioria, estes homens não teriam servido juntos, nas mesmas unidades e sob o comando dos mesmos oficiais. O século II oferece alguns indícios da existência de uma classe de oficiais subalternos e centuriões semi-profissionais que viam no exército uma carreira. Desconhece-se quantos seriam, e não fazemos a mínima ideia se já existiam no século III.

Os generais romanos eram amadores – no sentido moderno do termo – pois não recebiam instrução formal nas funções de comando. O ciclo político de doze meses garantiu que poucos ou nenhum beneficiaram dos longos períodos de comando comuns aos seus adversários púnicos. No entanto, somente Amílcar Barca e Aníbal se revelaram marcadamente superiores aos seus opositores romanos. Durante a fase final da Primeira Guerra Púnica, o eleitorado romano parece ter preferido reeleger homens experientes, uma prática que se tornou mais comum na Segunda Guerra Púnica, quando o Senado também usou extensivamente o seu poder para prorrogar o *imperium* dos magistrados por um ou mais anos. Assim se retiveram muitos líderes capazes, alguns dos quais comandaram o mesmo exército anos a fio. Contudo, tal como acontecia com as eleições,

o prolongamento de um comando podia depender mais da influência política do indivíduo em questão do que das suas capacidades. O sistema romano produziu alguns incompetentes que conduziram os seus exércitos ao desastre, mas também gerou homens de excepcional talento, entre os quais se destaca Cipião Africano. O general romano médio parece ter sido pelo menos tão competente como o seu homólogo púnico e era seguramente muito mais agressivo, uma faceta que, não obstante acarretar o risco da temeridade, deu origem a vitórias mais espetaculares. Soía dizer-se que o exército romano alcançara as suas vitórias apesar das deficiências dos seus oficiais amadores, cuja inexperiência era compensada pela perícia dos homens menos graduados, em especial os centuriões. Todavia, os generais romanos tinham que tomar muitas decisões importantes antes de uma batalha e eram bastante activos durante o combate, dando atenção aos mais ínfimos pormenores da peleja. Este estilo de comando que exigia uma considerável perícia. Embora não recebessem instrução formal, não devemos esquecer que, na sua maioria, os oficiais superiores romanos possuíam uma vasta experiência militar, adquirida antes de se guindarem às altas patentes, e também eram o produto de uma classe que prezava a glória militar acima de tudo e que tinha ideias muito claras sobre o modo como os seus membros deviam enfrentar os perigos do combate. Um senador devia corporizar as características implícitas na palavra latina *virtus*, que abarcavam não apenas a coragem física, mas também capacidades técnicas e tácticas.

A formação de combate do exército romano era a *triplex acies*, baseada nas três linhas da infantaria pesada legionária. Os manípulos de *hastati* formavam provavelmente com seis ou oito fileiras de profundidade, separados uns dos outros por um espaço equivalente à largura da sua frente. A formação dos *principes* era idêntica, mas com os manípulos estacionados atrás dos espaços existentes na linha dos *hastati*. Do mesmo modo, os manípulos de *triarii*, mais pequenos, cobriam as brechas entre as unidades da segunda linha. Isto dava origem a um padrão de disposição dos manípulos em xadrez, como o *quincunx* ou número cinco do dado. Políbio diz-nos que cada legionário ocupava 1,80m de frente e de profundidade, mas uma fonte posterior dá como mais provável que a frente fosse de apenas 90cm e a profundidade de cerca de 2m. A distância entre as fileiras era necessária para que os legionários pudessem arremessar os *pila*. Assumindo uma frente de 90cm por homem e uma profundidade de seis fileiras, um manípulo de *hastati* ou *principes* ocuparia uma frente de cerca de 18m e uma profundidade de 11m. A legião teria formado com uma frente de cerca de 365m, contando com os intervalos entre os manípulos, e a infantaria de um exército consular ocuparia aproximadamente 1,5Km de frente, partindo do princípio – o que parece provável – de que as alas se dispunham numa formação semelhante. Carecemos de



provas directas acerca das distâncias entre as três linhas, e os cálculos supra-apresentados são em larga medida conjecturais mas dão uma ideia aproximada da escala.

As fontes afirmam categoricamente que a legião formava para o combate com largos intervalos entre os manípulos de cada linha. As vantagens desta formação aberta para a progressão no terreno são óbvias, dado que as secções de uma linha podiam contornar os obstáculos sem perderem a coesão, o que seria impossível para uma formação sólida. No entanto, a esmagadora maioria dos especialistas tem-se recusado a acreditar que a legião combatesse com intervalos na linha, o que teria certamente permitido ao inimigo infiltrar-se pelos espaços e cercar e subjugar separadamente os manípulos. Por conseguinte, os estudiosos propuseram vários esquemas passíveis de permitir à legião alterar a formação e criar uma linha sólida e contínua antes de entrar em contacto com o inimigo. Associada a este problema está a questão de como interagiam as três linhas da *triplex acies*. O sistema táctico romano baseava-se claramente no princípio de que as linhas deviam apoiar-se mutuamente. De alguma forma, os *principes* e os *triarii* conseguiam participar no combate, e diz-se que podiam inclusivamente avançar e render as tropas da primeira linha, mas não é fácil perceber como poderia isto ser feito. E o problema torna-se particularmente complexo se aceitarmos que em contacto com o inimigo os manípulos estavam aglomerados numa linha contínua. De facto, é muito mais provável que não estivessem, e que os intervalos nas linhas fossem mantidos durante a peleja. No entanto, para compreendermos o sistema táctico romano é forçoso que olhemos primeiro para a natureza da guerra e das batalhas da época.<sup>[140]</sup>»

---

<sup>[140]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *A Queda e Cartago. As Guerras Púnicas 265-146 a. C.*, tradução de Miguel MATA, Edições 70, Lisboa, 2000, pp. 53-66.

## **ANEXO D – O sistema militar cartaginês**

“Os reino helenísticos do mediterrâneo oriental alinhavam exércitos estreitamente modelados nos de Filipe e Alexandre. Compunham-se de soldados profissionais, recrutados junto de uma base relativamente pequena de cidadãos estabelecidos em colónias militares. O núcleo do exército era a falange de piqueiros, muitíssimo adestrada, apoiada por uma cavalaria que operava em formação cerrada, com funções de choque – mas poucos eram os exércitos que conseguiam alinhar tantos cavaleiros como Alexandre. Estes soldados, bem treinados e disciplinados, eram bastante eficazes, mas os reinos tinham dificuldade em colmatar com rapidez as baixas pesadas. A frequência com que se digladiavam levava a que a maioria dos enfrentamentos fosse entre contingentes compostos pelos mesmos elementos básicos e que combatiam de modo similar. Não foi coincidência que estes exércitos começaram a fazer experiências com elementos tão invulgares como os catafractários, os elefantes de guerra e os carros falcatos, buscando formas de ganharem vantagem sobre inimigos que se lhes assemelhavam. As obras sobre teoria militar, que começaram a aparecer no século IV, foram produzidas em grande profusão no centénio seguinte. O próprio Pirro escreveu um tratado sobre as funções do general, que infelizmente não sobreviveu. Esta literatura teórica tratava invariavelmente de uma possível guerra entre exércitos helenísticos de características similares. Contudo, nenhum dos exércitos envolvidos nas guerras Púnicas correspondeu de perto a este modelo.

O número de cidadão de Cartago era muito reduzido, e logo no principio da sua história abandonou a prática de depender de cidadãos-soldados para constituir o grosso dos seus exércitos, já que não se podia arriscar a sofrer pesadas baixas entre este grupo. Os cidadãos apenas eram obrigados ao serviço militar em caso de ameaça directa á cidade propriamente dita. Quando entravam em acção, faziam-no sobre a forma de infantaria formada em falange e armada com lanças compridas e escudos, mas a sua eficácia militar era medíocre, provavelmente devido á sua inexperiência. Em 309 Agátocles, em grande inferioridade numérica, derrotou um exército que incluía um grande contingente destes cidadãos armados com lanças, que também não se revelaram dignos de nota durante os dois primeiros conflitos com Roma.

A marinha parece ter beneficiado dos serviços de um numero maior de cidadãos, mas é forçoso admitir que as nossas informações sobre o recrutamento dos marinheiros são muito escassas. Ao contrário dos exércitos, que tendiam a ser constituídos para um conflito específico para depois serem dissolvidos, a marinha cartaginesa possuía um

estatuto mais permanente, pois desde sempre fora necessário proteger as rotas comerciais que tanta riqueza davam à cidade. O célebre porto circular de Cartago estava dotado de rampas que serviam de ancoradouros para 180 navios e de todas as infra-estruturas convenientes para a sua manutenção. As escavações levadas a cabo no porto dataram-no do século II, no máximo, mas as provas não são conclusivas e poderá ter-se tratado de um período de reconstrução. Mesmo que o porto mais antigo não estivesse localizado neste lugar, é provável que tenha sido construído na mesma escala de grandiosidade. Não é de crer que a totalidade da armada estivesse guarnecida e em serviço, excepto em tempo de guerra. Todavia, só seria possível manter a sua eficácia se as tripulações se exercitassem constantemente no mar, o que torna provável a existência, em permanência de esquadras de dimensões consideráveis. É até bastante possível que muitos dos cidadãos mais pobres de Cartago ganhassem o pão servindo como remadores na armada. Se assim foi, este facto poderá ter efectivamente contribuído para a estabilidade política da urbe, dado que noutras cidades, os desempregados, e os pobres endividados, na esperança de melhorarem a sua triste sina apoiavam tendencialmente os líderes revolucionários.

A escassez de cidadãos soldados fez com que os exércitos cartagineses se compusessem de soldados estrangeiros. Os Líbios constituíram provavelmente o elemento mais firme e disciplinado da maioria dos exércitos. Os seus infantas, que operavam em fileiras cerradas, estavam equipados com lanças compridas e escudos redondos ou ovais, capacetes e talvez couraças de linho. A cavalaria líbia, que também combatia em ordem unida e armada com lanças, estava treinada para empreender cargas controladas. Os Líbios terão igualmente fornecido parte da infantaria ligeira que travava as primeiras escaramuças à frente do exército, os *lonchophoroi* de Políbio, armados com vários dardos e um pequeno escudo. Os reinos nómadas eram célebres pela sua soberba cavalaria ligeira, que conduzia as suas pequenas montadas sem rédeas nem sela, fustigava o inimigo com descargas de dardos e evitava o combate próximo a menos que as condições lhe fossem absolutamente favoráveis. Os exércitos nómadas também incluíam infantaria ligeira, armada com dardos e um escudo idêntico ao da cavalaria, e é possível que contingentes destas tropas operassem integrados nas forças púnicas. A Hispânia fornecia infantaria ligeira e infantaria pesada, cujo vestuário habitual era uma túnica branca com orla púrpura. A infantaria pesada (*scutati*) combatia numa densa falange, equipada com escudo que protegia uma grande parte do corpo, uma pesada lança de arremesso e uma espada – a arma curta para ferir com a ponta, que deu origem ao gládio romano, ou a falcata, uma arma de folha curva para golpear com o gume. A infantaria ligeira (*caetrati*) armava-se com um pequeno escudo redondo e

vários dardos. A infantaria gaulesa combatia em grandes formações densas e estava equipada com dardos e escudos mas servia-se principalmente das suas longas espadas concebidas para desferir cutiladas. Tanto os Hispânicos como os Gauleses forneciam contingentes de cavaleiros valorosos e bem montados – mas algo indisciplinados - cuja táctica primária era a carga desenfreada. As protecções defensivas para o corpo eram muito raras entre os povos tribais da Europa, e os capacetes um tudo-nada menos invulgares. Os autores clássicos caracterizam os guerreiros destas nações como ferozes na primeira carga mas lesto a fatigarem-se e dados ao desânimo quando a situação não lhes corre de feição. Esta apreciação encerra alguma dose de verdade, mas houve ocasiões em que estas tropas revelaram muito mais denodo do que o sugerido por este estereótipo.

As fontes caracterizam os componentes do exército cartaginês como sendo grupos nacionais. No entanto, somente um segmento muito pequeno do exército seria constituído por uma única nacionalidade, e alguns exércitos apresentavam uma composição bastante mista. Havia geralmente o cuidado de não depender em demasia dos povos autóctones do teatro de operações, para evitar defecções ou deserções. Antes da sua expedição a Itália, Aníbal enviou um grande contingente de tropas Hispânicas para África, substituindo-as por unidades Africanas. A única força unificadora de cada exército era o alto comando, composto por oficiais cartagineses.

É da praxe descrever os exércitos púnicos como compostos por mercenários mas trata-se de uma simplificação grosseira, já que estas forças incluíam soldados recrutados de muitos modos diferentes e que apresentavam uma grande variedade de motivações. Alguns contingentes não eram contratados, mas sim fornecidos por reinos ou Estados aliados em função de obrigações impostas por tratado. Parece ter sido sempre este o caso dos reinos númidas, cujas famílias reais mantinham uma relação bastante próxima com as famílias nobres cartaginesas, laços que eram ocasionalmente fortalecidos através de alianças matrimoniais. Os contingentes númidas eram geralmente liderados pelos seus príncipes. De modo similar, muitas tribos da Hispânia e da Gália estavam formalmente aliadas a Cartago e forneciam contingentes idênticos aos dos seus exércitos tribais e comandados pelos seus próprios chefes. Também aqui existem algumas indicações de que os líderes púnicos terão formado laços estreitos com as aristocracias nativas, permitindo-lhe possivelmente explorar os padrões tradicionais de lealdade. Sabe-se que Asdrúbal desposou uma princesa Hispânica, e é possível que Aníbal tenha feito o mesmo. Não restam dúvidas de que a lealdade das tribos Hispânicas se centrava na família dos Barcas e não na distante Cartago. Mais tarde, as tribos viriam

a aderir de modo similar aos Cipiões – e não propriamente a Roma -, e sublevaram-se quando correu o boato de que Cipião Africano tinha abandonado a Hispânia.

Não sabemos exactamente como eram as unidades líbias recrutadas. Algumas tropas seriam provavelmente fornecidas por cidades aliadas, de modo similar aos dos númidas. Outros contingentes poderão ter sido formados por camponeses recrutados nos latifúndios cartagineses. Estas áreas rurais revelar-se-iam uma zona de recrutamento bastante fértil durante o Império Romano. Quanto aos mercenários, nem todos eram contratados de forma idêntica. Nalguns casos, os seus serviços eram oferecidos pelo seu líder ou chefe, e eram contratados em grupo. O líder era pago pelos seus serviços e depois sustentava e recompensava os seus seguidores, tal como faria um chefe tribal. Nas sociedades tribais da Europa, existia uma tradição enraizada de guerreiros que procuravam servir líderes que os sustentassem e lhes garantissem riquezas e glória, pois uma reputação marcial era sempre muito prezada, independentemente de onde fosse conquistada. O elo entre o chefe e os seus apaniguados era intensamente pessoal. Os guerreiros combatiam por ele, e tão depressa lutariam a favor de como contra Cartago – o chefe é que decidia. A história fala de um chefe gaulês que serviu sucessivos anos revelando-se de dúbia lealdade para com todos. A fidelidade deste tipo de soldados seria significativamente diferente da dos homens directamente recrutados e pagos pelos seus líderes cartagineses. Algumas unidades do exército, especialmente as que incluíam desertores romanos ou italianos e escravos fugidos, seriam presumivelmente compostas por múltiplas nacionalidades.

As fontes raramente se referem à organização dos vários contingentes dos exércitos cartagineses, dizendo-nos simplesmente onde estava posicionada cada nacionalidade, pelo que não sabemos se havia quaisquer tropas organizadas em unidades de tamanho fixo. Lívio faz referência a uma unidade de 500 cavaleiros númidas, mas pode tratar-se de um único contingente e não existem indicações de que estes cavaleiros combatessem em unidades fixas. Outra passagem menciona 500 infante líbios em Sagunto, em 218, e também ouvimos falar de 2.000 gauleses divididos em três bandos ou unidades aquando da conquista de Tarento, em 212, mas é impossível saber se se tratavam de organizações permanentes ou temporárias. As tropas gálicas ao serviço de Cartago combatiam geralmente em contingentes tribais e as Hispânicas também o faziam de quando em quando, sob o comando dos seus líderes, tal como faziam quando pugnavam pelos seus povos. Todavia em Canas, o centro do dispositivo de Aníbal consistiu de unidades alternadas de Hispânicos e Gauleses, numa clara fragmentação de qualquer estrutura tribal que possuísem. Políbio refere-se-lhes usando um dos termos que também emprega para o manípulo romano de 120-160 homens,

termo utilizado por autores posteriores para designarem a coorte de 480 efectivos do exército republicano tardio e do exército imperial. Isto torna provável que estas [companhias] consistissem de algumas centenas de homens, mas eram certamente menos de mil.

Esta mistura de contingentes de diversas nacionalidades proporciona geralmente aos exércitos cartagineses um bom equilíbrio entre os diferentes tipos de tropas, com infantaria e cavalaria capazes de combater em ordem aberta e unida. Muitos destes contingentes eram de elevada qualidade, mas os seus padrões de disciplina variavam consideravelmente. As tropas aliadas ou contratadas quase nunca combateram sem entusiasmo e os motins foram raros. Um dos elementos bélicos foi a utilização bastante frequente de elefantes de guerra, facilmente capazes de lançar o pânico entre um inimigo que não lhes estivesse habituado. Os paquidermes eram provavelmente animais da floresta africana, ligeiramente mais pequenos do que os indianos, mas mais fáceis de adestrar do que os actuais elefantes africanos. O elefante constituía a arma principal, servindo-se do seu volume e da sua força para aterrorizar ou esmagar a oposição, mas os exércitos helenísticos também montavam torres em cima dos animais, plataformas a partir das quais os seus ocupantes podiam arremessar ou disparar projecteis. Não existem provas que refiram especificamente que os elefantes das guerras Púnicas ostentavam torres, mas o relato que Políbio faz da batalha de Ráfia, em 217, implica que a raça africana era capaz de suportar esse peso adicional. O principal perigo associado aos elefantes era a sua tendência para entrarem em pânico e poderem espezinhar indiscriminadamente amigos e inimigos. Diz-se que Asdrúbal equipou os cornacas com um martelo e um cinzel que deveriam cravar na espinha do elefante caso o animal debandasse em direcção às suas próprias tropas.

Os comandantes cartagineses dispunham habitualmente de forças equilibradas, mas a dificuldade residia na coordenação dos movimentos destes elementos díspares. As ordens dadas em púnico tinham que ser traduzidas para várias línguas para poderem ser transmitidas aos soldados. Os magistrados cartagineses entre os quais os sufetas, não exerciam comandos militares. Para liderar as tropas eram nomeados generais – não é claro por quem – que se mantinham no comando numa base semi-permanente até serem substituídos ou até ao fim do conflito. Embora não fossem magistrados, os comandantes provinham certamente da classe social de onde saíam os membros das magistraturas, pois não existem razões para acreditar que a sua selecção fosse dependia mais do seu talento do que das suas ligações familiares ou riqueza. Durante toda a Primeira Guerra Púnica, os cartagineses trataram duramente os comandantes que falharam no seu desempenho, tendo vários deles sido crucificados por incompetência.

Em mais do que uma ocasião, sofreram esta punição ao perderem a confiança dos oficiais superiores cartagineses sob o seu comando.

Todavia, a longa duração dos comandos que lhes eram atribuídos significa que muitos generais cartagineses se tornavam muitíssimo experientes. Quanto mais tempo o general comandasse o seu exército, mais eficiente este tendia a tornar-se. Os elementos díspares que o compunham acostumavam-se gradualmente a operar em conjunto, os seus líderes e o comandante supremo familiarizavam-se uns com os outros e, pelo menos até certo ponto, com as respectivas línguas. O exército que Aníbal conduziu para Itália em 218, foi provavelmente o melhor exército cartaginês que alguma vez entrou em campanha. A sua eficácia deveu-se a capacidade de liderança do seu comandante, mas decorreu sobretudo dos longos anos de operações na Hispânia, sob a chefia de Amílcar, de Asdrúbal e do próprio Aníbal. Durante este período a sua estrutura de comando atingiu um nível elevadíssimo e, a par da disciplina de marcha e da capacidade de manobra, tornou o exército marcadamente superior às forças romanas que lhe fizeram frente. A elevada qualidade deste exército permitiu a Aníbal incorporar-lhe mais facilmente os seus aliados Gálicos e posteriormente Italianos, e atordoar os adversários com o seu génio nas campanhas iniciais do conflito.

O exército de Aníbal não era um exército cartaginês típico. Aliás, é duvidoso que tenha alguma vez existido um exército cartaginês típico, já que cada força Púnica possuía um carácter singular. Não há indicações de que todos os generais procurassem controlar e liderar as suas tropas de modo idêntico. O seu relacionamento com os diferentes contingentes nacionais variava. Cada exército desenvolveu progressivamente um método para funcionar em conjunto. Contingentes recém-recrutados não conseguiram coordenar eficazmente as suas acções no campo de batalha, e até os exércitos experientes tiveram problemas quando chamados a agir de forma concertada. Em Zama, o exército de Aníbal incluiu tropas recrutadas por três comandantes em alturas diferentes. Foram utilizadas na batalha como corpos assumidamente separados e, ao contrário do que se impunha, não se conseguiram apoiar mutuamente.

Por norma, os cartagineses, dispondo de recursos económicos suficientes para o efeito, conseguiam recrutar relativamente depressa grandes números de mercenários e contingentes aliados. De um modo geral, os soldados e os contingentes assim recrutados denotaram uma boa qualidade. Contudo, eram necessários algum tempo e muito empenho para converter essas forças em exércitos eficientes. Isto significava que um exército experiente era um activo precioso, difícil de substituir e a não arriscar levianamente. Cartago nunca conseguiu alinhar tropas em número minimamente comparável ao dos Romanos. Além do mais, a dificuldade de substituir um exército

experiente e com provas dadas encorajou amiúde uma abordagem mais hesitante as operações por parte dos generais púnicos, os quais, com algumas excepções de monta, tenderam a ser muito menos agressivos do que os seus homólogos romanos<sup>[141]</sup>”

---

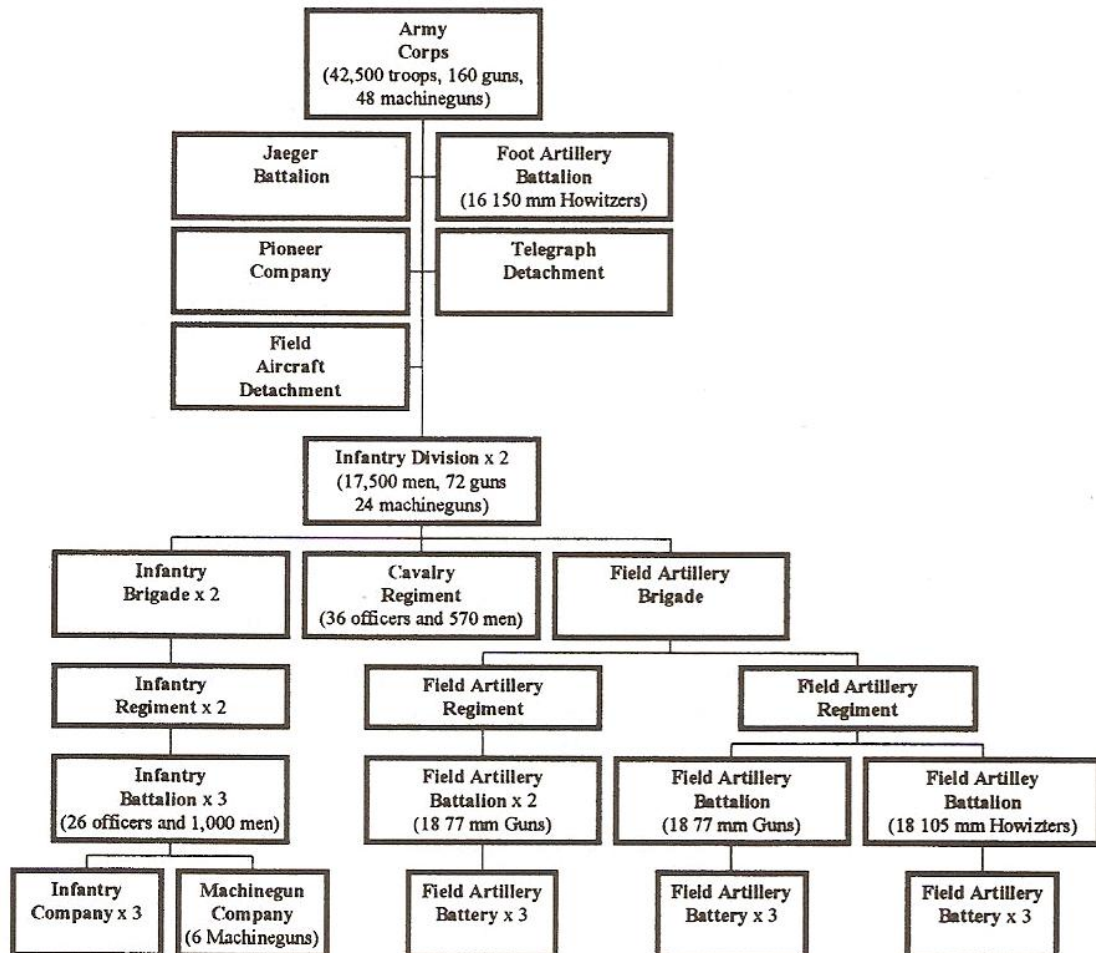
<sup>[141]</sup> GOLDSWORTHY, Adrian Keith – *A Queda e Cartago. As Guerras Púnicas 265-146 a. C.*, tradução de Miguel MATA, Edições 70, Lisboa, 2000, pp. 34-42.



## Anexo E – Corpo de exército alemão

### ANEXO E – Corpo de exército alemão

[retirado da obra de Robert T. FOLEY, *Alfred von Schlieffen's military writings*, 2003]



**APÊNDICES**

## APENDICE A – Figuras



Figura A. 1: Cartago e interior africano.

Fonte: Miles, 2010, p. 77.

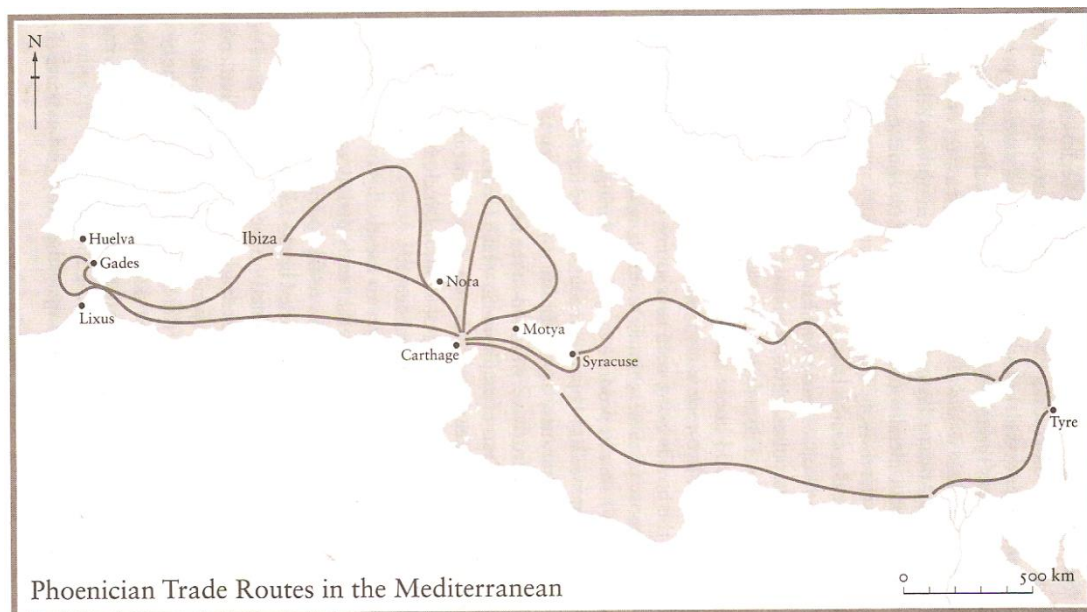


Figura A. 2: Rotas comerciais fenícias no Mediterrâneo.

Fonte: Miles, 2010, p. 63.

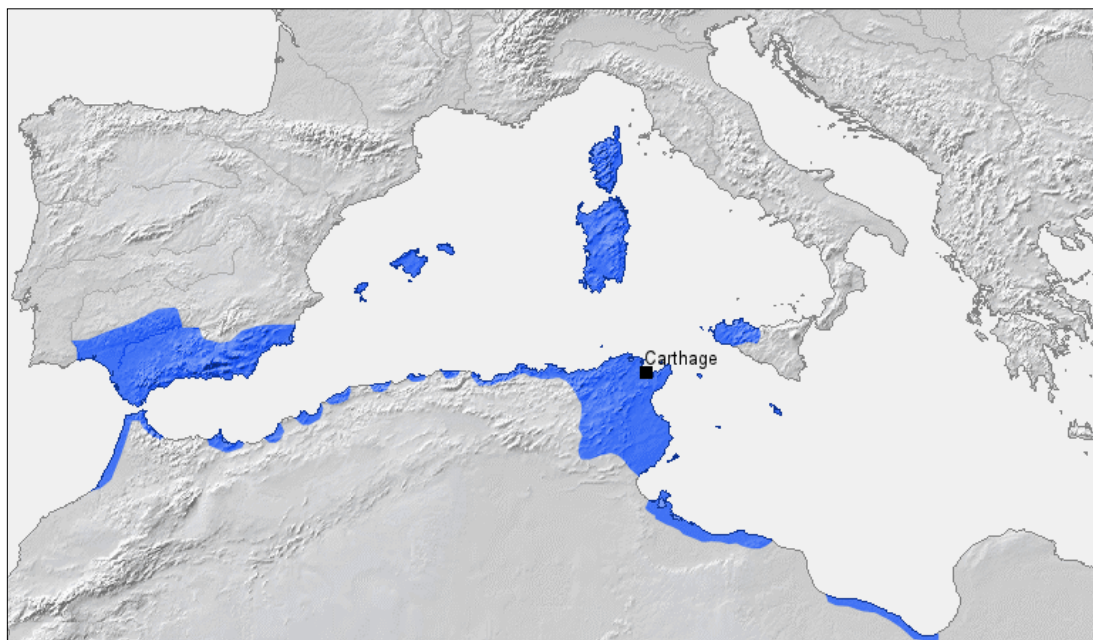


Figura A. 3: Cartago e as suas colónias.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/>

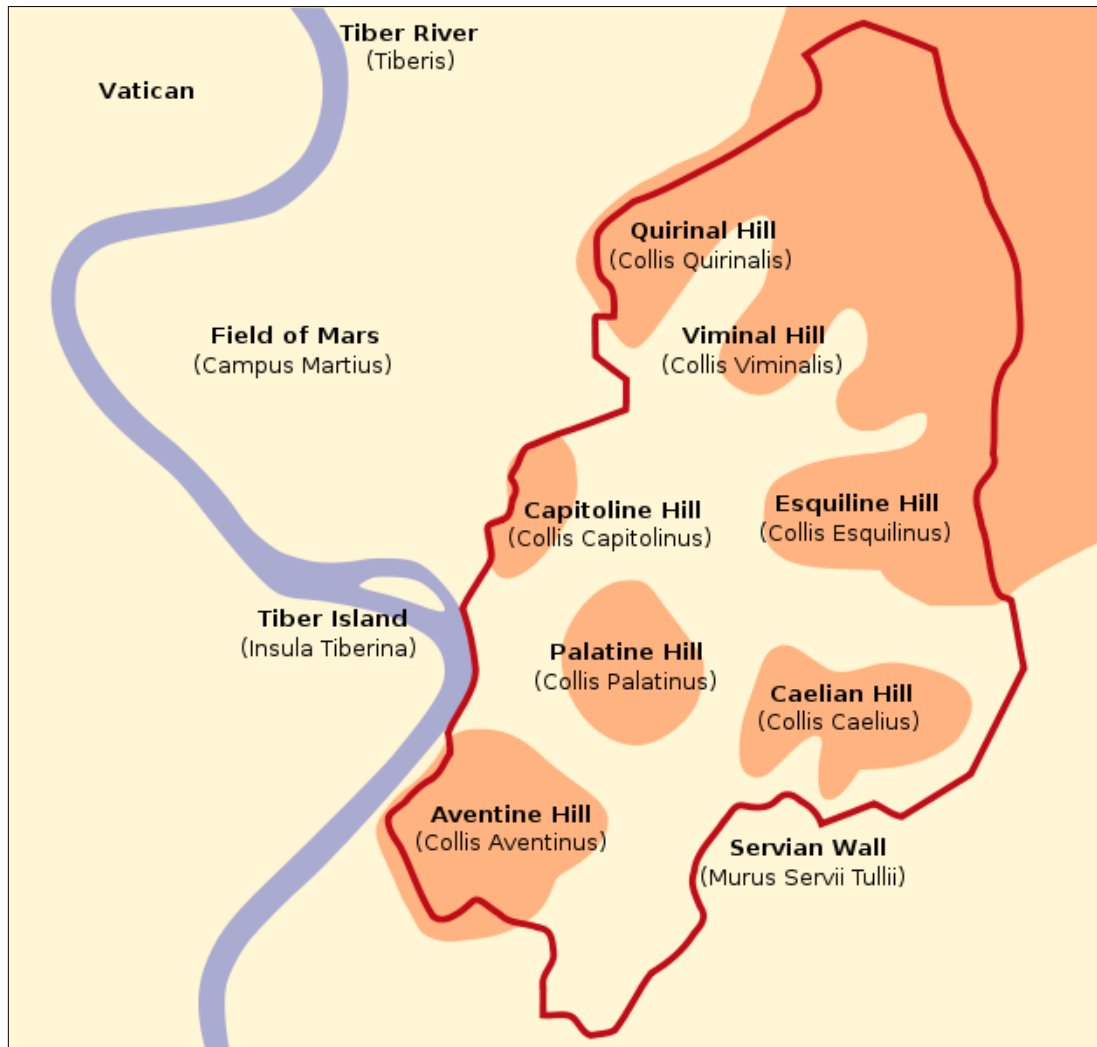


Figura A. 4: As sete colinas de Roma.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/>





Figura A. 5: Expansão romana na Península Itálica.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/>



Figura A. 6: Reino de Epiro e as campanhas de Pirro em Itália.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/>

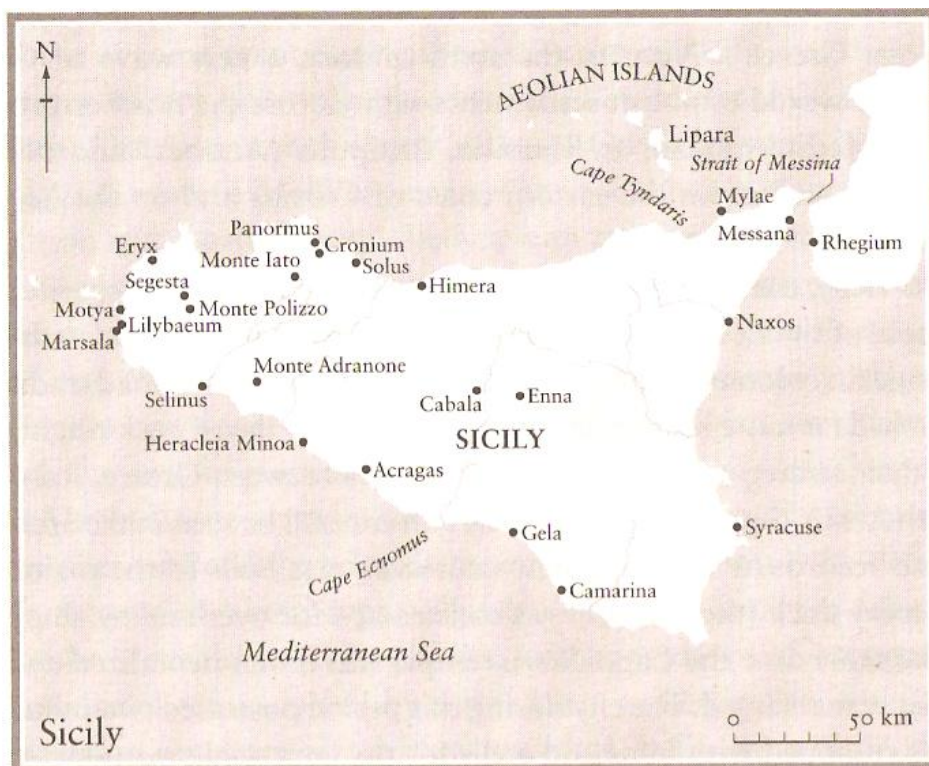


Figura A. 7 Sicília antiga.

Fonte: Miles, 2010, p. 91.

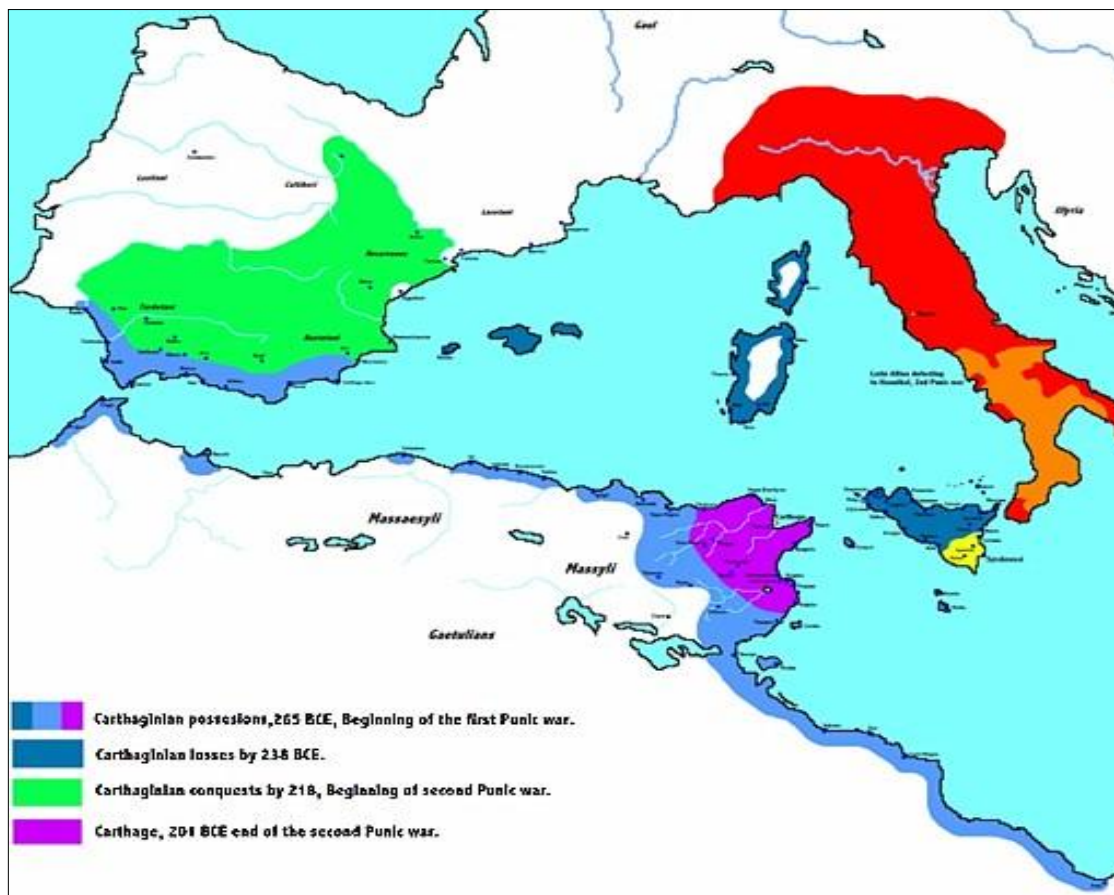


Figura A. 8: Guerras Púnicas.

Fonte: <http://www.summagallicana.it/>

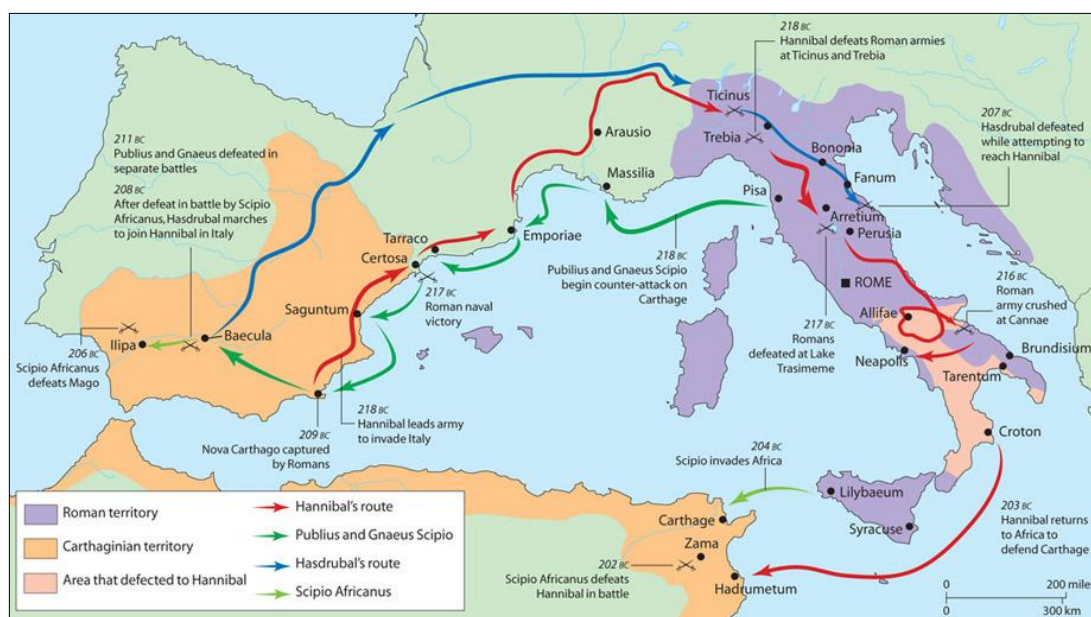


Figura A. 9: Campanhas de Aníbal, Asdrúbal e Cipião.

Fonte: <http://www.thamesandhudsonusa.com>



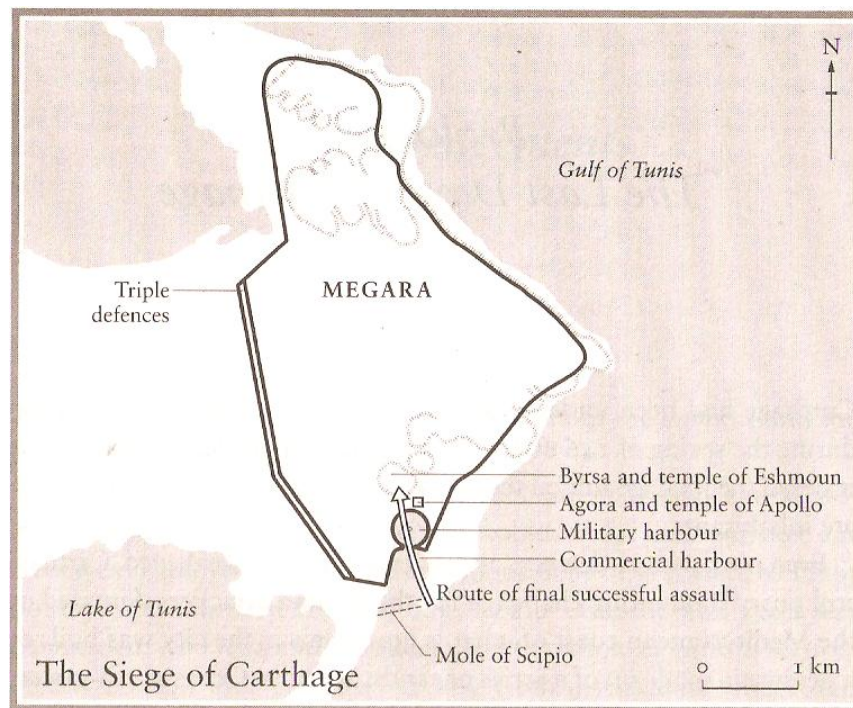


Figura A. 10: O cerco de Cartago.

Fonte: Miles, 2010, p. 2.

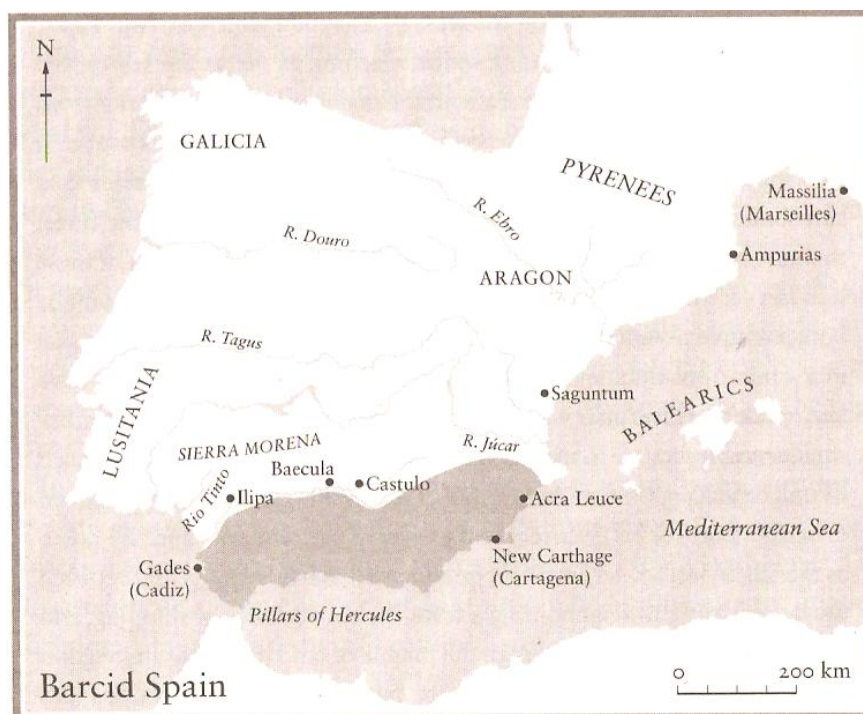


Figura A. 11: A Hispânia dos Barcas.

Fonte: Miles, 2010, p. 223.



Figura A. 12: Possíveis rotas de passagem de Aníbal pelos Alpes.

Fonte: Healy, 2010, p. 2.



Figura A. 13: Adesão às forças de Aníbal após Canas 216 a. C.

Fonte: Healy, 2010, p. 90.



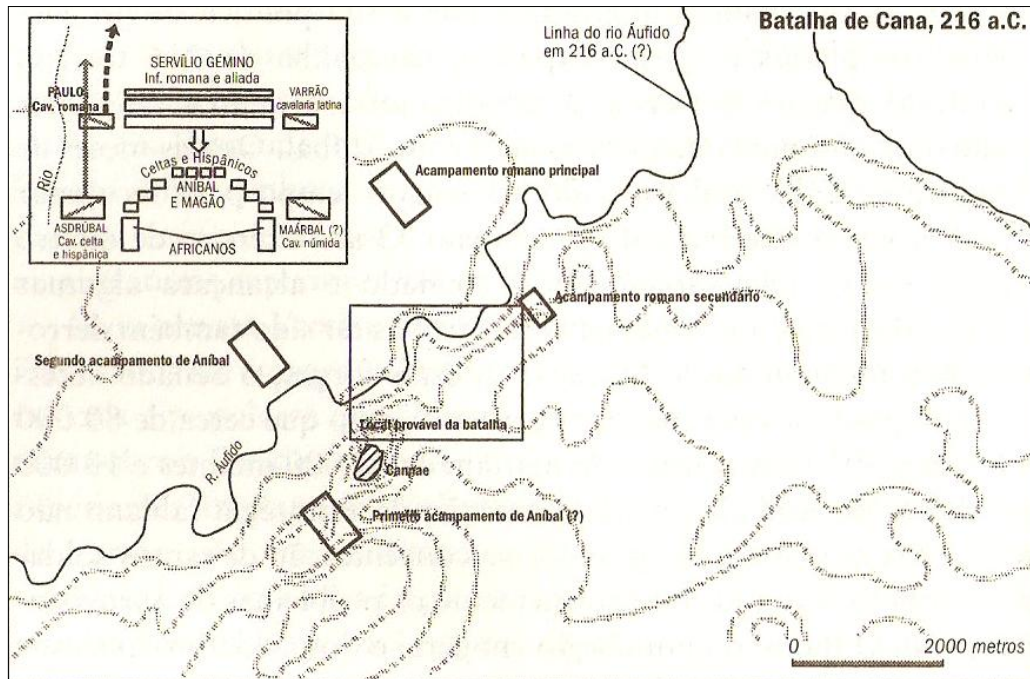


Figura A. 14: Batalha de Canas 216 a. C.

Fonte: Goldsworthy, 2000, p. 264.

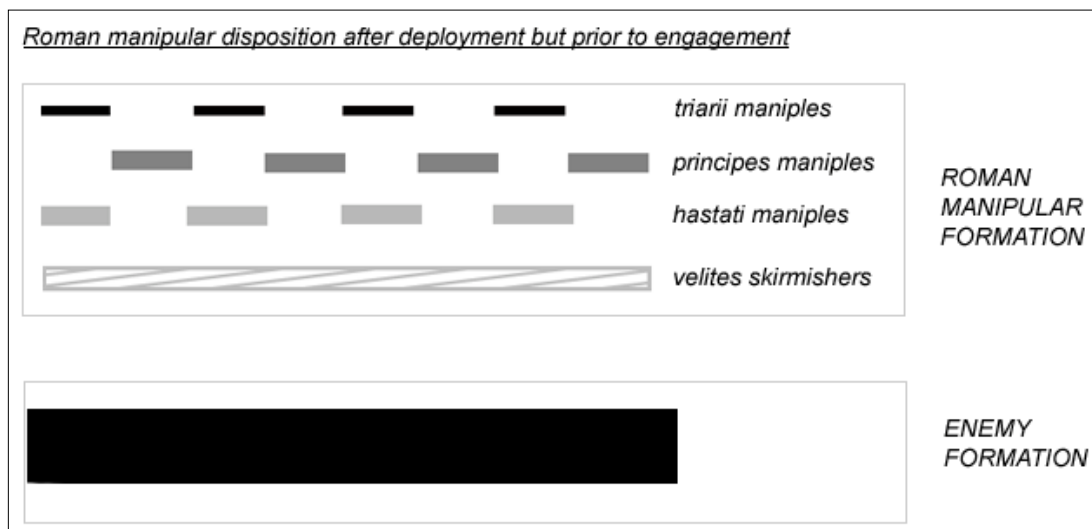


Figura A. 15: Formação romana em *Triplex Acies*.

Fonte: <http://en.wikipedia.org>

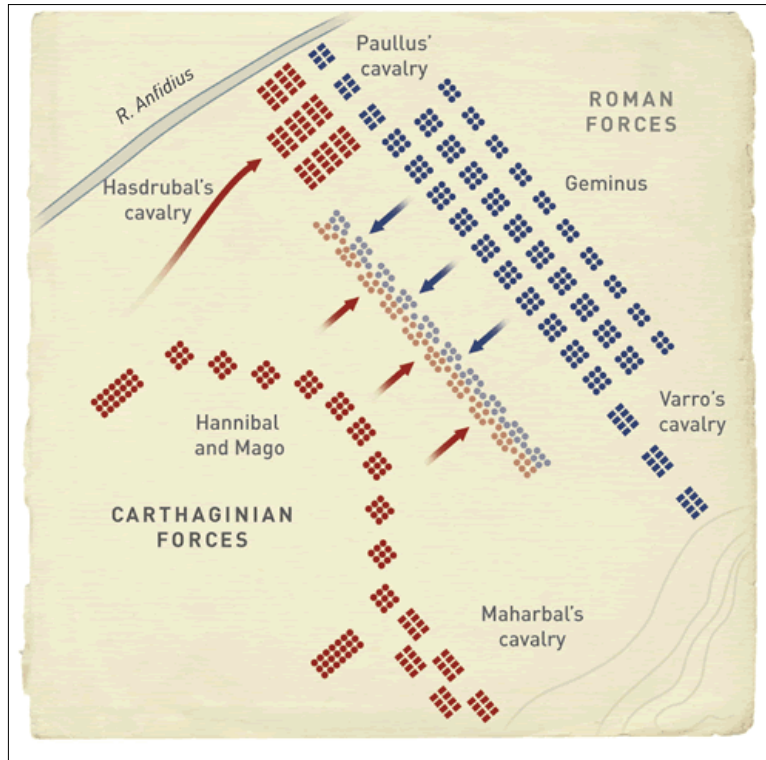


Figura A. 16: Escaramuça e combate da cavalaria.

Fonte: <http://www.soldiermagazine.co.uk/>

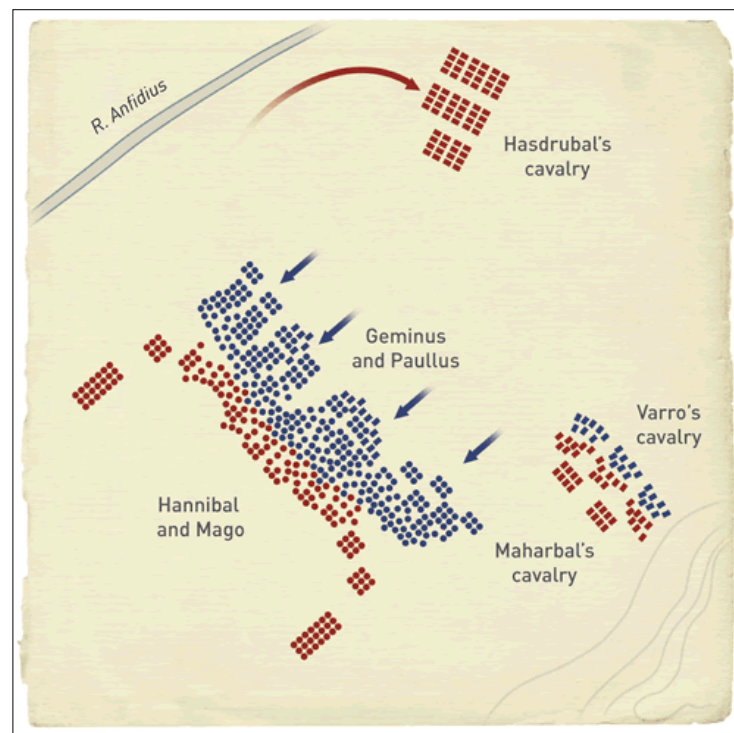


Figura A. 17: Recuo do centro cartaginês e fuga da cavalaria romana.

Fonte: [http://www.soldiermagazine.co.uk](http://www.soldiermagazine.co.uk/)

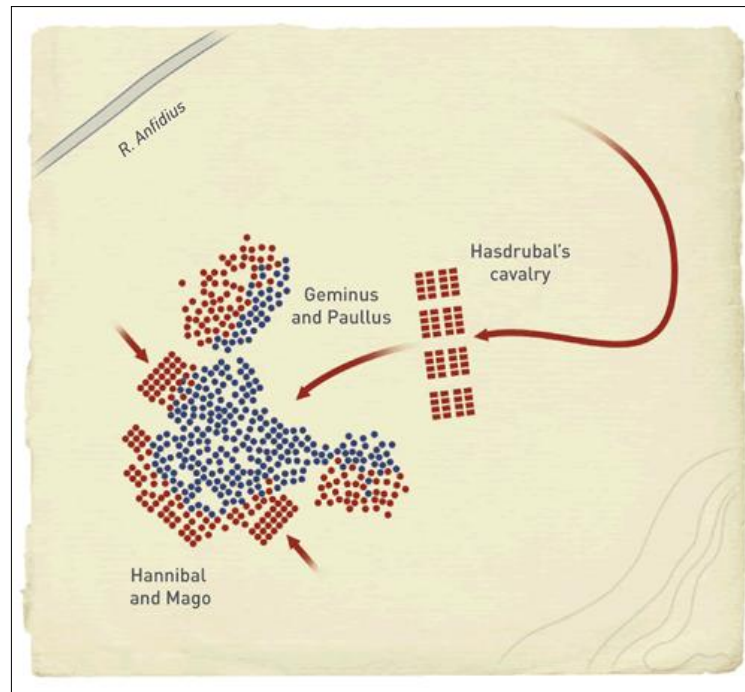


Figura A. 18: Fuga de Varrão e envolvimento.

Fonte: <http://www.soldiermagazine.co.uk>



Figura A. 19: A Europa em 1905.

Fonte: <http://www.euratlas.net>



Figura A. 20: Impérios coloniais europeus em África.

Fonte: <http://history.howstuffworks.com>





Figura A. 21: Perspectiva de guerra em duas frentes.

Fonte: <http://www.3dhistory.co.uk>



Figura A. 22: O Plano Schlieffen.

Fonte: <http://www.3dhistory.co.uk>

## Apêndice A – Figuras

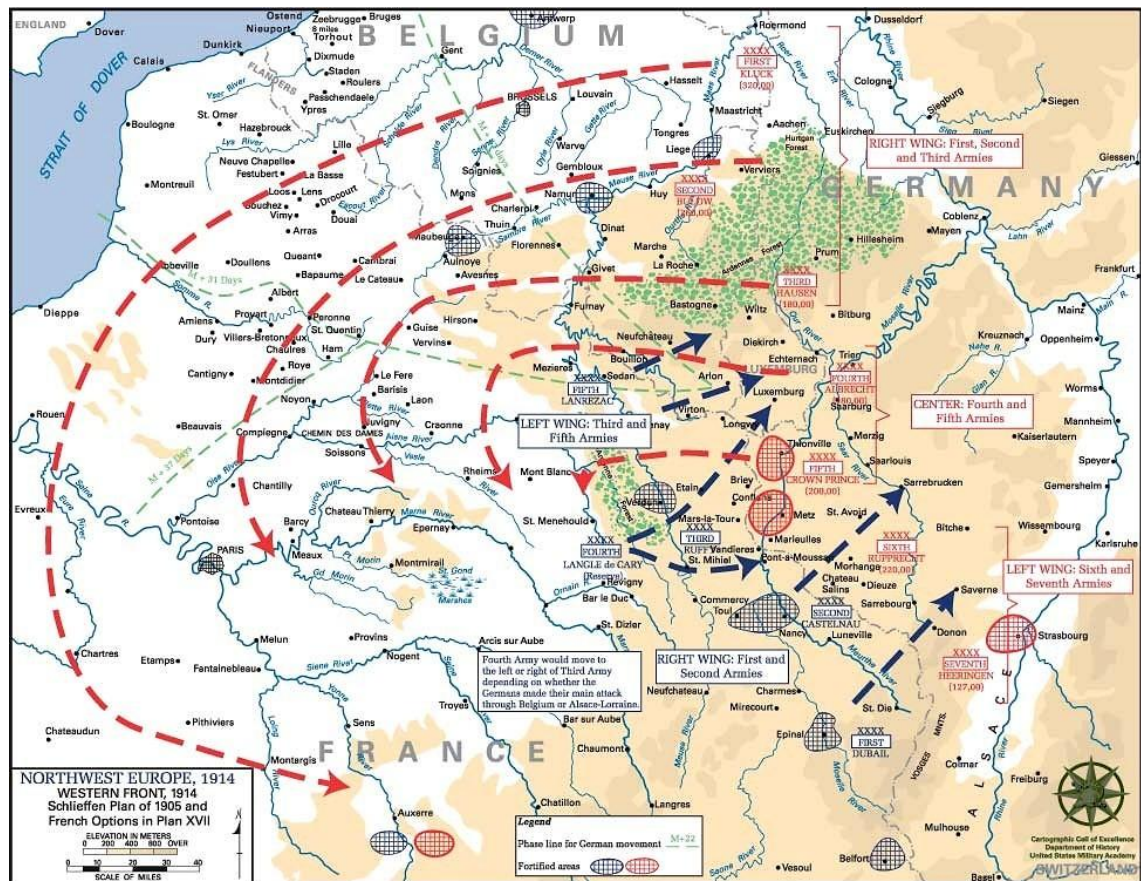


Figura A. 23: Posições fortificadas e avanços planejados.

Fonte: <http://www.wikipedia.org>



## APENDICE B – Vida e carreira de Alfred von Schlieffen

Alfred Graf von Schlieffen nasceu em Berlim a 28 de Janeiro de 1833, filho do Major Friedrich Magnus von Schlieffen e de Luise, Gräffin Stolberg. Iniciou a sua carreira militar aos 20 anos, em 1 de Abril de 1853 como voluntário no 2º Regimento de Ulanos da Guarda, em Berlim. Foi promovido a *Portepée-Fanhrich* [Cadete] a 13 de Dezembro do mesmo ano e a 2º Tenente a 16 de Dezembro de 1854. Entre 1858 e 1861 frequentou a *Kriegsakademie* [Academia da Guerra] em Berlim e após terminar foi colocado como ajudante de campo na 1ª Brigada de Cavalaria da Guarda. A 14 de Outubro de 1862 é promovido a 1º Tenente.

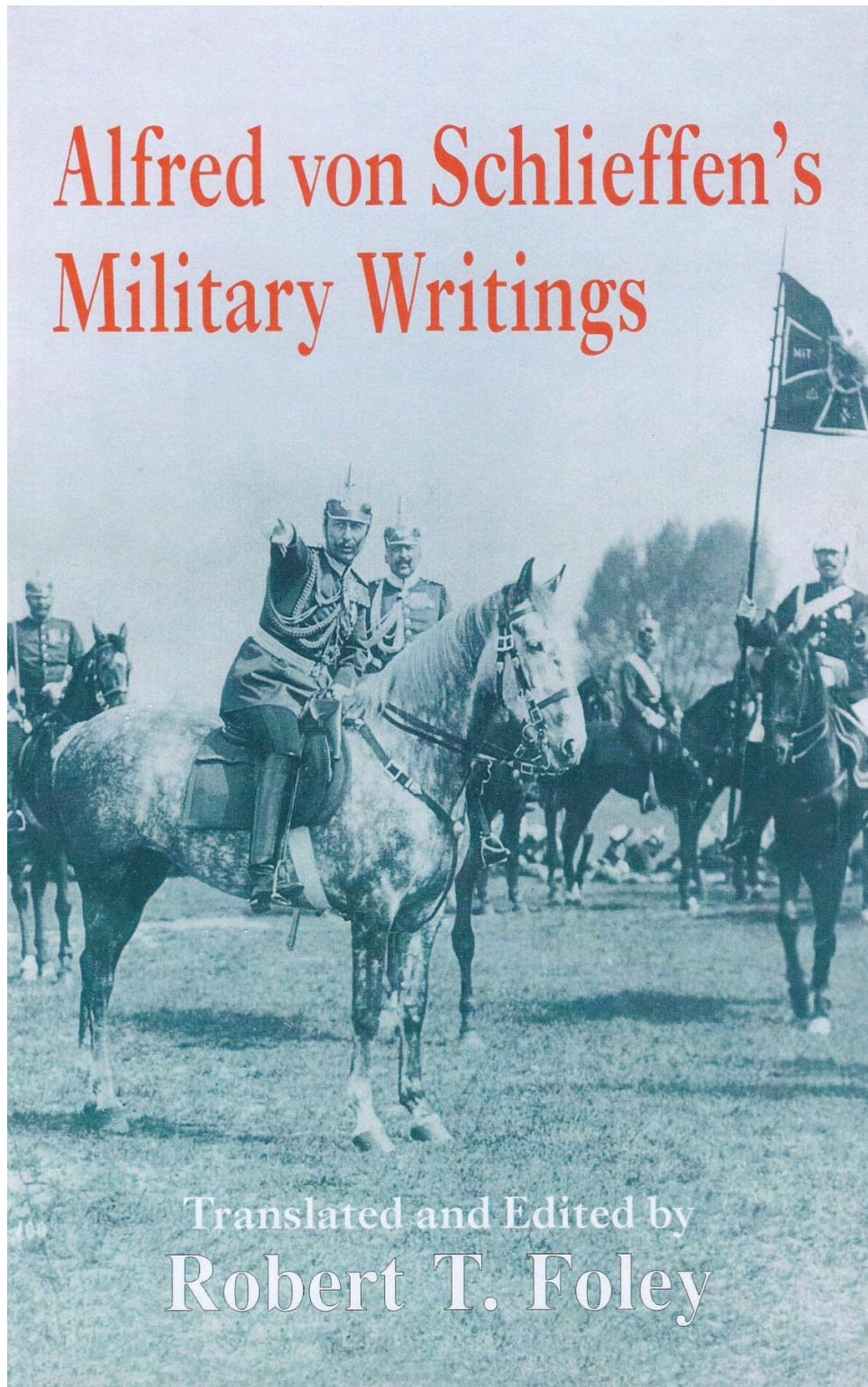
Em 1863 faz a sua entrada no Estado Maior Prussiano, na secção Topográfica. Entre Junho e Julho de 1866 torna-se oficial do estado maior do Corpo de Cavalaria [sob o comando do Príncipe Albrecht da Prússia] pertencente ao 1º Exército e participou nas batalhas de *Munchengrätz*, *Gitschen* e *Königgrätz*. A 12 de Julho de 1866 foi promovido ao posto de *Hauptmann/Rittmeister* [Capitão], do Estado Maior Prussiano. Em Novembro de 1866 é nomeado adido militar auxiliar na embaixada Prussiana em Paris [de onde advém o seu conhecimento mais detalhado da realidade da estrutura militar Francesa]. A 1 de Abril de 1868 volta a Prússia e assume as funções de oficial de Estado maior do 10º Corpo de Exército. Em Dezembro de 1869 assume as funções de Comandante de Esquadrão no 2º Regimento de Dragões. Em Agosto de 1870 desencadeia-se a guerra Franco-Prussiana, e participa nela na qualidade de oficial de Estado Maior do General Grossherzog von Mecklenburg-Schwerin, e participou nas batalhas de *Noisseville*, no cerco de *Toul* e de *Soissons*, e na campanha de Inverno do *Loire*. Foi premiado com a Cruz de Ferro, 1ª Classe.

Foi promovido a Major em 22 de Dezembro de 1870 e em 1871 torna-se oficial de Estado Maior do então recentemente formado 15º Corpo de Exército em Estrasburgo. Em 1873 entra para o Estado Maior do Corpo da Guarda, em Berlim. Em 1876 foi promovido a *Oberstleutnant* (Tenente-Coronel) e é nomeado comandante do 1º Regimento de Ulanos da Guarda em *Potsdam*. Chega ao posto de *Oberst* [Coronel] a 16 de Setembro de 1881 e em 1884 torna-se chefe da 3ª Secção do Estado-Maior Imperial. Torna-se *Generalmajor* [Brigadeiro-General] e *Generalleutnant* [Major-General] em 1886 e 1888 respectivamente. Em 1889 torna-se *Oberquartiermeister* precisa de ser investigado, mas provavelmente é uma das divisões do Grande Estado Maior Alemão).

A 7 de Fevereiro de 1891 torna-se chefe do Grande Estado Maior Alemão. Em 1892 foi nomeado Ajudante-General do *Kaiser* Wilhelm II, e em 1893 é promovido a *General der Kavallerie* (Tenente-General) e é nomeado para o 1º Regimento de Ulanos da Guarda. Em 1897 recebe a Ordem da Águia Negra. Em 1903 celebra 50 anos de serviço e é promovido a *Generaloberst* (General). Torna-se membro da *Herrenhaus* Prussiana e a 1 de Janeiro de 1906, ao fim de 52 anos de serviço, retira-se da vida militar. É promovido ao título honorífico de *Generalfeldmarschall* (Marechal de Campo) em 1911 e falece dois anos depois em 1913.

**APÊNDICE C – Escritos de Schlieffen**

[adaptado da obra de Robert T. FOLEY, *Alfred von Schlieffen's military writings*, 2003]



## Introduction

In a speech given on the 100th anniversary of Helmuth von Moltke's birth, Alfred von Schlieffen bemoaned the fact that Moltke had not left behind a substantial work of theory in which he elaborated his ideas about warfare.<sup>1</sup> A hundred years later, a student of Schlieffen could make a similar statement.<sup>2</sup> Like his mentor and unlike many of his contemporaries, Schlieffen never produced a single theoretical work that set out all his ideas about warfare. Instead, his ideas were scattered throughout his service writings and his post-retirement works. However, only the works he published after his retirement in 1905 were available for public consumption until his service papers were published in the interwar period. Thus, these works offer an important insight into the concepts that Schlieffen believed significant enough to continue to stress even after his retirement. Of these, three stand out – his 'War Today', 'Cannae Studies', and 'The *Feldherr*'. These three contain Schlieffen's ideas about Germany's contemporary strategic situation and how modern war would be fought, about how to bring about decisive victories, and about the role and responsibilities of an army's commander.

### 'WAR TODAY'

Not content to remain inactive after his retirement, Schlieffen turned to the pen to continue to influence the army that had been his life for well over 50 years. The most significant of the works he published after his retirement was undoubtedly his 'War Today'. This relatively short piece gives us the clearest indications of Schlieffen's views about Germany's strategic situation and about how he believed wars would be conducted. As such, it is the closest thing to a single theory of war that Schlieffen published. Moreover, perhaps because it reflected the beliefs of many of his contemporaries, this work was his most influential piece at the time.

Asked by the editors of the *Deutsche Revue* to write an article about the preservation of peace, Schlieffen responded by writing one on

ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

modern warfare.<sup>3</sup> He began his essay by tracing the current political and military situation in Europe back to the rivalry between France and Germany created by the Franco-German War of 1870/71. To Schlieffen, the events of this war had created a permanent enemy in France. In turn, increasing German prosperity had led to the creation of an Anglo-German rivalry, and German success had led to fear among Germany's other neighbours. Germany's only true ally, in Schlieffen's opinion, was Austria, a fellow German nation. The result of all this was an 'encirclement' of Germany by enemies intent on bringing it and its allies down, a view shared by many, if not most, of Schlieffen's countrymen at the time.

This Franco-German rivalry had also, in Schlieffen's view, led to an arms race that had transformed the modern battlefield. Threatened by the German army, most European nations had introduced conscription. Moreover, each side attempted to outdo the other in technology, leading to the introduction of rapid-fire, long-range weapons with the capability of hitting almost any target on the battlefield. The combination of these two things had a great impact on how battles would be conducted. The lethality of modern weapons had led to the need to disperse on the battlefield, while the increase in the size of armies had led to more troops being available. According to Schlieffen, armies would therefore cover vast areas, and battles would often take place far from one another. Mass armies and modern weapons signalled the end of the days in which a commander could survey and fight his entire army from a convenient hilltop.

Up to this point, Schlieffen was largely reflecting the view of modern war prevailing within the German army at the time. The idea of the extension and the emptiness of the modern battlefield had been discussed since at least the end of the Franco-German War.<sup>4</sup> However, Schlieffen's vision of how the challenges posed by this situation were to be tackled were unique, and it provides an important insight into how he envisioned his famous plan functioning.

Like most of his contemporaries, Schlieffen rejected the idea that the situation of the modern battlefield had made offensive action impossible.<sup>5</sup> However, he did see that it changed fundamentally how armies would operate. The *Drill Regulations* of 1888 had introduced the idea that German formations from brigade downwards would fight from the march.<sup>6</sup> In other words, they would no longer necessarily have the time to deploy into a specific order of battle, but at times would be forced to fight from the march upon encountering the enemy. Schlieffen now took this one step further and applied what had been intended for tactical application to the operational level. The vision of battle he outlined in 'War Today' had army corps, the smallest unit of the German



## INTRODUCTION

army capable of supporting itself in independent action, going into battle directly from detrainment or from the march. Given the increased scale of the battlefield, Schlieffen acknowledged that individual corps or groups of corps might fight battles far removed from one another. However, it was the job of the *Feldherr* to give meaning to these disparate battles. It was the *Feldherr*'s role to set the overall goals of a campaign and to determine how these goals would be met:

The essential task of the one who manages the battle [*Schlachtenlenker*] is fulfilled when, long before any clash with the enemy can come about, he can specify to each army and corps the roads and paths over which and the directions in which they must advance and give to them their general daily goals. The advance to battle begins as soon as the units have left the railway. From the railway stations, the corps and the divisions, some marching quickly, others somewhat more slowly, will seek to reach the place assigned to them by the order of battle [*Schlachtordnung*] ... Concentration for a battle will lose its significance. Those corps which strike at the enemy will have to fight without being able to reckon on further reinforcement.<sup>7</sup>

Thus, in response to the problem of mass armies, Schlieffen came up with a new concept of battle. Schlieffen viewed the clash of two mass armies as one huge battle spread over space and time, in which the smaller battles fought by the army corps, the *Teilschlachten*, would form the tactical encounters of traditional battles. These large numbers of battles that would take place far away from one another as the individual corps or groups of corps came into contact with the enemy would be welded together by the *Feldherr* into a *Gesamtschlacht*, or 'complete battle'. The *Teilschlachten* would be given significance by the *Feldherr*'s plan. Just as a commander of old gave units particular goals on the battlefields of days past, a modern *Feldherr* would give specific goals to his army corps. Each would play a part in the *Feldherr*'s overall plan. In Schlieffen's words: 'The success of battle today depends more on conceptual coherence than on territorial proximity. Thus, one battle might be fought in order to secure victory on another battlefield.'<sup>8</sup> The army corps would, in essence, play the role once assigned to battalions or regiments in traditional battles.

This radical new vision of war was significant to Schlieffen's war plan. Given this vision, his memorandum of 1905 must be seen as a plan for a gigantic battle. Although each individual army corps or army would be given independence to fight how it wanted, it was to be assigned its goals by the *Feldherr*, who might have used different means,

ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

but none the less directed the *Gesamtschlacht* as a commander might have directed a battle during the Napoleonic Wars. Schlieffen's plan of 1905 was designed to give structure to what would otherwise have been uncoordinated encounter battles. It was there to ensure that the sum of these battles was more than the sum of the parts.

Although it first appeared in print anonymously in the *Deutsche Revue* in January 1909, Schlieffen's essay had been passing around the higher echelons of the German army for some time before then and, hence, was well known among the Reich's highest military authorities. Schlieffen's successor as Chief of the General Staff, Helmuth von Moltke the Younger, first read a version in early December 1908. Schlieffen next sent a copy to the Minister of War, Karl von Einem, on 12 December. Although Einem thought he should pass the article on to the Chancellor's office for comment before publication, both he and Moltke essentially agreed with the manuscript's ideas and tone.<sup>9</sup> After their comments, Schlieffen next sent his essay to Kaiser Wilhelm II himself, who was so taken with it that he read the article to his corps commanders at a New Year's dinner on 2 January 1909.<sup>10</sup>

Indeed, there was much in Schlieffen's article with which his contemporaries would naturally agree. Moltke spoke for many when he replied to Schlieffen's piece: 'Your excellency's intention to trace and to represent for the German people the position of the Fatherland as it really is and how our security rests only on the strength possessed by our own army has been completely carried out by your words.'<sup>11</sup> Almost everyone in the German army could agree with Schlieffen's assertion that Germany was encircled by nations intent on doing Germany harm. Moltke even went so far as to write that he hoped that Schlieffen's article 'would be read and taken to heart by thousands'.<sup>12</sup> Moreover, Schlieffen's description of the extension and the emptiness of the modern battlefield was firmly in line with the thinking of his contemporaries, and thus found widespread acceptance.<sup>13</sup>

His vision of the conduct of battle, however, drew more criticism. Gottlieb Graf von Haeseler, the long-time commanding general of the XVI Army Corps and one of the *Kaiserheer*'s most respected officers, is reported to have declared of Schlieffen's *Gesamtschlacht* concept: 'You cannot carry away the armed strength of a Great Power like a cat in a bag.'<sup>14</sup> Schlieffen's vision also drew flak from one of Imperial Germany's best known military theorists, Friedrich von Bernhardi.<sup>15</sup> Although Bernhardi simplified Schlieffen's ideas, in his influential work, *Vom heutigen Krieg* (On War Today), he declared Schlieffen's view of combat to be 'mechanistic' and overly determinist. Fighting in the manner advocated, declared Bernhardi, 'can scarcely be any longer called an art. It becomes a trade, and the commander is, as it were, a mechanic.'<sup>16</sup>

## INTRODUCTION

Another of the Imperial army's keenest minds, Sigismund von Schlichting, also spoke out against Schlieffen's view.<sup>17</sup> Although he was not as strident as some of Schlieffen's other critics, Schlichting felt Schlieffen's vision of battle was 'formalistic', 'schematic', and theoretical. In the end, Schlichting damned Schlieffen's article with faint praise, writing: 'I can certainly not see [Schlieffen's essay] as a fruitful and water-rich oasis in the desert sands of our evolution.'<sup>18</sup>

While the criticism of these authors must be taken seriously, it is also important to remember that they represented a distinct constituency within the *Kaiserheer*. They were all, at one time or another, corps commanders and could hope to be again upon the outbreak of a future war. Indeed, some could even aspire towards an army command. As the Reich's highest peacetime military commanders, these men had very considerable authority and autonomy. Schlieffen's vision of future battle relegated these men to the role once played by battalion or regimental commanders – although they would have licence to conduct their *Teilschlachten* as they saw fit, they would be playing a clear second fiddle to the overall commander. This subordination clearly rankled men used to independence. Thus, instead of Schlieffen's coordinated battle, Bernhardt wished to give 'free scope to the genius of command' to fight battles without restriction.<sup>19</sup> To carry out Schlieffen's plan with such men as subordinates, the future German *Feldherr* would clearly have to be a dominating personality.

## 'CANNAE STUDIES'

Shortly after the publication of his essay, 'War Today', Schlieffen began publishing his most significant work of history – 'Cannae Studies'. However, any examination of Schlieffen's historical writing must begin with that of one of Imperial Germany's most important historians, Hans Delbrück. In 1900, Delbrück published the first volume of his magnum opus, *Geschichte der Kriegskunst im Rahmen der politischen Geschichte* (History of the Art of War within the Framework of Political History) in which he dealt with warfare in antiquity. This volume contained an account of the battle of Cannae.<sup>20</sup> In this battle in 216 BC, the Carthaginian general Hannibal completely annihilated a Roman force superior in numbers by means of a double envelopment. The Romans lost around 50,000 of their original 80,000, and the Carthaginians lost only around 6,000 men. It was one of the most crushing and seemingly decisive battlefield victories of antiquity.<sup>21</sup>

This battle aroused Schlieffen's interest. While Schlieffen had brought out some historical works earlier,<sup>22</sup> he began publishing his first



ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

significant work of history, 'Cannae Studies', in the General Staff's quarterly journal, *Vierteljahrsheft für Truppenführung und Heereskunde*, in 1909. In this year, the 'Battle of Cannae' appeared, the first of Schlieffen's historical studies on how great commanders had gone about winning their battles. Influenced by Hans Delbrück's recently published account of the battle,<sup>23</sup> Schlieffen returned to a concept he had first elaborated in print in 1903, but which had underpinned his teachings throughout his time as Chief of the General Staff – annihilation of the enemy's army through envelopment.<sup>24</sup> Schlieffen put forward Hannibal's crushing defeat of the Romans at Cannae as a model for how such a victory should take place. In the *Vierteljahrsheft für Truppenführung und Heereskunde* over the next five years, Schlieffen published his historical studies, in which he claimed that all great *Feldherren* had as their goal the annihilation of the enemy and that these men had attempted to use flank attacks and envelopments to achieve this goal.<sup>25</sup>

In doing this, Schlieffen was engaging in a debate that had exercised the military establishment since the early 1880s. In 1879, Delbrück had published a work questioning the view accepted by the military that Friedrich the Great had attempted to annihilate his enemy's forces in all his battles.<sup>26</sup> In a debate that raged until the outbreak of the First World War, Delbrück argued that the annihilation of the enemy on the battlefield was only one goal in warfare. Instead of one, total goal (annihilation), he argued that in certain circumstances a more limited goal, one that did not involve the physical destruction of the enemy's armed forces, would be either desirable or necessary. He argued that great commanders sometimes did not aim to destroy completely their opponent's ability to wage war, and hence his ability to offer resistance, but might instead look merely to inflict enough damage to bring about a negotiated peace to a conflict. To support his viewpoint, Delbrück used the writings of Carl von Clausewitz, and this had the effect of transforming what had been largely a historical debate into one about the nature of strategy.<sup>27</sup>

While Schlieffen had engaged indirectly in the debate before,<sup>28</sup> his publication of 'Cannae Studies', with its strong emphasis on annihilation, was a clear public statement against Delbrück's interpretation of history and of strategy. However, Schlieffen went further in his work than merely countering Delbrück's interpretations; he attempted to use history not only to prove Delbrück wrong, but to demonstrate the exact methods by which *Feldherren* had gone about annihilating or seeking to annihilate their foes. He put forward his own historical interpretation that all great commanders had sought to annihilate their enemies by means of specific tactical or operational manoeuvres – flank attacks and

## INTRODUCTION

envelopments. Schlieffen attempted to prove ‘that which was achieved at Cannae floated more or less before [the eyes of all *Feldherren*] as a hazy but desirable goal’.<sup>29</sup> Moreover, according to Schlieffen, such methods were still relevant in the modern world. Although in the modern world surrender of the enemy army had taken the place of his slaughter, he wrote:

a battle of annihilation can be carried out today according to the same plan devised by Hannibal in long forgotten times. The enemy front is not the goal of the principle attack. The mass of the troops and the reserves should not be concentrated against the enemy front; the essential is that the flanks be crushed. The wings should not be sought at the advanced points of the front, but rather along the entire depth and extension of the enemy formation. The annihilation is completed through an attack against the enemy’s rear.<sup>30</sup>

To those German officers familiar with Schlieffen’s critiques of wargames, the ideas he put forward in his ‘Cannae Studies’ were not new – Schlieffen had repeatedly stressed the importance of flank attacks and envelopments to his subordinates in the General Staff. However, their publication in an open journal, one read by many officers both inside and outside Germany, was new. Operational concepts that Schlieffen had been attempting to teach his subordinates were now available to anyone who wanted to read the General Staff’s journal. This, however, was a double-edged sword. While the publication certainly brought Schlieffen’s ideas to a wider audience, it also allowed a degree of criticism that had been impossible while Schlieffen was Chief of the General Staff, and this criticism was not long in coming.

First, astute officers criticized Schlieffen’s historical methods. They argued that Schlieffen had used history selectively to illustrate concepts that he believed to be crucial and that he had failed to examine events in their proper context.<sup>31</sup> Even before the publication of ‘Cannae Studies’ Friedrich von Bernhardi had clashed with Schlieffen over his selective use of history.<sup>32</sup> However, one of Schlieffen’s most strident critics was Sigismund von Schlichting, a recently retired corps commander who had published a considerable body of theoretical work on war.<sup>33</sup> Reflecting a growing disquiet about the use of history within the German army, Schlichting questioned what lessons for modern war could be learned from ancient warfare.<sup>34</sup> But more than this, Schlichting gave voice to what many believed. He felt that Schlieffen’s historical method was fundamentally flawed: ‘the defect of Schlieffen’s doctrine is that he always generalizes lessons and experiences that suit a particular case’.<sup>35</sup>

## ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

This criticism was taken very seriously by Schlieffen's friends, in particular by Hugo Freiherr von Freytag-Loringhoven, the head of the Historical Section of the General Staff. From this position, Freytag was responsible for editing the *Vierteljahrsheft für Truppenführung und Heereskunde*. As Schlieffen published his work, Freytag attempted to soften some of Schlieffen's more outlandish assertions.<sup>36</sup> After their publication, Freytag and others attempted to claim that Schlieffen's work was not really a historical study. Instead, according to Freytag, Schlieffen's "Cannae" consists of operational and tactical studies, which he constructed from historical facts. In it, he shows us how the concept of annihilation was realized or how it could have been realized in wars of the past.<sup>37</sup> Thus, according to this viewpoint, Schlieffen's 'Cannae Studies' was really his attempt to impart to the next generation of officers the operational methods by which battles should be fought.

It was just this aspect that drew the fiercest criticism from Schlieffen's contemporaries. Schlieffen was accused of attempting to create a mechanistic doctrine within the German army, one that relied almost exclusively on one form of combat. Although flank attacks and envelopments were seen in the *Kaiserheer* as an important means of avoiding costly frontal attacks, they were none the less seen as two methods amongst many that a commander could choose.<sup>38</sup> This led officers within the army who had long had to put up quietly with Schlieffen's ideas to charge him with attempting to develop an 'envelopment mania'.<sup>39</sup> Friedrich von Bernhardi, one of Germany's best known writers on military affairs, believed that Schlieffen had attempted to form an overly schematic approach to combat. He wrote that modern combat demands 'now an envelopment be used, another time a flank attack, yet another a breakthrough, and at times a pure defensive or a decisive counterattack. A commander must be able to employ all means.'<sup>40</sup> Bernhardi was not alone in his criticism. Schlichting also made similar comments,<sup>41</sup> and Haeseler is reported to have proclaimed that Schlieffen had 'lost sight of the infinite variety of the military challenge in favour of a one-sided tendency'.<sup>42</sup> Once again, the corps commanders had rejected Schlieffen's view of combat.

## 'THE FELDHERR'

It was clear from Schlieffen's historical works that, in his opinion, the role of the commander in chief of any force was of decisive importance. According to him, this man stamped his mark on his army and determined the way in which it fought. The role of this commander had changed with time, and the creation of 'million man armies' in the late

## INTRODUCTION

nineteenth century had created new challenges for a modern-day commander in chief. With the commander playing such a central role in Schlieffen's concept of warfare, it is not surprising that he undertook a study of the institution. In the *Handbuch für Heer und Flotte*, a reference work edited by one of Schlieffen's former subordinates, Georg von Alten, Schlieffen published an essay entitled, 'The *Feldherr*', in which he examined what constituted a 'great captain'.

In Schlieffen's view, the *Feldherr* had to mould the army he commanded into a unique force: "The *Feldherr* cannot stand at the head of just any force. He must have his own army."<sup>43</sup> In the days of warrior-kings and small armies, this was easier to accomplish, as the king commanded the entire resources of the state. Thus it was that most of those Schlieffen categorized as 'great *Feldherren*' were kings – Alexander, Charlemagne, Gustavus Adolphus, Charles XII and Friedrich the Great. However, Schlieffen recognized that times had changed and that the days of warrior-kings was long past, necessitating the passing of military command to someone not of royal blood. Given the rise of the cult of personality around Paul von Hindenburg during the First World War, Schlieffen presciently recognized that there existed a danger of a successful army commander becoming too popular and that this popularity would threaten the power and legitimacy of a king. To avoid this happening and yet still to harness the abilities of non-royal men, Schlieffen put forward the General Staff system that had developed within Germany. In his view, this had solved the problem of rivalry between a king and his generals, as the king took nominal control of the army while his chief of staff acted only in his name and with his approval. The success of the Wilhelm I, Otto von Bismarck and Helmuth von Moltke team during the German Wars of Unification offered proof of this view: Wilhelm provided a figurehead under which his 'paladins' could do their work. Bismarck could manage the political sphere, while Moltke brought military victories.<sup>44</sup>

While Schlieffen put forward Moltke the Elder as a model for the military element of the modern '*Feldherr* triumvirate' in this essay and others,<sup>45</sup> there was at least one aspect of Moltke's style, that led Schlieffen to question whether or not he would have been able to dominate the army to the extent Schlieffen believed necessary to prosecute modern war. Moltke had developed within the German army the practice of 'directive command'. In this forerunner of today's concept of 'mission-command', a German commander would usually issue 'directives' to his subordinates in the place of 'orders'. Directives were not as prescriptive as orders, and a subordinate was to use his judgement as to how best to meet the objectives specified within his commander's directive. The procedure was designed to allow the commander closest to

## ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

the action, and hence best informed about the actual circumstances, to take maximum advantage of opportunities as they presented themselves and not to have to wait for orders from above.<sup>46</sup> On the whole, this system had operated well during the Franco-German War of 1870/71, and Moltke's long tenure as Chief of the General Staff ensured its enshrinement in the German army.<sup>47</sup>

Although Schlieffen endorsed Moltke's system of 'directive command', he had, at times, criticized Moltke for not exercising enough control over his subordinates. During the German Wars of Unification, Moltke had had difficulty getting some of his subordinates to follow his directives. One particular instance stood out to Schlieffen.<sup>48</sup> Moltke had difficulty in getting the commander of the German 1st Army in 1870, Karl Friedrich von Steinmetz, to recognize his authority. As the German armies began their concentration in early August 1870, Steinmetz pushed repeatedly to attack before the 2nd and 3rd Armies were ready and before Moltke's plan of operations intended. Moltke had hoped that the French army could be encircled by the German 1st and 2nd Armies and pushed into the waiting arms of the 3rd Army. Instead of waiting and operating as Moltke intended, Steinmetz attacked before the other armies were in position and pushed the French back towards Paris rather than towards a waiting German army, thus ruining Moltke's planned encirclement near the German border. To make matters worse, Steinmetz' troops advanced across the 2nd Army's lines of communication in their attack, further throwing German plans into disarray.<sup>49</sup>

To Schlieffen, whose vision of battle put so much stress on the *Feldherr*'s plan of operations and the *Feldherr*'s role in shaping the *Gesamtschlacht*, such insubordination was unconscionable. Hence, he stressed over and over in his staff rides and staff problems the importance of lower-level commanders subordinating their own actions to the intentions of the commander in chief.<sup>50</sup> However, his essay 'The *Feldherr*' makes it clear that Schlieffen realized that blind obedience to authority is not enough for a successful general. As well as being respected, the successful *Feldherr* is also trusted and loved by an army that is pervaded by his spirit. With officers as independently minded as those who questioned the ideas Schlieffen put forward in his public writings, the challenge of finding someone who could carry off the role of *Feldherr* as Schlieffen saw it being played was clearly great.<sup>51</sup>

In August 1914, Germany put into effect a plan of operations largely based on the one Schlieffen drew up in 1905. Schlieffen's 1905 plan had at its core the ideas that he publicized in his writings after his retirement. As he had outlined how modern battles would take place in his 'War Today', Schlieffen's war plan of 1905 was in essence a plan for one

#### INTRODUCTION

gigantic battle. Although the individual armies would fight their own *Teilschlachten*, they would be guided by the plan's overall goals. Their individual successes would be nothing without the success of the *Gesamtschlacht*. Moreover, as outlined in his 'Cannae Studies', Schlieffen's plan called for an encirclement of the French forces as a means of annihilating them. It called for the bulk of the German army to march around the left flank of the French army, to attack its rear and to push it away from its base of operations.

However, one aspect that Schlieffen felt crucial to the success of such a plan was missing – a *Feldherr*. When war came in 1914, the one who was marked to play this important role, Moltke the Younger, neither filled the German army with inspiration nor controlled it in the way Schlieffen had desired. With even his closest subordinates, members of his own staff, doubting his abilities and health, it is not surprising that army and army corps commanders had little faith in Moltke. These men, senior officers with successful careers behind them, often acted as they saw fit, much as Steinmetz had done in 1870. Unlike his uncle in 1870, however, Moltke the Younger made little effort to impose his will upon these independent men in 1914. The result was that the operations of the German armies in Belgium and northern France slipped from his control. While it is questionable if even a strong-willed *Feldherr* could have rescued Schlieffen's plan in September 1914,<sup>52</sup> Moltke's hands-off leadership approach certainly did nothing to ensure its success.<sup>53</sup>

## APÊNDICE D – Cannæ Studies

[retirado da obra de Robert T. FOLEY, Alfred von Schlieffen's  
military writings, 2003]

### 17

## Cannæ Studies

### THE BATTLE OF CANNAE, 1909

*This is the first, and most famous, part of Schlieffen's 'Cannæ Studies', as well as the conclusion, originally published in the General Staff quarterly, Vierteljahrsheft für Truppenführung und Heereskunde, between 1909 and 1913. This study also included accounts of the battles of Friedrich the Great and Napoleon, as well as more recent battles such as Königgrätz and Sedan. This 'historical study' represents Schlieffen's attempt to prove that victories derived primarily from flanking or encircling attacks – the apotheosis of which for Schlieffen was the battle of Cannæ.<sup>1</sup>*

On 2 August 216 BC, Hannibal's army stood facing west against the army of Consul Terentius Varro on the Apulian Plain to the left of the Aufidus (Ofanto) in the vicinity of the village at the river's mouth, Cannæ.<sup>2</sup> Varro, to whom had been transferred the daily changing command from the other Consul, Aemilius Paulus, had on hand:

55,000 heavily armed soldiers
8,000 lightly armed soldiers
6,000 cavalry
<hr/> 69,000

and at his disposal in two fortified laagers:

2,600 heavily armed soldiers
7,400 lightly armed soldiers
<hr/> 10,000

so that the total strength of the Roman army amounted to 79,000. Hannibal had available only

CANNAE STUDIES

32,000 heavily armed soldiers  
 8,000 lightly armed soldiers  
 10,000 cavalry  


---

 50,000

With a considerably superior opponent to his front and the sea to his rear, Hannibal found himself in a by no means favourable position. Nevertheless, Aemilius Paulus, in agreement with Proconsul Servilius, wanted to avoid battle. Both feared the superior Carthaginian cavalry to which Hannibal principally owed his victories at Ticinus, at Trebia and at the Trasimene Lake. However, Terentius Varro wanted to seek a decision [*Entscheidung*] and avenge the defeats the Romans had suffered. He counted on the superiority of his 55,000 heavily armed soldiers against the enemy's 32,000 heavily armed men, of which only 12,000 were Carthaginian soldiers. The remaining 20,000 were poorly armed and trained Iberian and Gaulic auxiliaries.<sup>3</sup>

In order to conduct the attack with greater force, Terentius gave his army a new order of battle [*Schlachtordnung*]. According to Roman custom, the heavily armed soldiers would have been in three close-formed lines. The foremost two lines (the *hastati* and the *principes*) of this formation would be equal in strength with 4,000 men in the front and all together 12 columns,<sup>4</sup> while the third line (the *triarii*) would be only half the strength of the other two arrayed in 160 equally distributed columns of 60 men (ten in the front and six deep) immediately to the rear. This 18 file formation seemed to Terentius to be too broad. Therefore, he deepened it to 36 files, creating a front 1,600 men wide.<sup>5</sup> The cavalry he distributed on the wings. The lightly armed troops, who were appointed to begin the battle, to harass [*umschwärmen*] the enemy, and to support the cavalry, were barely considered by either side.

Against the enemy front, Hannibal set only his 20,000 Iberians and Gauls, which were probably only 12 files deep. The greater part of his cavalry were put on the left wing under the command of Hasdrubal. The Numidian cavalry was deployed on the right. Behind this cavalry, the 12,000 Carthaginian heavy infantry were deployed equally divided between the two wings.

Each army advanced against the other. Hasdrubal overwhelmed the weak enemy cavalry of the right wing. The Roman knights [*Ritter*] were cut down, driven into the Aufidius or scattered. The victor turned the enemy infantry and advanced against the Roman cavalry of the left wing, which until then had merely been skirmishing with the Numidian cavalry. Attacked from both sides, the Romans were also routed completely here. Upon the destruction of the enemy cavalry, Hasdrubal turned against the rear of the Roman phalanx.



ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

In the meantime, the two masses of infantry advanced against each other. Pushed close together, the Gallic and the Iberian auxiliary forces were pushed back, not so much from the strength of the attack of the 36 Roman files as from their poor armament and lack of training in close combat. The Roman advance came to a halt as soon as the Carthaginian flanking echelons, which had so far been held back, came up and attacked the enemy on the left and right flanks and as soon as Hasdrubal's cavalry threatened the Roman rear. The *triarii* turned around, and the *maniples* of both wings turned outward. A long, complete square was forced to come to a halt, form fronts facing all sides, and face attacks on all sides from the Carthaginian infantry with their short swords, from the cavalry with javelins, arrows and slings, which never missed their mark in the compact Roman mass. The Romans were constantly pushed back and crowded together. Without aid and disarmed, they awaited death. Hannibal, his heart full of hate, circled the scene of the bloody work, here encouraging the zealous, there chiding the sluggish. Only after hours had passed did his soldiers let up. Tired of the slaughter, they took the last remaining 3,000 Romans prisoner. In a small area, 48,000 corpses lay in heaps. Aemilius Paulus and Servilius had both fallen, Varro had escaped with a few cavalrymen, some heavy infantry and the bulk of the light infantry. Thousands fell into the hands of the victors in the village of Cannæ and in both camps. The Carthaginians had themselves lost around 6,000 men, mostly Iberians and Gauls.

A complete battle of annihilation [*Vernichtungsschlacht*] had been fought, made all the more marvellous by the fact that, in spite of all theory, it was inflicted by a numerically inferior force. 'Concentric action against the enemy does not suit the weaker', wrote Clausewitz. 'The inferior must not turn both flanks simultaneously', taught Napoleon. However, the weaker Hannibal had acted concentrically, if in an unseemly [*unziemlich*] manner, and had turned not only the wings, but even the rear of his enemy.

Armaments and the art of battle have changed completely since 2,000 years ago. One no longer attacks with a short sword, rather one shoots at thousands of metres; the bow has been replaced by the recoil gun, the sling by the machinegun. Capitulations [*Kapitulationen*] have taken the place of slaughters [*Metzeleien*]. However, the fundamental conditions of battle have remained unchanged. A battle of annihilation can be carried out today according to the same plan devised by Hannibal in long forgotten times. The enemy front is not the goal of the principal attack. The mass of the troops and the reserves should not be concentrated against the enemy front; the essential is that the flanks be crushed. The wings should not be fought at the advanced points of the

CANNAE STUDIES

front, but rather along the entire depth and extension of the enemy formation. The annihilation is completed through an attack against the enemy's rear. Here, the cavalry plays the principal role. They do not need to attack 'intact infantry'; they can first wreak havoc amongst the enemy masses through the use of long-range fire.

A condition of success is certainly that the enemy shorten his front by deploying in a deep formation with masses of reserves, thus deepening his flanks and increasing the number of combatants forced to remain inactive. It was Hannibal's luck to find himself opposed by Terentius Varro, who eliminated his superiority by deploying his infantry 36 men deep. Commanders of Hannibal's school have been found in all epochs, but not during the period when they would have been most desired by Prussia.

CONCLUSION, 1913

Finally with the battle of Sedan, a Cannae had been fought, a complete encirclement of the enemy had been achieved. None of the great *Feldherren* of the previous centuries had known the course of that battle on the Aufidus, but that which was achieved at Cannae floated before their eyes as a hazy but desirable goal. When he found he had enough strength for the task at the beginning of the Seven Years War, King Friedrich surrounded the Saxons at Pirna and the Austrians at Prague.<sup>6</sup> However, in doing this, he for the most part exhausted his own strength. With what was left to him, he did not feel strong enough to attack from all sides the Austrian army that was advancing to relieve the fortress. Instead, he limited himself to occupying the Austrian front at the battle of Kolin, while delivering the annihilating stroke against the Austrian right flank.<sup>7</sup> The advancing Prussian left wing, however, hit the extended Austrian front. The weak Prussian army was not up to a frontal attack against such a strong position and was itself encircled and suffered a total defeat. By way of repentance, at the battle of Leuthen, Friedrich left the enemy front completely alone. Instead, he took his 35,000 troops around Prince Karl of Lorraine's 65,000 men and turned against Karl's left flank. The Austrians wheeled precipitously to the threatened side and formed a compact, deep mass. They could now be attacked on the new front and also outflanked on the left and right. They were beaten and forced by this unwanted change of front into a costly withdrawal. At Zorndorf, the envelopment was so deep that the Prussian army stood, in the end, in the rear of the Russians, who were forced to make a rapid about face." By means of an enveloping attack, first against the right wing and then against the left, the Russians were

ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

finally pushed against the Oder River. They were as good as encircled. One more assault and they would have been annihilated. However, such an assault would have barely left the Prussians as victors given the Russian army's great ability to resist. The Prussian army would have been worn out and made incapable of continuing the war. A door was opened for the Russians through which they could escape. They were not annihilated, but were defeated for this campaign. When they returned in the following year, Friedrich wanted to attack them from all sides at Kunersdorf and, despite their superiority in numbers, annihilate them finally.<sup>9</sup> The Prussian attack collapsed against an overwhelmingly strong Russian position and turned into a destructive defeat. However, much came from this failed Cannæ: the Russians advanced to lay waste to the Prussian state, to burn and to fire. However, they would under no circumstances do battle with Friedrich and turned tail at the simple report 'The King is coming'.

At Torgau, Friedrich had to give up the attack against four sides and instead attempt an attack against the front and rear of his enemy.<sup>10</sup> Here and there, the assault was repulsed. However, the fire from the front and rear proved to be unendurable. The Austrians removed themselves during the night by way of their open flank. Only after peace with Russia had been concluded, which resulted in a Russo-Prussian alliance, did Friedrich return to his normal attack against his enemy's front, flanks and rear at the battle of Burkersdorf.<sup>11</sup> The Austrians, however, could see a means of escape from their encirclement, since the Russians, who were meant to attack the Austrian front or at least to pin it down, can be said to have limited themselves to a mere demonstration.

Napoleon also began his battles of annihilation with envelopments, which were not, however, carried out like Friedrich's with inferior numbers in the vicinity of the battlefield. Instead, Napoleon manoeuvred for days and weeks in a wide arc to bring his superior numbers to the enemy's rear. He then conducted a double envelopment or, better still, he allowed the weaker enemy to attack him in order to deliver the annihilating counterattack after the exhaustion of his foe. From the beginning, like Friedrich at Zorndorf and Torgau, he made Hasdrubal's decisive attack on the enemy's rear. He attacked his enemy on both flanks and in his rear and left open to the Austrians and the Prussians only the front facing France. They had to go in this direction, followed by his superior forces. At Marengo and at Ulm, this led to the immediate annihilation of the enemy.<sup>12</sup> At Jena, this occurred only after a lengthy pursuit. The battle, which was begun with the attack on Vierzehnheiligen, only reached its tragic end at Prenzlau and Ratkau.<sup>13</sup> Likewise, only Beresina left the stamp of a horrible Cannæ upon Napoleon's march on Moscow and the break

CANNAE STUDIES

through at Hanau formed the final act of the giant battle [*Riesenkampf*] of 1813.<sup>14</sup>

In the Preußisch-Eylau campaign, the envelopments were directed not against the rear of the enemy, but against the flanks of the enemy, who saw a limited wheeling movement as a way out of the pernicious attack. Napoleon then stood opposite his weaker enemy. A full-scale frontal attack, a weak attack against a flank and strong reserves held back were the solution to the simple situation. They were, ironically, brought about by the enemy, whose weak flank attacks led to himself being outflanked. Friedrich the Great was unsuccessful in some of his battles of annihilation because his forces [*Streitkräfte*] were too limited. None the less, he attempted it the most often. Napoleon failed at Preußisch Eylau because he lavished too much on an unfruitful frontal attack, held back too much strength in his reserves for contingencies, and ventured to employ too little on what should have been the decisive flank attack.

There is a risk connected with every envelopment and outflanking manoeuvre [*Umgehung*]. The enemies of Friedrich and Napoleon had to learn this, as they also wanted to conduct a battle of annihilation, outflank the enemy with superior forces, and fall upon his flank or rear. The plan failed at Roßbach, Liegnitz and Austerlitz, because the enemy being outflanked struck the head of the outflanking columns with superior strength.<sup>15</sup>

Napoleon fought an almost annihilating battle one more time. At Friedland, the enemy placed himself in a position exceedingly favourable for annihilation.<sup>16</sup> He stood with his back to the Alle, his front facing a doubly superior foe, and, on top of this, burnt the bridge that alone could allow him to escape. None the less, the annihilation did not succeed completely, as Napoleon limited himself to an attack against the front and one flank of the enemy and left one flank open, because he wanted to maintain a reserve that was as strong as possible. Indeed, this strong reserve did not win him the battle, but instead lessened his victory.

According to the principle of Cannæ, a broad battle line advances against a narrower, but usually deeper, battle line. The overlapping wings envelop the enemy flanks and the advancing cavalry attacks the enemy rear. If the wings are for some reason separated from the centre, it is not necessary to bring them together again in order to advance together in the envelopment. They can be sent immediately against the flanks or the rear. This is what Moltke called ‘concentration on the battlefield’, and he declared it to be the best manoeuvre that a *Feldherr* could accomplish. It is also the most effective and, naturally, the riskiest. Most *Feldherren* and almost all able subordinates understand the

CANNAE STUDIES

However, as Napoleon had outflanked the front of the Prussian force assembled north of the Thüringer Wald by means of rapid marches, so Moltke used rail transports to outflank the front on the upper Rhine and appear on the middle Rhine between Karlsruhe and Coblenz. Napoleon's manoeuvre forced the Prussians onto the Saale. Moltke's forced the French against the Saar and the Lauter.<sup>20</sup> Both outflanked armies wanted to wheel about and hit back against one of the outflanking columns, as at Roßbach. This clever intention, undertaken by necessity, brought about a tragic end at Saalfeld in 1806 and would have led to the same end in 1870 – the French army advancing in the general direction of Mainz–Mannheim would have been fallen upon from all sides and would have barely made it back across the Saar.<sup>21</sup> Yet, a foreboding of what might come reached Napoleon III, and, thus, the German armies were able to advance to the Saar and the Lauter.

It would have corresponded to Napoleon's strategy in 1806, if the Germans in 1870 had crossed the Moselle with their advancing right wing and forced the French, whether they accepted battle or not, back in a southern direction against the Rhine and the Swiss border. However, the inadequate rail network of 40 years ago appears to have made such a manoeuvre impossible. The left wing had to be made strong at the expense of the right and it instead was to bring the decision. The 3rd Army had to advance to throw back the enemy forces that had assembled in Alsace and then to wheel left and attack the main French army in the flank and the rear, while, in the meantime, the German 1st and 2nd Armies were to advance against its front. The plan failed because the 1st and 2nd Armies attacked too early and the 3rd too late. The French army in Alsace was completely beaten, but the one in Lorraine could retire to Metz little harmed. The great superiority of the Germans would have made it simple for them to pursue the French and to envelop the French flanks with both far-outreaching wings after strong detached cavalry had brought the French retreat to a halt. The equipment and armament of the cavalry divisions at that time appeared not to permit such a course of action. Despite this, the German 5th Cavalry Division hindered the retreat of part of the French army at Vionville on 15 and 16 August. Indeed, it even forced the French to retreat. The cavalry would certainly have been able to fulfil the task set by General von Alvensleben for the III Army Corps early on the 16th – stop the enemy army, if necessary allow it to withdraw gradually to Verdun, but win enough time to allow German corps to take it in the flanks, or at least in one flank, and complete the Cannæ. However, such unusual performance was not to be expected from the cavalry. Moltke, therefore, decided to outflank the enemy retiring on Metz to the south with all three of his armies, accompanying the French, if

ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

necessary, in a parallel pursuit until a suitable moment arrived to wheel to the left and force the French against the border with Luxemburg and Belgium. In this manner, the encirclement was to be completed. This plan was supported by the delay caused by the fortress of Metz and the battle of Colombey, which brought the French retreat to a halt, but was impaired by the slowness and the irresolute movements of both German armies, by the limited number of bridges across the Moselle, by the poor road net on the left side of the river and, not least, by Bazaine's careful delay in giving up connection with the cover of the fortress. The Marshal was convinced, not without reason, that the moment he relinquished the protection of Metz and moved into the open, he would be fallen upon from all sides and annihilated. Still, Moltke's intention would have been fulfilled had General Barnekow been allowed to advance through the Bois des Ognons and had the 25th Divisions been allowed through the Bois de Vaux to the Rezonville–Point du Jour road. Bazaine would hardly have ventured to use a route for his retreat that was, if not occupied by the enemy, then under his fire. He would have withdrawn in an northerly direction – just as Moltke wanted him to do. However, since Barnekow was used in an unfruitful frontal attack, as per the old custom, and since the 25th Division could only arrive too late at its appointed station, the main route of retreat remained open to the French. The Germans had to relinquish for the moment the annihilation of the French and, instead, be satisfied, albeit with hopes for the future, with their encirclement in Metz.

MacMahon was also to be pushed against the Belgian border and annihilated by means of an attack against his front and right flank. However, since neither the position at Châlons nor that at Reims offered enough advantages for the defence, MacMahon wanted to retire to Paris before he could be seriously threatened. The situation, which had been poor for the Germans, was changed completely by MacMahon's enforced march on Metz from Reims by way of Stenay. This gave the Germans the opportunity to attack from the south and outflank an army of comparatively limited strength marching from west to east and to push it against the nearby Belgian border. Since two corps remained in the reserve of the siege army, all the paths leading to the east and the south were very quickly blocked. Initially, only the path to the west was left open for retreat. MacMahon wanted to use this path when he came to find out about the German advance. However, he was immediately driven back by Paris to his public ruin. When the 10½ German corps advanced along all the available roads in line with their right flank above Longuyon along the Belgian border and with their left flank above Rethel, there was no doubt that the four French corps would be forced against the Belgian border, whether they marched

CANNAE STUDIES

forward or back, to the left or to the right. Whether they attacked or whether they offered resistance on this or that road, they came to blows with the German corps that were using the same roads to come in the opposite direction. The remainder marched in their original direction, at first, to determine whether or not they also had an enemy before them and, then, because only a march forward would enable them to win the enemy's flank and to support effectively their neighbouring fighting corps.

The Maas Army did not think to solve the task set for it for 30 August in such a simple way. They faced three enemies – one on the Sommauthe-la Beface road, one at Beaumont, one on the Mouzon–Stenay road, and possibly another at Carignan. If the two Bavarian corps had been allowed to continue along the Sommauthe-la Beface road and if the Maas Army had sent the IV Corps to Beaumont while the Guard and the XII Corps took the right bank of the Maas, they would have driven three or four enemies before them and, more importantly, would have blocked all exits to the east and to the south. However, the commander of the Maas Army did not want to divide his forces. Instead, he wanted to assemble his five corps, with three corps in the first rank and two in the second, before Beaumont. As a result of this, at least two enemy units were free, indeed were forced by the actions and failures of the Germans, to attack the German flank or at least to give an indication of what could have happened if in their place had stood a strong, united and determined enemy.

Since the attack against the French at Beaumont could not be carried out with the weight of 20 brigades, as it had been intended, but only with one or two brigades because of the limited space, the battle between the one Prussian brigade and the five French was called into question. It could perhaps have come to a very lamentable end, if a division commander had not, in his desire to get at the enemy, extended his front and thereby caused the outflanked enemy to give way. This also caused the planned French withdrawal to be somewhat hastened. However, this hastening was purchased at the cost of comparatively high casualties. In the end, the enemy, who should have been encircled without any difficulty, was freed from any pressure and could have removed himself off in two directions calmly and without any danger. Fortunately, he gave up the advantages he had and proved himself to be a generous enemy by halting again after a short march.

The superiority of the Germans was so great that they could complete the encirclement and could even accumulate masses in the closest area at their will and let nature take its course. Such extravagance would have been impossible if the enemy had extended himself somewhat, had he, say, occupied the Mar. line between Sedan and Mézières. Then, the

ALFRED VON SCHLIEFFEN'S MILITARY WRITINGS

Germans would have had to extend their left wing beyond Mézières. The strength at hand would still have been enough to set a corps advancing along every route, which would have allowed for the average size to be reached that Moltke believed necessary, according to the experience of 1870, for a proper deployment. Whether or not he would have stuck to this norm now that the length of a corps march column has grown from 15 to 29 kilometres must remain a matter of speculation.

A complete battle of Cannae is seldom found in the history of war. For its achievement, there must be a Hannibal on one side and a Terentius Varro on the other, both working together in their own way for the attainment of the great goal. A Hannibal must possess, if not superiority in numbers, then at least the knowledge of how to achieve this. It is desirable for such a purpose that the *Feldherr* combine in himself something of a Scharnhorst, a Friedrich Wilhelm or a Wilhelm I, who welded together a powerful army; something of a Moltke, who concentrated it solely against the main enemy; something of a Friedrich the Great, who brought all his guns and rifles into action; something of a Friedrich the Great or a Napoleon, who directed the main attack against the flanks or the rear; something of a Friedrich the Great or a Moltke, who replaced the absent Hasdrubal by a natural obstacle or the border of a neutral state. Finally, subordinates are needed, who are disciplined, well trained in their craft, and who possess an understanding of the intentions of the *Feldherr*.

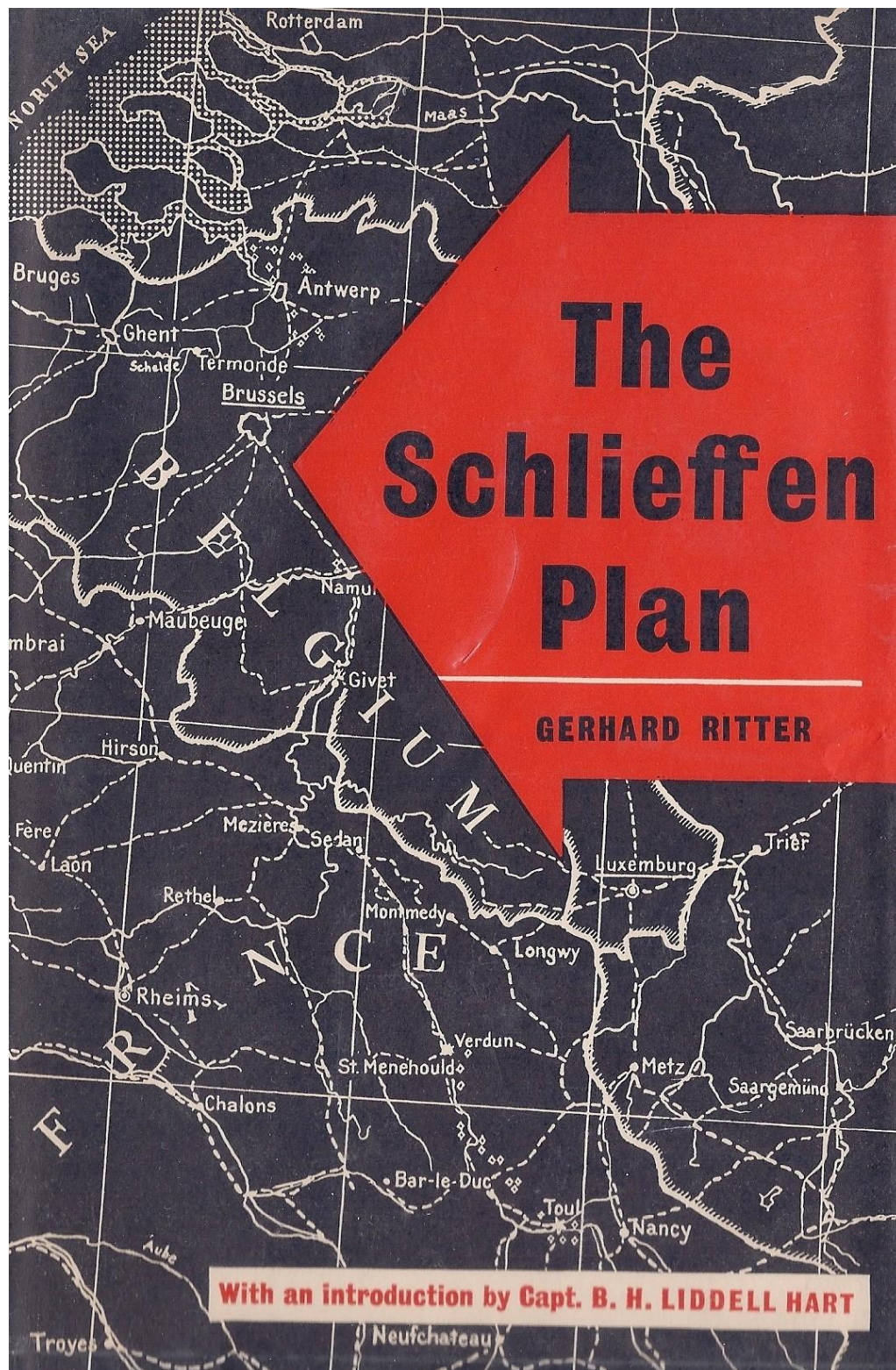
A Terentius Verro has a great army, but he does not do his utmost to increase its numbers or to train it appropriately. He does not concentrate his strength against the main enemy. He does not wish to win through fire superiority from all sides, but rather by the weight of mass, arrayed in narrow and deep formations, seeing the enemy front, the side most capable of resistance, as most suitable for attack.

None of these desirable characteristics will be found together in a single person on either one side or the other. Some of Hannibal's characteristics and some of the means at his disposal have been possessed by other *Feldherren*. On the other hand, Terentius Verro has existed throughout history. Thus it happens that, with the exception of Sedan, no real Cannae has been fought, but only a whole series of nearly annihilating battles, and these are to be found right at the turning points of history.



## APÊNDICE E – Manuscrito de 1905

[retirado da obra de Gerhard RITTER, The Schlieffen Plan, 1956]





# I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

## A. EDITOR'S INTRODUCTION

### 1. The Drafts

**O**F the great memorandum of December 1905 Schlieffen's papers contain the preliminary drafts, fragments, fair copies and transcripts enumerated below. Their relationship with each other is not easily recognisable, because in his constant re-writing Schlieffen often presents the ideas in the drafts in a different order, using old and new drafts simultaneously as his working copy without always keeping to the exact wording, etc. However, by carefully comparing the relevant corrections and insertions with the text of the subsequent fair copies (which in turn served as drafts themselves) it has been possible to construct a chronological order. The provisional order made by an archivist (in Washington?) by means of consecutive numbers (in pencil at the top of each page) is arbitrary and has furthermore disrupted the sequence of pages. Here I have enumerated the items chronologically.

I. Draft in the handwriting of Major von Hahnke, nineteen half-page columns (pages 119–38) interleaved with empty pages for corrections, two of them used for postscripts (in Hahnke's hand). Many corrections and insertions in Schlieffen's handwriting in the empty left-hand columns. Begins: Chief of the Army General Staff. Berlin, December 31st, 1905. In a war against Germany, France will probably at first restrict herself to defence. Ends: . . . therefore a German attack on France does not permit one to respect the neutrality of Luxembourg and Belgium.

Since the text displays several gaps (re-starting out of context, sometimes in the middle of a sentence), parts of this draft must have been lost or have been used for other purposes. It is probably the earliest dictated draft. I therefore reproduce it in full as Appendix, 1.

II, IIa, IIb. Two fair copies in Hahnke's hand. One of them (IIa) comprising eighteen half-page columns (pp. 139–56) is not corrected; the other (II), of nineteen columns (pp. 192–210), has many corrections and insertions



132 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

*in Schlieffen's hand. A third copy (IIb), of twenty columns, not page-numbered, is in a copyist's hand, identical to IIa, and shows only corrections by the copyist. Begins: Berlin, December 1905. In a war against Germany, France will probably . . . Ends: . . . the remaining classes of reservists are to be used (cf. Appendix, 1, p. 152 below). Attached to II there is a fragment comprising four half-page columns. Begins: . . . not against the great fortresses, whose conquest requires a great siege apparatus . . . Ends: (crossed out) . . . would also have been desirable. In order to render the new deployment difficult . . .*

III. *Draft in Schlieffen's own handwriting, undated, twenty-eight half-page columns (pp. 79–106), extensive crossings-out and corrections. Begins: War against [France] France allied to England. The French have turned their country into a fortress. From Dunkirk and Calais . . . Ends: . . . are deploying quicker than we, and anticipate the attack.*

IV. *Draft in Schlieffen's own hand, thirty half-page columns (pp. 49–78), undated, with many insertions and corrections. Begins: Offensive plan against France. The French have turned their country into a fortress. On the long frontier from Dunkirk and Calais . . . Ends: . . . The force will only fulfil its task, if it is trained to move and fight in woods and mountainous country.*

*I reproduce the first four paragraphs of this draft as Appendix, 2. They are a rephrasing of the opening sentences; in the final version these were left out, but are echoed in the rather strange new insertion on page 144.*

V. *Draft in Schlieffen's own hand, thirty-five half-page columns (pp. 157–91), several insertions and corrections. Begins: War against France allied to England. Berlin, December 1905. In a war against Germany France will, especially as long as . . . Ends: . . . for here the decisive battle is to be expected.*

VI. *Copyist's hand, thirty-seven half-page columns (pp. 215–52), many corrections and additions in Schlieffen's hand. Begins: War against France allied to England. Berlin, December 1905. The opening: In the event of a war against Germany . . . is subsequently combined with the second opening (see above, IV = Appendix, 2). Corrected in Schlieffen's hand, it begins: The French have turned their country into a fortress. . . . Anyone who has built such a fortress will not give it up at once; he will hold it. Therefore it must be assumed that France, in a war against Germany . . . etc. Ends: . . . for here the decisive battle is to be expected.*



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 133

VII. *Fragment in Schlieffen's own hand, twelve half-page columns (pp. 103–14). Begins: . . . six army corps, followed by half a Reserve corps, will be sent against the sector of the Meuse between Namur and Mézières. Ends: . . . with the help of this superiority and the skill of the subordinate commanders, victory will be ours.*

*This fragment cannot be placed with certainty in proper order among the other items. I think it is older than V and VI, but it certainly does not belong to item III (page-numbering misleading!).*

*Items VIII and IX have no material interest as they contain nothing new.*

VIII. *Hahnke's handwriting, eight half-page columns (pp. 253–60) without heading, a number of corrections in Hahnke's hand. Begins: In a war against Germany, France will probably . . . Ends: . . . not too far away to engage him in battle under unfavourable circumstances.*

IX. *Draft starting in Schlieffen's own hand, after column 2 in the copyist's hand, ten columns (pp. 261–70); corrections partly by Schlieffen, partly by the copyist. Begins: Berlin, December 1905. In a war against Germany, France will probably at first restrict herself to defence. Ends: . . . the remaining classes of reservists are to be used.*

*According to Professor Wolfgang Foerster, who informed me by letter (basing his information on a verbal statement made by von Hahnke), these preliminary drafts were probably made in December 1905 and January 1906. Schlieffen finished the memorandum at the end of January 1906, and in February a copy was handed by von Hahnke to General von Moltke. The date "December 31st, 1905" has no significance apart from the fact that on that day Graf Schlieffen's term of office ended. The facsimile in W. Groener's book: *Das Testament des Grafen Schlieffen* (1927) p. 8 et sqq., has been made up from three different items: the heading from V, the text from the closing passages of IV, and the signature from fair copy "B" which we shall discuss below.*

## 2. The Final Version

*Of the final version of the great memorandum Schlieffen's papers contain two identical typewritten copies and one fair copy in a copyist's hand, signed by Schlieffen, of twenty-four folio pages (not columns!). The latter (which I will call "B") lies in a special cardboard folder with the following inscription by von Hahnke: "France 1905. Schlieffen's original draft. Compared with the original, W.H." Obviously von Hahnke regarded this as the final and definitive "draft," while calling another fair copy, which was*



134 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

handed to Moltke (and which seems no longer to exist), the "original." Manuscript B shows: (1) many small corrections or insertions, which von Hahnke seems to have made on the basis of the "original"; (2) a change of handwriting in the main text, which shows clearly that after page 14 three pages, and after page 22 four pages, have been inserted with a changed text—a final change which is important in that it represents a new beginning in the middle of the text (see below, page 144), taking up, in a different form, the basic idea expressed in the opening.

Of the two identical typewritten copies, the first (called "A" in the text below) has a cover with the heading "Colonel-General Graf Schlieffen. Memorandum December 1905." Handwritten note: W. v. Hahnke, with rubber-stamped address: Potsdam, Gr. Weinmeisterstr. 2.

The second is a carbon copy, but typed on a different machine from the preceding copy. The first contains in its left margin, in typescript, all the remarks which Moltke felt it necessary to make on the memorandum.

The second shows only the first of Moltke's remarks in this form; all the others are in von Hahnke's hand. Both of them thus show that von Hahnke afterwards copied out the memorandum handed to Moltke, with all the latter's marginal notes. Since they are therefore immediate copies of the "original," i.e. the very last version, I based the text below on "A." Text "B" has been consulted all the way through for comparison. Passages which have been added as corrections to the original version of text "B" I have set in square brackets [ ]; passages which are struck out of "B" have been added as footnotes, except where they are merely stylistic changes without material significance.

The two typewritten copies mentioned both carry the memorandum of 1905 on twenty pages, then on pages 21–5 Schlieffen's additional memorandum of February 1906 (printed below as II) and on pages 26–9 Moltke's general comments on Schlieffen's memorandum (printed below as III).

B. TEXT OF THE MEMORANDUM

War against France

Berlin, December 1905<sup>1</sup>

In a war against Germany, France will probably at first restrict herself to defence, particularly as long as she cannot count on effective Russian

<sup>1</sup> The following is to be found in "B" before the text, in "A" in the margin: Germany: 971 battalions, 504 squadrons, 801 batteries without Landwehr, Landsturm and fortress garrisons (crossed out: new formations); France: 995 battalions, 444 squadrons, 705 batteries without territorial troops and fortress garrisons (crossed out: Landwehr and fortress garrisons). Note in Hahnke's writing: "in the fair copy below the text under †."



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 135

support.\* With this in view she has long prepared a position which is for the greater part permanent, of which the great fortresses of Belfort, Epinal, Toul and Verdun are the main strongpoints. This position can be adequately occupied by the large French army and presents great difficulties to the attacker.

The attack will not be directed on the great fortresses, whose conquest requires a great siege apparatus, much time and large forces, especially as encirclement is impossible and the siege can only be conducted from one side. The attacker will prefer to advance on the intervening gaps. Two of them (Belfort-Epinal and Toul-Verdun) are filled with barrier forts, but these are of no considerable importance. It matters more that the gaps are already strong natural positions in which sector lies behind sector, and which, by the great fortresses on their wings, impede their envelopment by the enemy, while threatening him with the same fate himself. The greatest promise of success is offered by an attack on the right wing of the Moselle forts (Fort Ballon de Servance). But we are not sufficiently prepared to overcome the difficult terrain here. Even when that has been attended to, one will hardly wish to open a campaign with a siege of "Ballon de Servance." In a later period of the war, however, the reduction of this fort may be of importance.

Another promise of success is offered by an attack on Nancy, which is protected by field-works and is open to easy envelopment and bombardment. But after the town and the heights beyond are taken (Forêt de Haye) we are faced with the fortifications of Toul. Almost the only advantage of an attack on Nancy is that in order to save the capital of Lorraine the French might perhaps be induced to come out of their fortresses and accept open battle.\*\* But they would then have their defence lines so close in their rear that a defeat would not bring them great damage, nor the victor great success. It would be a repulsed

\* *Marginal note by General von Moltke:*

France's offensive or defensive attitude will essentially depend on the *casus belli*. If Germany causes the war, France will probably be on the defensive. If, however, the war is desired and caused by France, she is most likely to conduct it offensively. If France wants to re-conquer the lost provinces, she has to invade them, i.e. take the offensive. I do not consider it altogether certain that France will remain on the defensive under all circumstances. However, the frontier fortresses built soon after the war of '70-'71 stress the defensive idea. But this does not accord with the offensive spirit ever inherent in the nation, nor with the doctrines and views now prevalent in the French Army.

\*\* *Marginal note by General von Moltke:*

I think it certain the French would not abandon Nancy to a bombardment without a battle. The army command would never dare to, in view of public opinion.



136 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

sortie from a fortress, involving besieger and defender in about the same number of casualties and leaving the situation of both unchanged.

Therefore a frontal attack on the position Belfort–Verdun offers little promise of success. An envelopment from the south would have to be preceded by a victorious campaign against Switzerland and by the capture of the Jura forts—time-consuming enterprises during which the French would not remain idle.\*

Against a northern envelopment the French intend to occupy the Meuse between Verdun and Mézières, but the real resistance, it is said, is not to be offered here but behind the Aisne, roughly between St. Ménehould and Rethel. An intermediate position beyond the Aire seems also to be under consideration. If the German envelopment reaches even further, it will run into a strong mountain position whose strongpoints are the fortresses of Rheims, Laon and La Fère.

The Germans<sup>2</sup> are therefore confronted with the following:

- (1) The position Belfort, Epinal, Toul, Verdun with a continuation along the Meuse at Mézières. Screening troops are pushed out to the Vosges, the Meurthe, Nancy and the Côtes Lorraines between Toul and Verdun.
- (2) The intermediate position on the Aire.
- (3) The position on the Aisne.
- (4) The position Rheims–La Fère.

One cannot have great confidence in an attack on all these strong positions. More promising than the frontal attack with an envelopment by the left wing seems to be an attack from the north-west, directed on the flanks at Mézières, Rethel, La Fère, and across the Oise on the rear of the position.

To make this possible, the Franco-Belgian frontier left of the Meuse must be taken, together with the fortified towns of Mézières, Hirson and Maubeuge, three small barrier forts, Lille and Dunkirk; and to reach thus far the neutrality of Luxembourg, Belgium and the Netherlands must be violated.

The violation of Luxembourg neutrality will have no important consequences other than protests. The Netherlands regard England,

\* *Marginal note by General von Moltke:*

They would only be feasible, of course, if there were a simultaneous attack in front.

<sup>2</sup> *In the margin: Map 1: German deployment and French positions.*



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 137

allied to France, no less as an enemy than does Germany. It will be possible to come to an agreement with them.\*

[Belgium will probably offer resistance.] In face of the German advance north of the Meuse, her army, according to plan, will retreat to Antwerp and must be contained there;<sup>3</sup> this might be effected in the north by means of a blockade of the Scheldt which would cut communications with England and the sea.\*\* For Liège and Namur,<sup>4</sup> which are intended to have only a weak garrison, observation will suffice. It will be possible to take the citadel of Huy, or to neutralise it.

Making a covered advance against Antwerp, Liège and Namur, the Germans will find a fortified frontier, but not a frontier as thoroughly and extensively fortified as that opposite Germany.\*\*\* If the French wish to defend it, they will be obliged to move corps and armies from the original front and replace them by reserves from the rear, for instance by the corps on the Alpine frontier. But it is to be hoped that they will not be fully successful in this. Therefore they may perhaps give up the attempt to man such an over-extended line and instead take the offensive against the threatening invasion with all the troops they can scrape together. Whether they attack or defend, it is not unlikely that battle will be joined near the frontier Mézières–Dunkirk; and the Germans' task is to muster the greatest possible strength for this battle. Even if it should not take place and the French remain behind the Aisne, a strong German right wing will still be of the greatest value for the operations to come.

If one wishes to make an attack from the rear on the left flanks of the French positions at Mézières, Rethel, La Fère and beyond, it seems expedient to advance exclusively on the left of the Meuse through Belgium, to wheel left beyond Namur and then to deploy for the attack. But one would lack roads for a march on such a narrow front,

\* *Marginal note by General von Moltke:*

If our diplomacy manages this, it will be a great advantage. We need the Dutch railways. The value of Holland as an ally would be incalculable.

<sup>3</sup> *In the margin:* three divisions.

\*\* *Marginal note by General von Moltke:*

The investment of Antwerp will have to be followed by a formal siege as quickly as possible.

<sup>4</sup> *In the margin:* three army corps.

\*\*\* *Marginal note by General von Moltke:*

Liège and Namur are of no importance in themselves. They may be weakly garrisoned, but they are strong places. They block the Meuse railway, whose use during the war cannot therefore be counted upon. It is of the greatest importance to take at least Liège at an early stage, in order to have the railway in one's hands.



138 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

and even more so railways with which to bring up one's forces. The railway system obliges the German army to deploy mainly on the line Metz–Wesel. Here twenty-three army corps, twelve and a half Reserve corps and eight cavalry divisions are to be assembled, in order shortly afterwards to wheel left against the line Verdun–Dunkirk. During this, the Reserve corps of the northern wing will cover the right flank, particularly against Antwerp, and the Reserve corps of the southern wing the left flank, against an enemy advance left of the Moselle from the line Toul–Verdun. [Accordingly the attack will not be directed exclusively on the flanks, but also on the left part of the front.]

Three and a half army corps, one and a half Reserve corps and three cavalry divisions remain left of the Moselle. To begin with they will attack Nancy, in order to attract as many enemy as possible on themselves and away from the reinforcement of the northern front; later they will co-operate in covering the left flank, or in reinforcing the right.

The strongpoint for covering the left flank will be Metz. Not the Metz of today, nor the enlarged Metz envisaged in the latest projects, but a Metz fortified largely by field-works. Its size will be determined in general by the courses of the Moselle, Saar and Nied; it will be given a strong garrison and<sup>5</sup> Landwehr troops, as well as numerous pieces of heavy artillery, and will be enabled to draw upon itself a considerable part of the enemy's forces.

If possible, the German Army will win its battle by an envelopment with the right wing.<sup>6</sup> This will therefore be made as strong as possible. For this purpose eight army corps and five cavalry divisions will cross the Meuse by five<sup>7</sup> routes below Liège and advance in the direction of Brussels–Namur; a ninth army corps (XVIIIth) will join them after crossing the Meuse above Liège. The last must also neutralise the citadel of Huy, within whose range it is obliged to cross the Meuse.

The nine army corps will be followed by seven Reserve corps, whose main part is intended for the investment of Antwerp while the remainder initially give further cover to the right flank.

Apart from this, there is a further possible reinforcement in the form of two of the army corps remaining on the left bank of the Moselle. They can be brought up by railway (German and Belgian) as soon as the lines are cleared and put into service. These could bring the decision.

Six army corps and one cavalry division, followed by one Reserve division, will be marched against the Meuse sector Mézières–Namur.

<sup>5</sup> B: of

<sup>6</sup> *In the margin:* Map 2. Advance to the French frontier.

<sup>7</sup> B: four



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 139

When they have crossed the river, between fifteen and seventeen army corps will have linked up left of the Meuse.

Eight army corps and two cavalry divisions will advance on the Meuse front Mézières–Verdun. Five Reserve corps [leaning on Metz] will undertake the cover [of the left flank].<sup>8</sup>

Ten Landwehr brigades will follow them north of the Meuse, six south; six will be in<sup>9</sup> the war garrison of<sup>10</sup> Metz, three and a half will be on the Upper Rhine and one in Lower Alsace.

It can be assumed that the German deployment takes place undisturbed. At the most it might become necessary to de-train the Reserve corps of the far left wing farther back instead of, as hitherto planned, on or beyond the Saar above Saarbrücken. It will also be possible to start the advance of the whole army left of the Moselle according to plan. But whether the French army [left of the Meuse, or right of it, or on both banks] will come to meet us or whether it will await our attack—and if so, where—is quite uncertain. But in any case it is important that north of the Meuse the defile between Brussels and Namur is passed *before* a clash with the enemy, so that beyond it the deployment of the nine army corps can develop without interruption. It is therefore essential to accelerate the advance of the German right wing as much as possible. Since there must be a left wheel, the advance of the rest of the army must slow down progressively towards the left.

The German armies advancing right of the Meuse must daily be prepared for a clash with the enemy still on this side of the river. At all times it must be possible to form a front at least strong enough to fight off the enemy, even if he is superior. This will be rendered more difficult by the fortresses of Longwy and Montmédy, which must be taken or at least neutralised; by the wooded mountains which run across the country south of the Semois, and by the extensive woodlands north of this river. The army commanders must be constantly on the alert and distribute the marching routes appropriately. This will be made easier by the fact that the daily marching distances need only be short. The force will only fulfil its task, if it is trained to move and fight in woods and mountainous country.

Having broken through the French fortress belt left of the Meuse, whether after a victorious battle on Belgian territory, or a successful attack on the fortified position, or without meeting serious resistance, the Germans will turn, according to plan, against the left flanks of the

<sup>8</sup> B: between the Meuse and Moselle.

<sup>9</sup> B: in addition to

<sup>10</sup> B: in



140 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

French positions at Mézières, Rethel and La Fère. [The forward Meuse position Mézières-Verdun is likely to be evacuated early. Similarly, in the positions on the Aisne and between Rheims and La Fère the French will not wait passively for the attack on their left flanks.]<sup>11</sup> Either they will seek a new position or they will make a counter-attack. The latter would suit us better. Once the two corps have been brought up from right of the Moselle the Germans will have united their forces as far as the prevailing circumstances allow. They will march as a closed formation. Their left wing is covered as far as possible, their right wing is strong. The French [who will have had first to assemble their corps] are unlikely to have their whole army in such good order. The position into which they will have been forced by the enemy's envelopment through Belgium will have prompted them<sup>12</sup> to make precipitate moves and more or less unjustified detachments. When the Belgian and French fortresses on the northern frontier and the unfavourable terrain of the Ardennes have been overcome, the Germans' situation must be regarded as the more favourable.<sup>13</sup> Their situation becomes less favourable if the French await the enemy attack in a position or behind a river-line.

It would not be impossible for an army beaten in southern Belgium or northern France to halt behind the Somme, which is connected with the Oise by a canal at La Fère, and there offer renewed resistance. This would lead to a march of the German right wing on Amiens [or even on]<sup>14</sup> Abbeville.

But this is not very likely. Because of the German advance on the Meuse-sector Verdun-Mézières and [further west]<sup>15</sup> beyond<sup>16</sup> Hirson, the French will be pinned to their positions behind the Aisne and between Rheims and La Fère.<sup>17</sup> [These positions are not tenable, however, if from the direction Lille-Maubeuge the Germans march directly on the left flank and rear. The French must cover this flank, or else retreat behind the Marne or the Seine. They will only take the latter course with misgivings. They will hardly decide to give up

<sup>11</sup> B: In the event, the French will not wait passively in their positions for an attack on these flanks.

<sup>12</sup> B: will prompt them      <sup>13</sup> B: favourable, if the French come out to meet them.

<sup>14</sup> B: as well as      <sup>15</sup> B: on the left of the river      <sup>16</sup> B: to

<sup>17</sup> B: But at the same time they will have to cover their left flank against the Germans advancing from Lille, Maubeuge. The Aisne position up to La Fère is not tenable, as soon as the enemy . . . In "B," p. 14 ends abruptly at this point, the first insertion follows, written in a different hand: three unnumbered pages in place of two numbered pages left out. The insertion is printed between square brackets in the text, as follows.



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 141

northern France without a stiff fight. Unless, therefore, they save their honour by a counter-offensive, they will probably prefer to form a defensive flank behind the Oise between La Fère and Paris rather than surrender a great, rich territory, their fine fortresses, and the northern front of Paris. It can hardly be said that it is impossible to take up a position behind the Oise. Since the main position Belfort-Verdun need only remain weakly occupied, the available forces will be enough to defend the Aisne and the Oise. The position behind the Oise may not be very strong in front, but on the left it rests on the colossal fortress of Paris. Even if it is mastered in front, even if the defender retreats behind the Marne or Seine, the victor must still submit to the necessity of investing Paris, first on the northern front and then on other fronts, and is obliged with considerably weakened forces to continue the attack against a more numerous enemy. To dislodge the latter from his new position, he will by-pass the left flank resting on Paris and will thus again have to use strong forces for the investment of the western and southern front of the gigantic fortress.

One thing is clear. Unless the French do us the favour of attacking, we shall be obliged to advance against the Aisne, the Rheims-La Fère position and the Oise, and we shall be forced, no matter whether our enemies hold the Aisne-Oise position or retreat behind the Marne or the Seine, etc., to follow them with part of our army, and with another part to envelop Paris on the south and invest the fortress. We shall therefore be well advised to prepare in good time for a crossing of the Seine below its junction with the Oise and for the investment of Paris, initially on the western and southern front. Make these preparations how we may, we shall reach the conclusion that we are too weak<sup>18</sup> to continue operations in this direction.] We shall find the experience of all earlier conquerors confirmed, that a war of aggression calls for much strength and also consumes much, that this strength dwindles constantly as the defender's increases, and all this particularly so in a country which bristles with fortresses.

The Active corps must be kept intact for the battle and not used for duties in the lines of communication area, siege-work, or the investing of fortresses.

When the Germans reach the Oise, their lines of communication area<sup>19</sup> will extend on the right to the coast and to the Seine below

<sup>18</sup> B: the German army is too weak. *After the bracket the first copyist's hand recommences on a fresh page (number 18).* <sup>19</sup> *In the margin: Map 4 (lines of communication area).*

10—TSP



142 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

Paris. In front it will be bounded by the Oise and the Aisne as far as the Meuse below Verdun. The course of its boundary from there to the Rhine depends on what progress the French may have made on the right of the Moselle. The lines of communication area will comprise Luxembourg, Belgium, part of the Netherlands and Northern France. In this wide area numerous fortresses must be besieged, invested or kept under observation. Left of the Moselle, the available seven and a half Reserve corps and sixteen Landwehr brigades will be used for this purpose, except for [at the most] two and a half Reserve corps and two Landwehr brigades which are urgently needed [to reinforce the front and]<sup>20</sup> cover the flank and the rear of the main army. (Under no circumstances is it possible to leave an army at Dunkirk, Calais, Boulogne, etc., as cover against an English landing. Should the English land and advance, the Germans will halt, defend themselves if necessary, detach an adequate number of corps, defeat the English and continue the operation against the French.)<sup>21</sup>

It is calculated:

For the investment of Antwerp five Reserve corps (perhaps not enough)

For the observation of

Liège	2 Landwehr brigades.
Namur	2 Landwehr brigades.
Maubeuge	2 Landwehr brigades.
Lille	3 Landwehr brigades.
Dunkirk	3 Landwehr brigades.
Mézières	} 1 Landwehr brigade.
Givet	
Hirson	
Longwy	} 1 Landwehr brigade.
Montmédy	

But the railways necessary to supply the army must also be guarded; the great cities and the populous industrial provinces of Belgium and north-western France must be occupied. The whole area must offer the army a secure base. For this the Landsturm must be used. Should there be legal obstacles, the law must be changed immediately on the commencement of mobilisation.

Still greater forces must be raised. We have as many Reserve battalions

<sup>20</sup> B: to

<sup>21</sup> The passage in brackets was added by Schlieffen as a footnote.



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 143

as infantry regiments. From these and the available reservists, and if need be from the Landwehr as well, fourth battalions must be formed as in 1866; and from these and Ersatz batteries, again as in 1866, divisions and army corps must be formed. Eight army corps can be created in this way. We shall not wait until the need becomes painfully obvious, until operations are forced to a standstill, before undertaking these re-formations, but do it immediately after the mobilisation of the other troops.

Therefore we must make the Landsturm mobile so that it may occupy the whole lines of communication area from Belfort to Maas-tricht etc., [we must pull out the Landwehr remaining in the fortresses,] and in addition to this we must form at least eight army corps. That is the very least we are bound to do. We have invented conscription and the *Volk in Waffen* and proved to other nations the necessity of introducing these institutions. But having brought our sworn enemies to the point of increasing their armies out of all measure, we have relaxed our own efforts. We continue to boast of the density of our population, of the great manpower at our disposal; but these masses are not trained or armed to the full number of able-bodied men they could yield. [The fact that France with a population of 39<sup>22</sup> million provides 995 battalions for the field army, while Germany with 56 million produces only 971, speaks for itself.]

The eight army corps are most needed on or behind the right wing. How many can be transported there depends on the capacity of the railways. Those which cannot be brought up on the left of the Meuse and Sambre through Belgium and Northern France must be brought south of Liège–Namur to the Meuse between Verdun and Mézières. If this is not entirely possible either, the rest can be used as required at Metz and right of the Moselle.

One must be able to count on there being available for the advance on the position Aisne–Oise–Paris<sup>23</sup> etc.

Army corps	..	..	..	25
Reserve corps	..	..	..	2 $\frac{1}{2}$
Newly formed corps	..	..	..	6
				<hr/>
				33 $\frac{1}{2}$ corps

Of these, more than one-third are needed for the envelopment of Paris:

<sup>22</sup> B: 34

<sup>23</sup> B: For the attack on the position Verdun–La Fère–Paris



144 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

seven army corps for the envelopment proper, and six new corps for the investing of Paris on the [western and] southern front. How the advance and the attack on the position are planned is shown on Map 3.<sup>24</sup>

[If the enemy stands his ground, the attack will take place]<sup>25</sup> on the whole line, but particularly on La Fère, which is invested from two sides; after a success it will be continued against Laon and Rheims, which is open towards the West.<sup>26</sup> [All along the line the corps will]<sup>27</sup> try, as in siege-warfare, to come to grips with the enemy from position to position, day and night, advancing, digging in, advancing [again,<sup>28</sup> digging in again, etc., using every means of modern science to dislodge the enemy behind his cover. The attack must never be allowed to come to a standstill as happened in the war in the Far East.

France must be regarded as a great fortress. Of the outer *enceinte* the sector Belfort–Verdun is almost impregnable, but the sector Mézières–Maubeuge–Lille–Dunkirk is only fortified in parts and at the moment almost unoccupied. Here we must try to break into the fortress. When we have succeeded, a second *enceinte*, or at least part of it, will become apparent, i.e. that adjoining Verdun: the position behind the Aisne to Rheims and La Fère. This section of *enceinte* can be outflanked from the south,<sup>\*</sup> however. The architect of the fortress counted on a German

<sup>24</sup> In the margin: Map 3.

<sup>25</sup> B: It will take place

<sup>26</sup> B: Rheims, farther against the Aisne, the Oise, and by the right enveloping . . . (made illegible).

<sup>27</sup> B: The advanced corps will

<sup>28</sup> With the square bracket a new insertion begins in "B," consisting of four unnumbered pages in the second copyist's hand. A page of the text originally following is crossed out. It followed the above text to the line dividing the sections (a final sentence is rendered illegible) and then continued as follows: The operations will not necessarily take the course outlined here. The French are capable of repeated counter-offensives. By so doing they will ease the Germans' task. The latter can then make use of the principle "strategic offensive—tactical defensive," particularly at those points where they were obliged to give their fronts great width in order to continue the offensive the more vigorously elsewhere, especially on their right wing.

It is also possible that instead of clinging to their positions, the French will retreat to the south in good time. But it is not unlikely that the positions on the Franco-Belgian frontier, before the Aisne, on the Oise, perhaps even on the Somme, will play a certain part and mark the subsequent phases of the campaign.

<sup>\*</sup> Marginal note by General von Moltke:

north. (This mistake had already been corrected by Schlieffen in "B," but the correction must have been overlooked by the copyist.)



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 145

attack from the south of the Meuse-Sambre, but not from north of this river line. Now it will probably be too late to make good this deficiency by extending the fortified line Rheims-La Fère via Péronne along the Somme. The defender can counter the threatened outflanking by an offensive round the left wing of the position at La Fère. It is to be hoped that this counter-attack, which may be accompanied by an advance from the whole front Verdun-La Fère, will fail. The defeated defender can then try to hold the Oise between La Fère and Paris. The defensibility of this river line is open to doubt. If the doubt is well founded, or the French refrain from defending the Oise and allow the Germans to cross the river in strength, the second *enceinte* Verdun-La Fère can no longer be held. La Fère, Laon and Rheims, which is open to the west, the whole hill position designed against an attack from the north-east, will be taken, and the Aisne position will have to be evacuated. With this, the Meuse forts between Verdun and Toul, which can offer only insignificant resistance to an attack from the west, will be exposed. Verdun and Toul will become isolated fortresses. The whole French fortress system directed against Germany will threaten to collapse. It is therefore not impossible that in spite of all the shortcomings of the position, the French may try to hold the Oise, and that they may be able to offer successful resistance. In this event we must march round the south of Paris. The same is true if the French give up the Oise and Aisne and retreat behind the Marne, Seine, etc. If they are allowed to go on in that direction, the war will be endless. By attacks on their left flank we must try at all costs to drive the French eastward against their Moselle fortresses, against the Jura and Switzerland. The French army must be annihilated.]<sup>29</sup>

It is essential [to the progress of the whole of the operations] to form a strong right wing, to win the battles<sup>30</sup> with its help, to pursue the enemy relentlessly with this strong wing, forcing him to retreat again and again.<sup>31</sup>

If the right wing is to be made very strong, this can only be at the expense of the left, on which therefore it will probably fall to fight against superior forces.

If success is to be achieved, the right wing must make very great

<sup>29</sup> *Recommencement of the original text (first copyist's hand) in "B."*

<sup>30</sup> B: a battle

<sup>31</sup> B: to force him against his own fortresses or against the Jura and to encircle him. The enemy must not be allowed to slip away to the south to conduct an endless war there. He must be annihilated.



146 I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905

exertions. But the roads to be used are on the whole very good. Quarters, too, should be satisfactory in many localities, unless the right wing corps are forced to march in such close order that even the densest population is not enough [to provide quarters].

On the other hand there can hardly be a shortage of provisions. The rich lands of Belgium and northern France can furnish much, and if they lack anything they will produce it—under suitable pressure—from outside.

The increased strain on Belgium's resources will perhaps decide her to refrain from all hostilities, hand over her fortresses and secure in exchange all the advantages of a disinterested third party in a fight between two adversaries.

On the outbreak of war, three army corps, one Reserve corps and three cavalry divisions right of the Moselle will attack Nancy. Whether this attack succeeds, depends essentially on (whether) the French confine themselves to defence here, or whether, true to their principle, they advance for a counter-attack. If they take the latter course, the main object of the attack on Nancy, namely to tie down as great a force as possible on the French eastern front, will be achieved. The more troops the French employ for the counter-attack, the better for the Germans. But the latter must not allow themselves to be engaged in prolonged actions, but must realise that their task is to draw as many enemy troops as possible after them and to hold them down with the help of the enlarged Metz. The army cut off on the right of the Moselle can hardly be in any danger; on the other hand it would be damaging to the [German] main army if the army right of the Moselle possessed numerical superiority. The tendency must be to tie down the maximum number of French with a minimum of German forces.

If the French do not counter-attack, two army corps must be despatched to Belgium as soon as possible for the outermost wing of the German army. Everything depends on being strong on this wing. Only when twenty-five army corps have been made available left of the Moselle for this battle, for which one cannot be too strong, can one await the result with a calm conscience.

The small forces which remain right of the Moselle, i.e.

1 army corps

1 Reserve corps

30th Reserve division (Strasbourg)

possibly 2 new corps



I. SCHLIEFFEN'S GREAT MEMORANDUM OF DECEMBER 1905 147

Landwehr brigades on the Upper Rhine and from Metz, if this is not attacked

59th Landwehr brigade (Lower Alsace)

6 Jäger battalions in the Vosges

must as far as possible be reinforced. The fortress garrisons still offer material for new formations. Also the South German Landsturm can be used to cover the country left of the Rhine, to mask Belfort, etc. A new army must be formed with the task of advancing on the Moselle between Belfort and Nancy, while the five Reserve corps of the left wing and two Landwehr brigades invest Verdun and attack the Côtes Lorraines.

When in the course of deployment the French learn that the Germans are assembling on the Lower Rhine and on the Dutch and Belgian frontiers, they will have no doubt as to the enemy's intention of marching on Paris; they will be wary of advancing with either their entire forces or their main forces between Strasbourg and Metz, and particularly of invading Germany across the Upper Rhine. That would be a case of the garrison leaving the fortress just when the siege was about to begin. Should they do one or the other nevertheless, [it can only be welcome to the Germans. Their task will be made easier. The best thing would be for the French to choose the route through Switzerland to invade southern Germany. This would be a means of acquiring a much-needed ally who would draw part of the enemy force upon himself.]

It<sup>32</sup> will be advisable for the Germans [in all these cases] to change their operational plans as little as possible. But the Lower Moselle between Trier and Coblenz must be covered, and the sector between the Moselle and the Meuse must be blocked level with Diedenhofen. The German army will try to reach the general line Coblenz–La Fère with reserves on the right wing. The right bank of the Rhine from Coblenz upwards will be occupied from the rear. The attack will be made with the right wing.<sup>33</sup>

[If the French cross the Upper Rhine, resistance will be offered in the Black Forest. The troops will be brought up from the rear and assembled on the Main and Iller.]

If the Germans persevere in their operations they can be sure that the French will hastily turn back, and this not north, but south of

<sup>32</sup> B: it

<sup>33</sup> *In the margin:* Maps 5 and 5a



148 I. SCHLIEFFEN'S MEMORANDUM OF DECEMBER 1905. APPENDIX

Metz, in the direction whence the greatest danger threatens. The Germans must therefore be as strong as possible on their right wing, because here the decisive battle is to be expected.<sup>34</sup>

Graf Schlieffen

APPENDIX

EXTRACTS FROM THE PRELIMINARY DRAFTS OF THE DECEMBER  
MEMORANDUM OF 1905

I. Draft I. (Apparently the earliest draft)

Chief of the General Staff of the Army, Berlin

December 31st, 1905.

In a war against Germany, France will probably at first restrict herself to defence. With this in view she has prepared a position which is for the most part permanent, of which the fortresses Belfort, Epinal, Toul and Verdun form the main pillars. Northwards beyond Verdun the heights of the left bank of the Loison form the natural extension as far as Montmédy.

The flanks of this extended position rest on the neutral territories of Switzerland and Belgium. It can be adequately manned by the large French army and presents great difficulties to an attack in front.

Should the Germans nevertheless attack along this whole line, they run the danger of being enveloped on their right flank through southern Belgium and Luxembourg. Under these circumstances it may appear more expedient for the Germans to violate Luxembourg and Belgian neutrality themselves and try to envelop the defender's left flank.

But the French have certainly prepared for this eventuality. It can hardly be doubted that they will extend their front line leftwards to Mézières. Since the Meuse below Mézières is very difficult to cross, the success of the envelopment becomes very doubtful.

If all the difficulties should nevertheless be overcome, the German enveloping-wing would still get into a serious position. It would become apparent that in spite of the envelopment the defender had no need to give up the front Belfort-Verdun, since he would be covered there by his fortifications. Thus the German enveloping army would be altogether separated from the main army and in its isolation could be defeated by superior enemy forces. A frontal attack combined with

<sup>34</sup> In the margin: Map 6. Overall map of the operations.

## ÍNDICE

Dedicatória .....	i
Agradecimentos .....	ii
Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Introdução .....	1
Intróito aos Capítulos.....	7
I Capítulo.....	8
1.O gigante mediterrânico: Cartago .....	8
2.A potência emergente: Roma.....	9
3.As três Guerras Púnicas .....	11
4.O decurso e desfecho da Segunda Guerra Púnica .....	13
5.O enredo da batalha de Canas [216 a. C.].....	16
II Capítulo.....	20
1. O contexto europeu e as grandes potências entre 1871 e 1905 .....	20
1.1. O papel da Grã-Bretanha .....	21
1.2. O ressurgimento da França .....	21
1.3. O declínio do Império Russo .....	22
1.4. O ocaso do Império Austro-Húngaro .....	22
2.O II Reich no período de 1871 a 1905 .....	23
3.A composição do Exército alemão em 1905 .....	25
4.As dinâmicas entre o Este vs. Oeste.....	26
5.A construção do Plano <i>Schlieffen</i> [1905].....	28
III Capítulo.....	32
1.Alfred von Schlieffen e a série <i>Cannæ</i> .....	32
2.Semelhanças/incongruências entre Canas e o Plano <i>Schlieffen</i> .....	33
2.1. O domínio das semelhanças .....	33
2.1. Incongruências em destaque.....	34

3.A aplicabilidade dos Principios da Guerra .....	35
3.1. Objectivo .....	35
3.2. Ofensiva .....	35
3.3. Massa.....	36
3.4. Economia de forças.....	36
3.5. Manobra .....	37
3.6. Unidade de Comando.....	38
3.7. Segurança.....	38
3.8. Simplicidade .....	39
Conclusões .....	40
Bibliografia .....	42
ANEXOS .....	47
ANEXO A – Os Princípios da Guerra .....	48
ANEXO B – Envolvimento.....	51
ANEXO C – O exército romano.....	54
ANEXO D – O sistema militar cartaginês .....	64
ANEXO E – Corpo de exército alemão .....	71
APÊNDICES.....	72
APENDICE A – Figuras .....	73
APENDICE B – Vida e carreira de Alfred von Schlieffen .....	87
APÊNDICE C – Escritos de Schlieffen .....	89
APÊNDICE D – <i>Cannæ Studies</i> .....	101
APÊNDICE E – Manuscrito de 1905 .....	111

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A.1- Cartago e interior africano. ....	73
Figura A.2- Rotas comerciais fenícias no Mediterrâneo. ....	74
Figura A.3- Cartago e as suas colónias. ....	74
Figura A.4- As sete colinas de Roma. ....	75
Figura A.5- Expansão romana na Península Itálica ....	76
Figura A.6- Reino de Epiro e as campanhas de Pirro em Itália. ....	77
Figura A.7- Sicília na Antiguidade ....	77
Figura A.8- Guerras Púnicas. ....	78
Figura A.9- Campanhas de Aníbal, Asdrúbal e Cipião. ....	78
Figura A.10- O cerco de Cartago ....	79
Figura A.11- A Hispânia dos Barcas ....	79
Figura A.12- Possíveis rotas de passagem de Aníbal pelos Alpes. ....	80
Figura A.13- Adesão às forças de Aníbal após Canas 216 a. C. ....	80
Figura A.14- Batalha de Canas 216 a. C. ....	81
Figura A.15- Formação romana em <i>Triplex Acies</i> ....	81
Figura A.16- Escaramuça e combate da cavalaria ....	82
Figura A.17- Recuo do centro cartaginês e fuga da cavalaria romana ....	82
Figura A.18- Fuga de Varrão e envolvimento ....	83
Figura A.19- A Europa em 1905 ....	83
Figura A.20- Impérios coloniais europeus em África ....	84
Figura A.21- Perspectiva de guerra em duas frentes ....	85
Figura A.22- O Plano Schlieffen. ....	85
Figura A.23- Posições fortificadas e avanços planeados ....	86